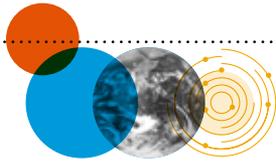


1944-2024

Este ano marca o 80º aniversário da criação do Fundo Monetário Internacional (FMI). É um momento oportuno para mirar tanto o passado como o futuro, com o intuito de reconhecer a notável resiliência da economia mundial após os sucessivos choques dos últimos anos, mas também de discutir como o FMI e os países membros podem aproveitar essa resiliência para ampliar a prosperidade compartilhada.



RELATÓRIO ANUAL DO FMI 2024

A economia mundial tem enfrentado turbulências desde o fim da pandemia: começando com rupturas nas cadeias de suprimento, uma crise de energia e alimentos desencadeada pela guerra da Rússia na Ucrânia, e um aumento considerável da inflação, seguido por um aperto sincronizado da política monetária em nível mundial. Os sólidos quadros de políticas em muitos países contribuíram para a resiliência mundial. No entanto, muitos países saíram desse período com níveis altos de endividamento e uma elevação dos custos do serviço da dívida.

Agora, são dois os desafios. O primeiro é proteger a estabilidade macroeconômica de novos choques geopolíticos, de ajustes fiscais disruptivos e da tarefa de trazer a inflação de volta às metas. As populações que continuam a conviver com o legado de crises sucessivas necessitarão de assistência constante, assim como os países de baixa renda que sofreram as maiores sequelas. O segundo é aproveitar a resiliência da economia mundial para enfrentar e adotar desdobramentos transformadores que exigem uma ação coletiva: destacam-se as mudanças climáticas, a digitalização e a revolução da inteligência artificial que, para o bem ou para o mal, pode remodelar a natureza do trabalho. Essas transformações exigirão cooperação multilateral para mitigar os riscos e maximizar as oportunidades.

O FMI está bem posicionado para incentivar essa cooperação. Ele é o esteio da rede de segurança financeira mundial, um fórum onde os países membros se reúnem para proporcionar um seguro coletivo contra a ameaça de crises financeiras. O seu objetivo é promover a cooperação monetária internacional, o comércio e a prosperidade para todos. A conclusão da XVI Revisão Geral das Quotas demonstrou a capacidade do FMI de reunir os seus países membros no espírito da colaboração mundial e do multilateralismo. Esse senso de cooperação internacional também foi demonstrado nas ações de mais de 40 países membros, cujas contribuições até 2023 apoiaram o Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento, fortalecendo a sua capacidade de mobilizar empréstimos concessionais para os países membros mais pobres. Esta conquista e o trabalho do FMI de modo geral são um reconhecimento de nossa interconexão mútua e, juntamente com instituições parceiras como o Banco Mundial, de nossa cooperação com os países membros para alcançar a estabilidade econômica e a prosperidade compartilhadas.

Para o FMI, a estabilidade e a prosperidade são promovidas mediante o trabalho de análise e de assessoria em políticas prestado aos países membros, os seus programas de empréstimo e atividades de desenvolvimento das capacidades.

Num mundo em constante evolução, o FMI também examina regularmente o seu trabalho e as suas ferramentas para que, dentro do seu mandato, continue a atender às necessidades atuais e futuras dos países membros. Em abril de 2024, ao anunciar a nomeação de Kristalina Georgieva para um segundo mandato de cinco anos como Diretora-Geral do FMI, a Diretoria Executiva elogiou o seu foco em zelar para que a instituição continuasse a se adaptar e evoluir.

Mensagem da Diretora-Geral

Caros leitores,

A economia mundial apresenta atualmente um quadro variado. A boa notícia é que a inflação caiu do pico de meados de 2022 graças, em grande medida, aos esforços conjuntos dos bancos centrais. A atividade econômica tem mostrado notável resiliência, crescendo mais rápido do que o projetado, sobretudo nos EUA e em algumas economias de mercados emergentes e de renda média, mas com grandes diferenças em todo o mundo.

Mais preocupante é a perspectiva de crescimento de médio prazo, bem abaixo da média histórica de 3,8%. Um crescimento mais lento, combinado com altos níveis de endividamento e juros mais elevados, significa menos dinheiro para financiar serviços públicos ou fazer investimentos vitais. E os estudos do FMI sugerem que longos períodos de estagnação tendem a aumentar a desigualdade. Muitos países vulneráveis estão lutando para virar a página de sucessivas crises e correm o risco de ficar ainda mais para trás. A crescente fragmentação geoeconômica ameaça aumentar as disparidades econômicas mundiais. Embora não estejamos vendo uma reversão substancial da globalização, a arquitetura econômica mundial que ajudou a tirar 1,5 bilhão de pessoas da pobreza agora está sob pressão. Isso ocorre num momento em que a cooperação mundial é mais necessária do que nunca para fazer face a tendências que afetam a todos nós, desde as mudanças climáticas até a revolução da inteligência artificial. Sabemos que um mundo desigual é um mundo descontente – um mundo que pode ter dificuldades para se adaptar às transformações irrefreáveis que enfrentamos.

Contudo, esses desafios também nos brindam a oportunidade de nos adaptarmos e prosperarmos. Isso exigirá mudanças ambiciosas, porém viáveis, nas políticas para abordar a má alocação de recursos e aumentar a flexibilidade da mão de obra; para incentivar um comércio mais aberto, maior estabilidade financeira, desenvolvimento e inclusão; e para elevar a produtividade, promover a transição ecológica e aproveitar por inteiro a tecnologia. Com as medidas certas, podemos escapar da armadilha de baixo crescimento e aumento da desigualdade. De acordo com nossos cálculos, essas medidas poderiam elevar o crescimento mundial em cerca de 1,2 ponto percentual até 2030.

Se trabalharmos juntos, poderemos alcançar muito. As realizações do FMI no ano passado ilustram

como nossos países membros conseguem se unir para apoiar medidas que beneficiam a todos nós como comunidade mundial. Entre essas realizações, figuram a conclusão exitosa da XVI Revisão Geral das Quotas; o cumprimento das metas de financiamento do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento; a criação e a segunda reunião da Mesa-Redonda Mundial sobre a Dívida Soberana e a criação da 25ª cadeira na Diretoria Executiva. Também é ilustrativo o trabalho diário menos notado, porém igualmente crucial, do corpo técnico do FMI, que atua na supervisão, assessoria em políticas, concessão de empréstimos e desenvolvimento das capacidades.

No momento em que o FMI comemora seu 80º aniversário, este *Relatório Anual* ilustra como a instituição, por meio desse trabalho, ajuda os países membros a colaborar para enfrentar desafios mundiais e nacionais. Descreve como o FMI, num mundo em transformação, está se adaptando para que suas políticas, ferramentas e governança possam atender às necessidades de um conjunto de países de abrangência quase universal.

Esse trabalho é possível graças à Diretoria Executiva, cuja orientação e supervisão são essenciais para o cumprimento do mandato do FMI. Ao aprovar, no ano passado, um aumento nas quotas do FMI no âmbito da XVI Revisão Geral das Quotas, a Diretoria Executiva deu um forte voto de confiança no trabalho que fazemos para apoiar os países membros.

A complexa conjuntura mundial torna esse trabalho particularmente vital. No início deste ano, tive a honra de ser convidada pela Diretoria Executiva para cumprir um segundo mandato como Diretora-Geral. Ao aceitar, disse que estava determinada a assegurar que o FMI fosse ainda mais inclusivo, eficaz e sensível às necessidades dos países membros, e continuasse dedicado a ajudá-los a fazer face aos desafios que enfrentam.

É com toda a convicção que, mais uma vez, me comprometo com essa tarefa.



KRISTALINA GEORGIEVA

Diretora-Geral
Setembro de 2024





→ SOBRE O FMI

O Fundo Monetário Internacional (FMI) é um organismo que integra 190 países membros e busca estimular a cooperação monetária internacional, facilitar o comércio internacional, contribuir para altos níveis de emprego e renda real, promover a estabilidade cambial e ajudar os países membros a resolver desequilíbrios do balanço de pagamentos. O FMI procura assegurar a estabilidade do sistema monetário internacional: o sistema de taxas de câmbio e pagamentos internacionais que permite aos países e aos seus cidadãos efetuar transações entre si. Todos os países membros do FMI são representados na Diretoria Executiva da instituição, que debate as consequências nacionais, regionais e mundiais das políticas econômicas de cada país membro, aprova os empréstimos concedidos pelo FMI para ajudar os países membros e supervisiona as iniciativas de capacitação. Este *Relatório Anual* abrange as atividades da Diretoria Executiva, da Direção-Geral e do corpo técnico do FMI durante o exercício financeiro iniciado em 1º de maio de 2023 e findo em 30 de abril de 2024, salvo indicação em contrário. Seu conteúdo reflete as opiniões e deliberações sobre políticas da Diretoria Executiva do FMI, que participou ativamente da elaboração deste *Relatório Anual*.

Em 30 de abril de 2024, a taxa de câmbio **DES/US\$** era de
US\$ 1 = DES 0,758766

O exercício do FMI começa em 1º de maio e termina em 30 de abril. As análises e considerações sobre política econômica expressas nesta publicação são aquelas da Diretoria Executiva do FMI. A unidade de conta do FMI é o direito especial de saque (DES); a conversão aproximada dos dados financeiros do FMI em dólares dos Estados Unidos é fornecida para a conveniência dos leitores. Em 30 de abril de 2024, a taxa de câmbio DES/US\$ era US\$ 1 = DES 0,758766, e a taxa de câmbio US\$/DES era DES 1 = US\$ 1,31793. No fim do exercício anterior (28 de abril de 2023) as taxas de câmbio eram US\$ 1 = DES 0,742386 e DES 1 = US\$ 1,34701. "Bilhão" = 1.000.000.000; "trilhão" = 1.000.000.000.000; as ligeiras diferenças entre os totais e a soma dos seus componentes se devem ao arredondamento. Neste *Relatório Anual*, o termo "país" não se refere em todos os casos a uma entidade territorial que constitui um Estado conforme o direito e as práticas internacionais. Seu emprego designa também algumas entidades territoriais que não são Estados, mas para as quais são mantidos dados estatísticos de forma separada e independente. As fronteiras, cores, denominações e outras informações apresentadas nos mapas não implicam qualquer juízo por parte do FMI sobre a situação jurídica de qualquer território ou o endosso ou aceitação de tais fronteiras.

A taxa de câmbio **US\$/DES** era de
DES 1 = US\$ 1,31793

O FMI TEM TRÊS FUNÇÕES BÁSICAS

Supervisão econômica

Prestar assessoria aos países membros sobre a adoção de políticas para alcançar a estabilidade macroeconômica, acelerar o crescimento econômico e aliviar a pobreza.

Concessão de empréstimos

Disponibilizar financiamento aos países membros para ajudá-los a resolver problemas do balanço de pagamentos, como a escassez de divisas que ocorre quando os pagamentos externos superam as receitas em moeda estrangeira.

Desenvolvimento das capacidades

Apoiar o desenvolvimento das capacidades (por meio da assistência técnica e formação), quando solicitado, para ajudar os países membros a fortalecer as suas instituições econômicas para formular e implementar políticas econômicas sólidas.

O FMI tem a sua sede na cidade de Washington e escritórios regionais em todo o mundo para promover o seu alcance global e estreitar os laços com os países membros. Para mais informações sobre o FMI e os seus países membros, visite IMF.org.

SIGLAS E ACRÔNIMOS

BBA	Acordo bilateral de empréstimo
CCRT	Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes
DC	Desenvolvimento das capacidades
DES	Direito especial de saque
ECF	Linha de Crédito Ampliado
EF	Exercício financeiro
EFF	Programa de Financiamento Ampliado
EMED	Economias de mercados emergentes e em desenvolvimento
FCL	Linha de Crédito Flexível
GRA	Conta de Recursos Gerais
HIPC	Iniciativa para os Países Pobres muito Endividados
ICD	Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades
IEO	Gabinete de Avaliação Independente
NAB	Novos acordos de empréstimo
PRGT	Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento
RCF	Linha de Crédito Rápido
RFI	Instrumento de Financiamento Rápido
RSF	Linha de Crédito para a Resiliência e Sustentabilidade
RST	Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade
SCF	Linha de Crédito <i>Stand-By</i>
SLL	Linha de Liquidez de Curto Prazo
UCT	Parcela superior de crédito

RESILIÊNCIA DIANTE DA MUDANÇA₅



RELATÓRIO ANUAL DO FMI 2024
SAIBA MAIS
ON-LINE
[IMF.ORG/AR2024](https://www.imf.org/AR2024)

Sumário

8 PARTE 1 **EM FOCO**

9 **SUSTENTAR A RECUPERAÇÃO**

Após anos de sucessivos choques, como as economias podem se tornar mais resistentes a futuras perturbações?

12 **UM FMI PARA O FUTURO**

O que o FMI tem feito para atender às necessidades atuais e futuras dos países membros?

18 **GRANDE INCERTEZA E O DESCONHECIDO**

Que medidas podem ajudar a nos prepararmos para as forças transformadoras que estão surgindo?

15 **UMA REVISÃO DOS EMPRÉSTIMOS E DA DÍVIDA**

Como o FMI está adaptando os seus empréstimos e ajustando a sua abordagem da dívida para torná-los o mais eficazes e adequados possível?

24 80 ANOS DE FMI

26

PARTE 2

O QUE FAZEMOS

- [28](#) Supervisão econômica
- [31](#) Concessão de empréstimos
- [45](#) Desenvolvimento das capacidades

60

PARTE 3

QUEM SOMOS

- [64](#) Equipe da Direção-Geral
- [66](#) Diretores Executivos e Suplentes
- [68](#) Recursos

- [76](#) Prestação de contas
- [84](#) Responsabilidade social corporativa



EM FOCO



Sustentar a recuperação

Após a pandemia, a economia mundial tem mostrado uma resiliência notável e a inflação tem recuado de forma constante rumo às metas dos bancos centrais. Embora a maioria dos sinais aponte para um pouso suave no mundo todo, o crescimento e a inflação têm divergido mais entre os países, as reservas diminuíram e as perspectivas de crescimento de médio prazo são fracas. O fato de que os países vulneráveis correm o risco de ficar ainda mais para trás também preocupa.

Nesse cenário, as prioridades em termos de políticas são reconstruir as reservas, reanimar o crescimento de médio prazo e zelar para que as políticas do FMI, as suas ferramentas de empréstimo e a sua governança sejam apropriadas para um mundo em transformação.

A inflação mundial deve recuar de forma constante, com as economias avançadas voltando às suas metas de inflação mais cedo do que as economias de mercados emergentes e em desenvolvimento (Figura 1.1). A plena restauração da estabilidade de preços ainda não está garantida e os bancos centrais terão de equilibrar cuidadosamente o risco de uma flexibilização prematura com o de uma demora excessiva. A dinâmica variável da inflação exige abordagens específicas para cada país.

O crescimento de médio prazo deve permanecer baixo (Figura 1.2). De acordo com as projeções do FMI, o

crescimento mundial deve ser de 3,1% em 2029 – uma das menores previsões quinquenais em décadas. Isso não é um bom presságio para a redução da pobreza nem para a geração dos empregos necessários para as crescentes populações de jovens nas economias em desenvolvimento e nos mercados emergentes. As perspectivas de desaceleração do crescimento significam que alguns países, sobretudo os de baixa renda, correm o risco de serem deixados para trás na marcha rumo à convergência de renda.

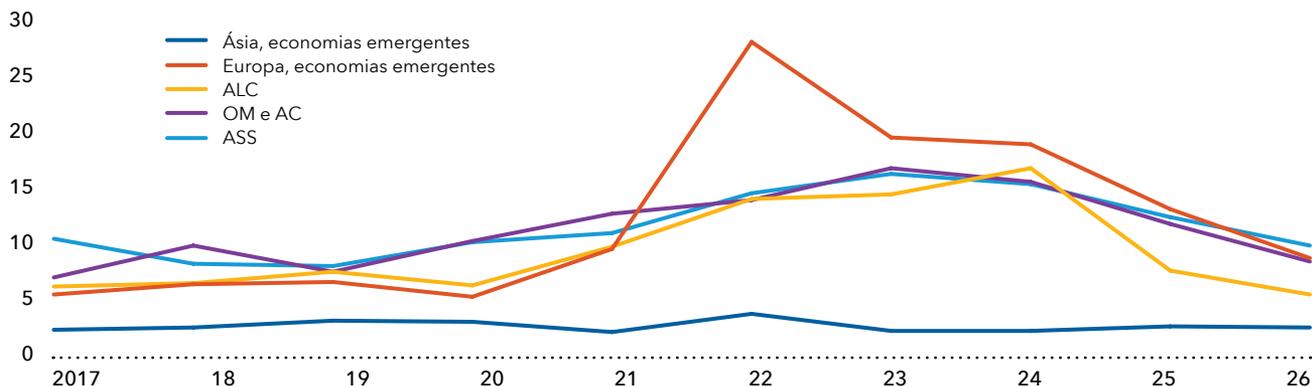
Quatro anos após o surto da COVID-19, os déficits fiscais e as dívidas superam as projeções pré-pandemia e a previsão é que continuem mais altos no médio prazo. Sem medidas firmes, a dívida pública mundial deve ultrapassar 100% do PIB até 2029.

Assim, urge reconstruir o espaço fiscal para tornar as economias mais resilientes a choques futuros e possibilitar o investimento público necessário para gerir as transições climática e tecnológica. Por exemplo, uma combinação

O crescimento mundial deve ser de
3,1%
em 2029, uma das menores previsões quinquenais em décadas.

Figura 1.1. A inflação mundial está em declínio constante

(Inflação geral por região de EMEDs; %)



Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: O núcleo da inflação exclui os preços voláteis de energia e alimentos. EMEDs = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento; ALC = América Latina e Caribe; OM e AC = Oriente Médio e Ásia Central; ASS = África Subsaariana.

cuidadosamente calibrada de receita e despesa permitirá cumprir as metas climáticas e, ao mesmo tempo, assegurar a sustentabilidade da dívida e a viabilidade política. A precificação do carbono será um instrumento necessário e deverá ser complementada por políticas para abordar as falhas do mercado e estimular o financiamento e o investimento privados em tecnologias de baixo carbono.

Para apoiar o crescimento de médio prazo, os países terão de combinar políticas adequadas para conter a inflação e posicionar as finanças públicas em uma trajetória sustentável. Além de reconstruir as reservas e garantir a sustentabilidade da dívida, criar espaço para investimentos será um desafio, já que as economias continuam a lutar com o legado de dívidas e déficits elevados.

Políticas fiscais bem formuladas para estimular a inovação e a difusão de tecnologia podem acelerar a produtividade e o crescimento econômico em todos os países. As autoridades também devem aproveitar as áreas destacadas pelo FMI para atacar o crescimento menor no médio prazo, com

destaque para medidas como incentivar o aumento da participação feminina nos mercados de trabalho e reforçar o investimento verde.

Em 2024, haverá eleições em mais da metade do mundo (medida tanto pela população quanto pelo PIB). Os governos poderão se ver tentados a adiar a consolidação fiscal, mas isso poderá obrigá-los a fazer um ajuste mais doloroso posteriormente.

Os riscos para o refinanciamento da dívida continuam grandes para muitos países, e é preciso manter a cooperação internacional para melhorar a arquitetura mundial de reestruturação das dívidas, com destaque para o Quadro Comum do Grupo dos Vinte (G20) e o reforço da rede de segurança financeira mundial. Essas iniciativas e o trabalho da Mesa-Redonda Mundial sobre a Dívida Soberana ajudarão as economias em situação de superendividamento a alcançar a sustentabilidade da dívida.

Além de administrar os recursos fiscais, as autoridades também precisam fazer o bolo crescer. Reformas estruturais direcionadas e cuidadosamente sequenciadas serão cruciais para aumentar a

Quatro anos após o surto da COVID-19, os déficits fiscais e as dívidas superam as projeções pré-pandemia.

produtividade, aliviar o peso da dívida e apoiar as transições ecológica e digital. Da mesma forma, os investimentos verdes – ou políticas como as que abordam a desigualdade de gênero no acesso aos mercados de trabalho – produzirão um impulso inerente para combater a perspectiva de baixo crescimento no longo prazo. No caso das economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, priorizar reformas em áreas como governança, regulamentação dos negócios e políticas para o setor externo poderia destravar ganhos de produtividade.

As tendências mundiais, como as discutidas na seção “Grande incerteza e o desconhecido”, mais à frente, são muito promissoras quanto ao aumento da produtividade e à melhoria da tendência de crescimento, mas também geram o risco de provocar

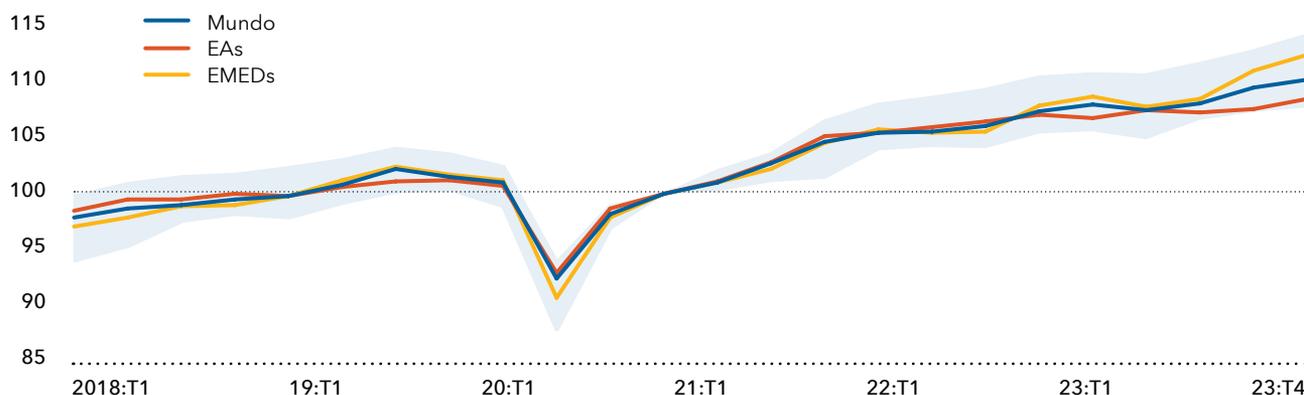
deslocamentos, em especial nos mercados de trabalho. Outras tendências, como a crescente fragmentação geoeconômica, a disparada das restrições comerciais e políticas industriais, e as mudanças climáticas, poderiam prejudicar ainda mais a fraca perspectiva. Essas tendências exigem mais cooperação internacional e uma resposta multilateral concertada para limitar os

seus custos e alavancar os seus benefícios.

Diante desse cenário e em linha com o seu mandato, o FMI tem oferecido assessoria em políticas, financiamento e desenvolvimento das capacidades aos países membros, permanecendo flexível e responsivo à evolução das circunstâncias. A instituição continuará a exercer um papel crucial para facilitar a cooperação mundial e fortalecer o sistema monetário internacional.

Figura 1.2. O crescimento de médio prazo deve permanecer baixo

(PIB real; índice, 2020: T4 = 100)



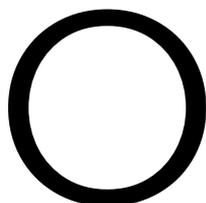
Fontes: Haver Analytics; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: A figura representa a mediana de uma amostra de 44 economias. As faixas representam os percentis 25 a 75 dos dados entre as economias. EAs = economias avançadas; EMEDs = economias de mercados emergentes e em desenvolvimento.



Um FMI para o futuro

Devido à sua localização no ponto norte do continente africano, com a população mais jovem e de crescimento mais rápido, a escolha de Marraqueche para as Reuniões Anuais de outubro de 2023 do FMI e do Banco Mundial foi apropriada para a véspera do 80º aniversário da fundação das instituições de Bretton Woods (ver a página 24). O FMI está marcando a sua história, mas também está com os olhos firmes no futuro.



s acordos sobre governança e financiamento celebrados em Marraqueche

atestam a determinação dos países membros em moldar um FMI que atenda não apenas às necessidades atuais dos países membros, mas também às necessidades futuras. No ano passado, o FMI continuou a evoluir para atender melhor aos seus países membros, adaptando ainda mais os seus empréstimos, a assessoria em políticas e as atividades de desenvolvimento das capacidades para ajudá-los a responder à evolução da conjuntura mundial.

O FMI aproveita o poder do multilateralismo, em parceria com o Banco Mundial, para alcançar os seus objetivos, conforme ilustrado pelos “Princípios de Marraqueche para a Cooperação Mundial”, emitidos em conjunto com o Banco Mundial e as principais autoridades marroquinas ao fim das reuniões.

Para melhor refletir a configuração da economia mundial, e seguindo uma recomendação da Diretoria Executiva do FMI, em dezembro, o Conselho de Governadores do FMI aprovou um aumento nas quotas do FMI no âmbito da XVI Revisão Geral das Quotas. Assim que os países membros tiverem consentido com essa decisão, que, em muitos casos, envolve a aprovação pelo legislativo, as quotas dos países membros do FMI aumentarão em 50% (DES 238,6 bilhões ou US\$ 314 bilhões), elevando o total de quotas para DES 715,7 bilhões (US\$ 943 bilhões). Quando esse aumento entrar em vigor, ele reduzirá a dependência do FMI em relação

O FMI alcançou a meta de arrecadar

**DES
12,6
bilhões**
em recursos para empréstimos do PRGT.

aos recursos emprestados, sem reduzir o seu poder de empréstimo, o que é crucial para um FMI forte, baseado em quotas e dotado de recursos suficientes. Com vistas à XVI Revisão Geral das Quotas, o Conselho de Governadores fez um apelo para que se trabalhasse no sentido de elaborar, até junho de 2025, possíveis abordagens que servissem de guia para um novo realinhamento das quotas, até mesmo por meio de uma nova fórmula para as quotas.

Outro marco importante alcançado em Marraqueche foi o cumprimento das metas de captação de recursos para 2021 do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGT). Antes das Reuniões Anuais, e com o apoio de 17 países membros, o FMI alcançou a meta de arrecadar DES 12,6 bilhões (US\$ 17 bilhões) em recursos para empréstimos do PRGT. As demais promessas de contribuição recebidas à época das Reuniões Anuais renderam cerca de DES 14,7 bilhões na rodada de captação de recursos de 2021, superando a meta por uma ampla margem.

Além disso, em Marraqueche, a meta de DES 2,3 bilhões (US\$ 3 bilhões) em recursos para subsídios do PRGT também foi atingida, graças ao apoio de mais de 40 parceiros do PRGT. Esse é um passo inicial e significativo para ajudar a garantir que o PRGT continue a oferecer financiamento a juros zero aos países membros mais pobres e vulneráveis. (Mais informações sobre o PRGT podem ser consultadas na seção “Uma revisão dos empréstimos e da dívida”).

Dado o seu impacto macrocrítico, as considerações sobre o clima estão cada vez mais presentes no

Dado seu impacto macrocrítico, **as considerações sobre o clima**

**estão cada vez mais presentes
no trabalho do FMI – na
assessoria em políticas
macroeconômicas e financeiras,
mas também em
seus empréstimos.**

trabalho do FMI – na assessoria em políticas macroeconômicas e financeiras, mas também em seus empréstimos. O Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade (RST) do FMI oferece financiamento

acessível de prazo mais longo para ajudar os países membros a enfrentar desafios estruturais decorrentes da preparação para as mudanças climáticas e pandemias.

Em maio de 2023, a Diretoria Executiva também aprovou a adoção de um teto para a taxa de juros aplicada aos mutuários de menor renda do RST (países do Grupo A) após a primeira revisão da adequação dos recursos do RST. Até o fim de abril de 2024, 18 acordos, no montante de DES 6,3 bilhões, tinham sido aprovados para financiamento do RST no âmbito da Linha de Crédito para a Resiliência e Sustentabilidade. Além disso, o FMI recebeu contribuições de oito países membros para crescer DES 1 bilhão às contas de depósito e de reserva do RST durante o exercício findo em 30 de abril de 2024. Os novos compromissos de seis países membros com a conta de empréstimos durante o ano findo em 30 de abril de 2024 totalizaram DES 4,4 bilhões. Os novos acordos acrescentaram recursos cruciais que apoiam a continuação, sem sobressaltos, das operações desse mecanismo de empréstimo.

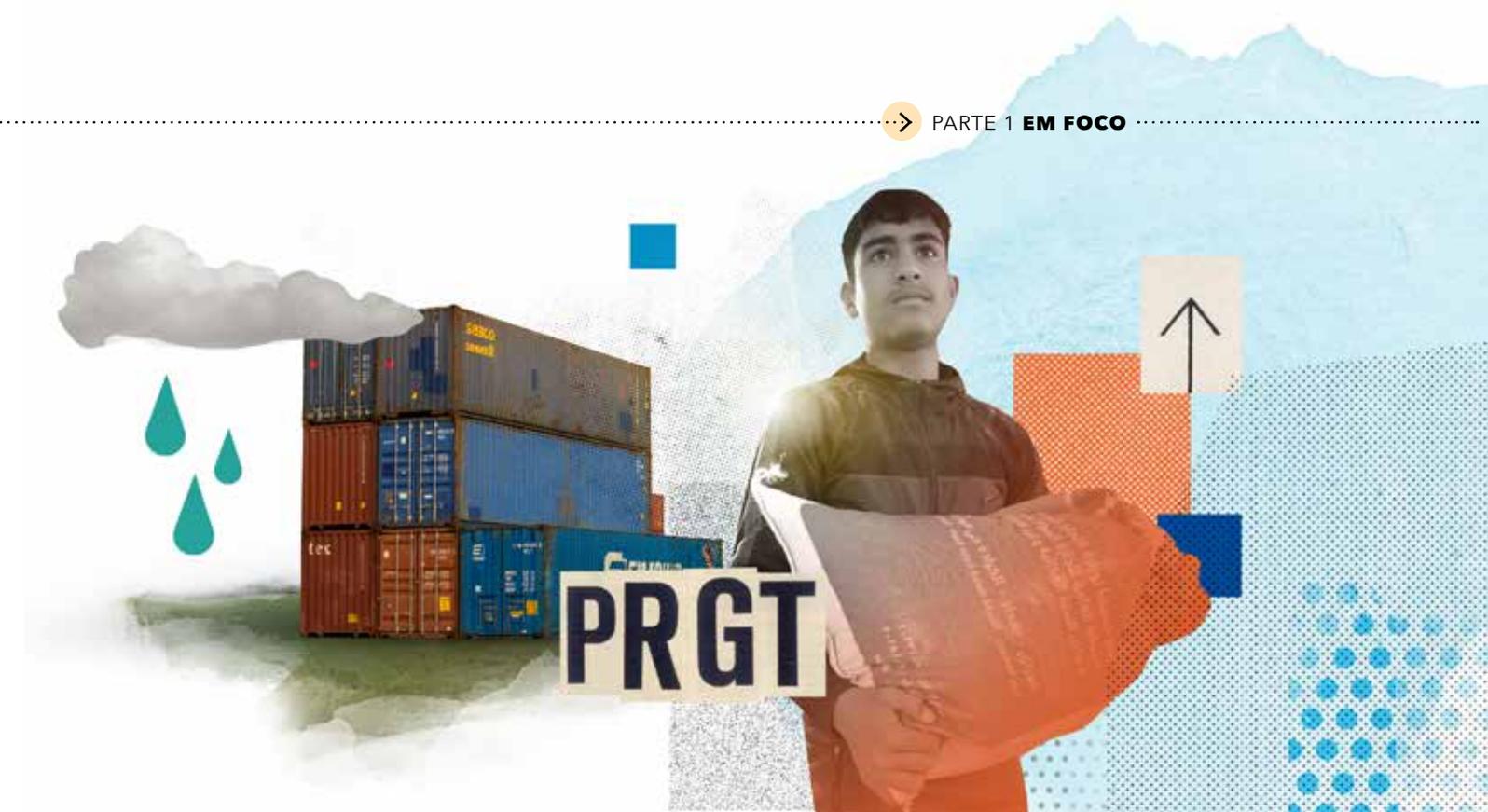
Tanto o PRGT quanto o RST receberam um impulso financeiro depois que o G20 atingiu a sua

meta de canalização de DES de US\$ 100 bilhões de países membros mais ricos para os mais necessitados. A Diretoria Executiva analisou o relatório *ex post* sobre a alocação de DES de US\$ 650 bilhões em 2021 e

concluiu que ela beneficiara a economia mundial e os seus países membros.

Em Marraqueche, a governança e a representação do FMI também foram reforçadas com o anúncio de uma 25ª cadeira na Diretoria Executiva do FMI, a terceira para a África Subsaariana. Estudos do FMI prevêem que grande parte do crescimento econômico mundial futuro virá das economias de mercados emergentes e em desenvolvimento. Essa decisão contribui para que o FMI continue a representar a diversidade dos seus países membros e foi acompanhada por um compromisso adicional de aumentar a diversidade de gênero na Diretoria Executiva.

Para efetivamente suprir as necessidades futuras, é essencial identificar onde elas estão. A participação na Iniciativa do G20 sobre as Lacunas de Dados (DGI-3) demonstra o papel do FMI no fornecimento de dados e informações para apoiar políticas eficazes. Essa iniciativa multilateral visa preencher lacunas cruciais de dados nas áreas de mudanças climáticas, inovação financeira e crescimento inclusivo, com o intuito de assegurar a coleta e disseminação regulares de estatísticas confiáveis e oportunas para a elaboração de políticas.



PRGT

Uma revisão dos empréstimos e da dívida

A economia mundial sofreu sucessivos choques nos últimos anos. Nessa conjuntura, uma das prioridades do FMI é zelar para que a rede de segurança financeira mundial e os mecanismos de empréstimo do FMI estejam equipados para atender às necessidades em constante evolução da economia mundial, com foco na prevenção de crises, na estabilidade financeira e na proteção dos países membros mais vulneráveis.

Muitas das mudanças feitas nos mecanismos de empréstimo do FMI em resposta às mudanças climáticas estão detalhadas na seção “Concessão de empréstimos”, na Parte 2 deste *Relatório Anual*. Os destaques são a ampliação dos limites de acesso

normais à Conta de Recursos Gerais e aos mecanismos de precaução. Ambos estão programados para passar por uma revisão abrangente. Além disso, a Diretoria endossou as propostas do corpo técnico de reforma dos mecanismos de precaução a fim de avaliar a sua eficácia, uso e adaptabilidade à evolução das condições econômicas mundiais.

Os compromissos de empréstimo do PRGT aprovados durante o exercício 2024

totalizaram
US\$ 6,5 bilhões
 (DES 4,9 bilhões).

Outro instrumento de empréstimo ajustado no último exercício financeiro foi o Guichê para Resposta a Choques Alimentares. Tratava-se de uma inovação importante do FMI, criada para permitir que os países enfrentassem a crise mundial de alimentos. Após uma prorrogação do seu prazo inicial de 12 meses, o FMI encerrou o Guichê em março de 2024. A instituição conseguiu usar as medidas existentes para apoiar os países que foram e continuam sendo afetados por choques alimentares. Durante a sua vigência, seis países acessaram financiamento pelo Guichê para Resposta a Choques Alimentares, recebendo um desembolso total de US\$ 1,8 bilhão. Apesar do fim desse instrumento, o FMI manteve o seu estreito envolvimento com outros organismos internacionais e aderiu a várias iniciativas internacionais sobre insegurança alimentar, chamando a atenção para a urgência e o alcance da crise mundial de alimentos, defendendo essa causa, exigindo ações urgentes e coordenadas, e criando um quadro para uma colaboração mais estreita tanto no nível das políticas quanto dos países.

Um dos mecanismos de empréstimo do FMI de maior demanda por parte dos países

membros no último exercício foi o PRGT (que atualmente concede empréstimos a juro zero). Os compromissos de empréstimo do PRGT aprovados durante o exercício 2024 totalizaram DES 4,9 bilhões (US\$ 6,5 bilhões).

O aumento sem precedentes do apoio aos países de baixa renda nos últimos anos, combinado com juros bem mais altos, afetou a capacidade de empréstimo autossustentada de longo prazo do PRGT, que deve cair para cerca de DES 1 bilhão por ano, menos de um quinto dos níveis de empréstimo recentes e inferior ao nível de DES 1,2 bilhão por ano antes da COVID-19.

Embora os esforços até o momento tenham se concentrado na captação de recursos bilaterais facilitada pela canalização de DES para apoiar os empréstimos do PRGT, o foco da revisão abrangente dos mecanismos e financiamento do PRGT em 2024 é identificar um pacote de reformas que assegure apoio suficiente do PRGT aos países de baixa renda e, ao mesmo tempo, restabeleça a viabilidade financeira de longo prazo desse fundo. A Diretoria Executiva do FMI concordou em adiar a próxima revisão da taxa de juros do PRGT para que todas as políticas relativas às linhas de crédito para os países de baixa renda sejam consideradas em conjunto

durante a revisão de 2024 dos mecanismos e financiamento do PRGT. Como resultado, as taxas de juros sobre todos os créditos do PRGT serão mantidas em zero até a conclusão da revisão.

A revisão ora em andamento do PRGT abrangerá tanto um exame dos mecanismos, passando pelos limites de acesso, quanto uma análise do financiamento, com o objetivo de garantir a sustentabilidade financeira de longo prazo desse fundo. O PRGT é apenas um exemplo de como o FMI revisa e adapta continuamente os seus mecanismos de empréstimo para melhor atender às necessidades dos países membros.

O ímpeto contínuo da dívida soberana mundial

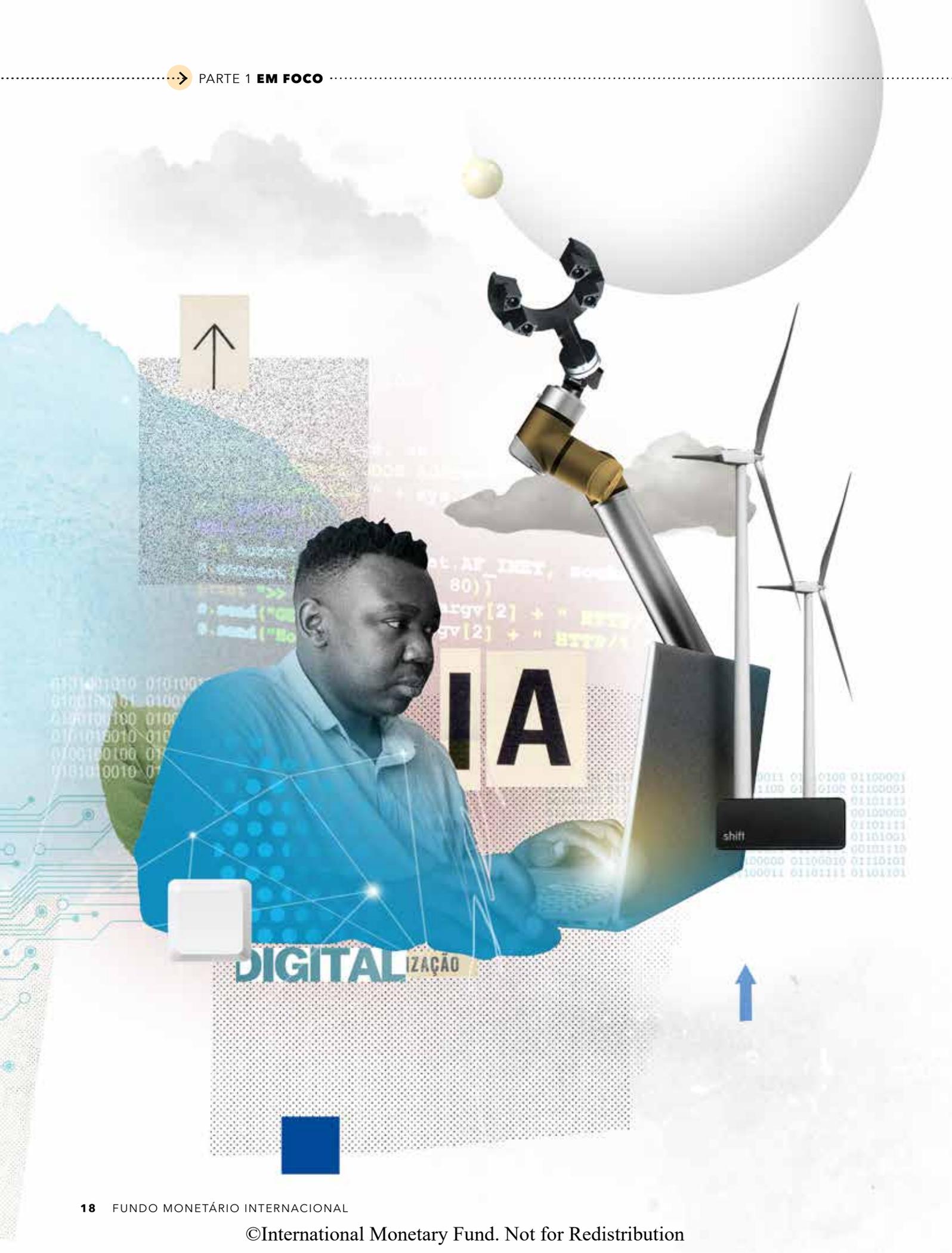
O FMI trata a resolução da dívida como uma questão de primeira ordem e tem sido ativo na abordagem da dívida soberana como parte de esforços mais amplos para apoiar a estabilidade econômica e o desenvolvimento mundiais. Os altos custos do serviço da dívida são um desafio cada vez maior para os países de baixa renda, cujos orçamentos estão sofrendo pressões financeiras decorrentes de pagamentos de juros mais altos e do ritmo acelerado do reembolso da dívida.

O Quadro Comum do G20 sobre o tratamento da dívida possibilitou a obtenção de resultados mais rápidos para cada caso de país.

O FMI continua empenhado em fazer face aos desafios da dívida mundial e em aumentar a eficácia do Quadro Comum do G20 para o tratamento da dívida. O Quadro possibilitou a obtenção de resultados mais rápidos para cada caso de país, mais recentemente com Gana e Zâmbia.

Para promover ainda mais a resolução da dívida, o FMI, junto com os co-presidentes do Quadro – o Banco Mundial e a Índia (então na presidência do G20) –, convocou uma segunda reunião da Mesa-Redonda Mundial sobre a Dívida Soberana em outubro de 2023. Esse encontro reuniu credores e países mutuários com o intuito de promover o trabalho sobre as vulnerabilidades da dívida.

Um relatório de progresso dos co-presidentes da Mesa-Redonda Mundial sobre a Dívida Soberana observou que a iniciativa contribuiu para o progresso da agenda da dívida internacional ao fornecer uma plataforma para fomentar um maior entendimento comum entre as principais partes interessadas. Destaca-se que a Mesa-Redonda ajudou a forjar um consenso sobre a melhoria dos processos, em aspectos como a comparabilidade do tratamento e uma reestruturação mais rápida e previsível.



Grande incerteza e o desconhecido

Apesar da resiliência da economia mundial após a pandemia, é provável que as perturbações econômicas decorram de um sem-número de forças transformadoras, como as mudanças climáticas, a fragmentação geopolítica, conflitos, a digitalização – combinada com os riscos cibernéticos – e a inteligência artificial (IA). O futuro imediato promete ser de grande e constante incerteza.

Uma fonte dessa incerteza é o efeito das mudanças climáticas, que constitui uma grande ameaça ao crescimento e à prosperidade dos países no longo prazo. As ambições mundiais e as lacunas na implementação de políticas persistem. A redução das emissões de gases de efeito estufa para manter o aumento da temperatura média mundial bem abaixo de 2°C (e, num cenário ideal, em 1,5°C), em relação aos níveis pré-industriais, exige ações urgentes.

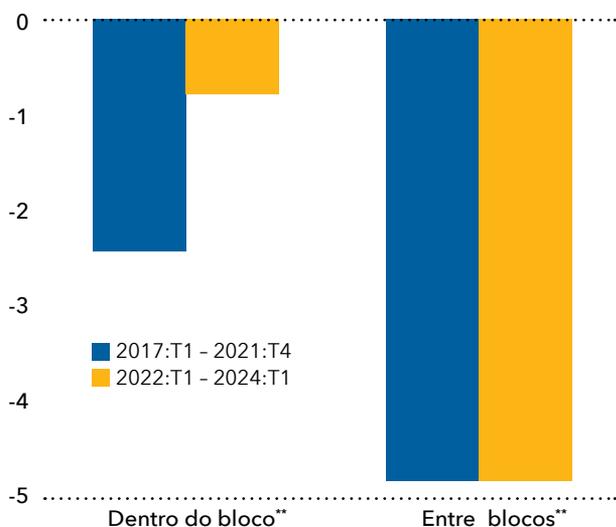
A incerteza também decorre das previsões do crescimento mundial de médio prazo mais fraco em três décadas (ver a seção “Sustentar a recuperação”). Uma desaceleração significativa e de base ampla do crescimento da produtividade total dos fatores responde por mais da metade do declínio. Esse quadro é agravado por uma queda generalizada da formação de capital privado após a crise e por um

crescimento mais lento da população em idade ativa nas principais economias. Sem a intervenção com políticas oportunas ou um impulso das tecnologias emergentes, o crescimento mundial deve ser de apenas 3,1% até o fim da década, bem abaixo da média pré-pandemia (2000-2019) em 1 ponto percentual. A melhoria da alocação do capital e da mão de obra para empresas mais produtivas será essencial para reforçar o crescimento.

A visão de que o mundo está fazendo a transição para uma economia de baixo crescimento tem sido alimentada, em parte, pela crescente fragmentação geopolítica – um mundo em que a geopolítica define as decisões de comércio e investimento e, em seu extremo, desencadeia a criação de blocos econômicos rivais (Figura 1.3). Reversões no comércio, nos investimentos e nos fluxos de capitais já estão remodelando a economia mundial. Quase 3 mil medidas de restrição comercial foram impostas

Figura 1.3. A fragmentação geopolítica está afetando o comércio

(Diferenças em pontos percentuais na expansão do comércio antes e depois do início da guerra na Ucrânia)*



Fontes: Trade Data Monitor; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Notas: * As taxas de crescimento trimestrais bilaterais são calculadas como a diferença na média do comércio bilateral em log usando pesos iguais ao comércio nominal bilateral. Os setores estratégicos abrangem os seguintes capítulos de dois dígitos do Sistema Harmonizado: 28, 29, 30, 38, 84, 85, 87, 88, 90, 93. Antes da guerra é o período entre 2017:T1 e 2021:T4.

** A definição de bloco se baseia num bloco hipotético composto por Austrália, Canadá, EUA, Europa e Nova Zelândia, e em outro formado por China, Rússia e países que estiveram do lado da Rússia durante a votação da Assembleia Geral da ONU sobre a guerra na Ucrânia, em 2 de março de 2022. Os demais países são considerados não alinhados.

em 2023, um número quase três vezes maior que o registrado em 2019. Com essa tendência, os ganhos transformadores da integração econômica mundial do passado podem vir a ser revertidos. As restrições diminuem os ganhos de eficiência da especialização, limitam as economias de escala e reduzem a concorrência. A maior integração do mercado mundial e as cadeias de valor mais complexas significam que o custo da fragmentação será maior.

A maior fragmentação geoeconômica também pressiona cada vez mais os governos a assumir posturas mais ativas na política industrial. Em alguns casos, essas medidas de política industrial podem ajudar a solucionar falhas de mercado. Contudo, também podem ser onerosas e levar a diversas falhas, desde a corrupção até a má alocação de recursos. As políticas industriais também podem levar a repercussões transfronteiriças danosas, elevando o risco de retaliação por parte de outros países, o que pode acabar enfraquecendo o sistema de comércio multilateral e agravar a fragmentação geoeconômica.

Os conflitos são um dos principais fatores da fragmentação econômica e, junto com o aumento da instabilidade política, marcaram o período em análise. As guerras na Ucrânia e em Gaza são dois exemplos proeminentes dos muitos conflitos que perturbam a retomada e o crescimento mundiais. Na última década, por exemplo, partes da África e do Oriente Médio foram palco de conflitos, distúrbios civis e insegurança alimentar. A análise do FMI sugere que isso possa causar uma contração econômica de até 20% no Sahel. Se a situação persistir, mais de 60% da população

pobre mundial residirá em Estados frágeis e afetados por conflitos até 2030.

A crescente fragilidade econômica e o cenário de conflitos não são um bom presságio para a economia mundial; em contrapartida, outras forças, como a digitalização, podem se revelar uma dádiva. Contudo, essas forças também exigirão respostas ponderadas para mitigar o deslocamento que delas poderia advir.

A ampla incorporação das tecnologias digitais a todos os aspectos dos sistemas, processos e políticas econômicas e financeiras tem o potencial de remodelar o sistema monetário internacional. Alguns governos têm demorado mais a aproveitar a tecnologia digital para melhorar a prestação de serviços públicos e fortalecer as finanças públicas. Para maximizar os ganhos com a digitalização, as autoridades precisarão conectar as famílias que ainda não têm acesso à Internet e facilitar a adoção de soluções digitais no setor público.

A maior digitalização, combinada com a elevação das tensões geopolíticas, envolve riscos próprios, por exemplo, na forma de ciberataques. O potencial de consequências sistêmicas aumentou juntamente com o perigo de perdas extremas em decorrência de incidentes cibernéticos. Essas perdas poderiam causar problemas de financiamento para as empresas e até mesmo pôr em risco a sua solvência. As políticas e

os quadros de governança das empresas precisam acompanhar o ritmo desses perigos crescentes.

O FMI ajuda ativamente os países membros a fortalecerem suas estruturas de cibersegurança por meio de assessoria em políticas, por exemplo, como parte do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP), e mediante atividades de capacitação.

As possíveis ramificações do aumento do uso da IA podem ser profundas. A IA poderia marcar o início de uma revolução tecnológica capaz de impulsionar a produtividade, estimular o crescimento mundial e aumentar a renda em todo o mundo. Ao mesmo tempo, poderia substituir empregos e aumentar a desigualdade (Figura 1.4). Os que conseguirem

aproveitar a IA poderão experimentar um aumento de produtividade e salários, enquanto os que não o conseguirem correrão o risco de ficar para trás.

De acordo com um recente documento do FMI, cerca de 60% dos empregos nas economias avançadas podem ser afetados pela IA. Nos mercados emergentes e países de baixa renda, esse número deve ser de 40% e 26%, respectivamente.

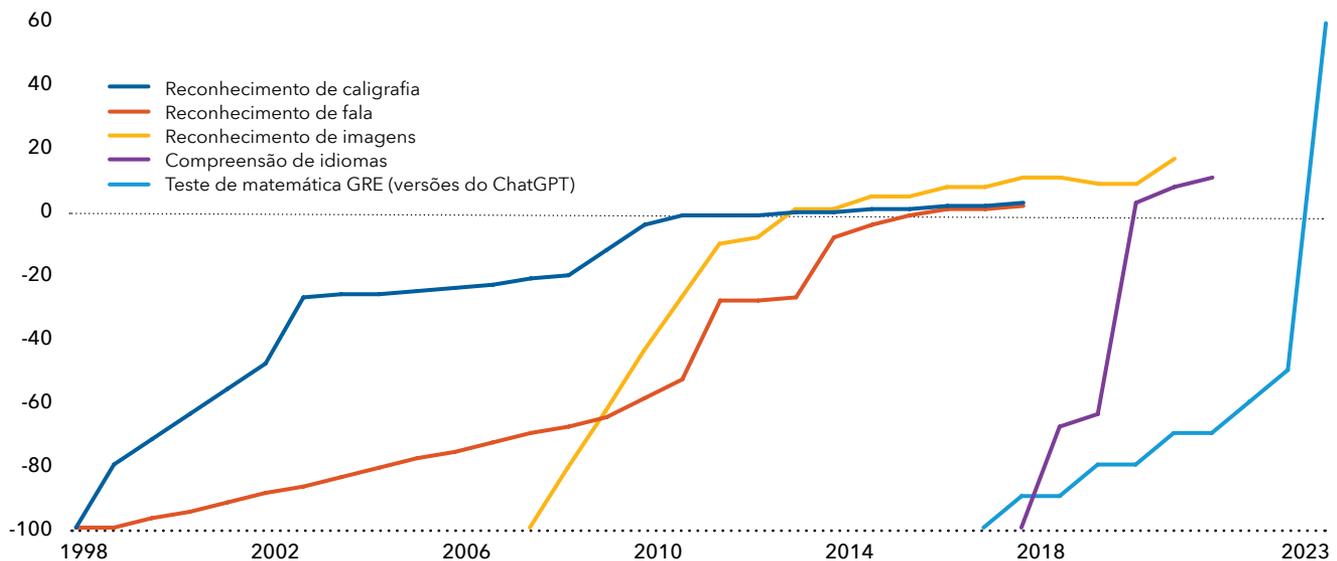
Apesar dos possíveis ganhos, as autoridades terão de tratar de forma proativa a desigualdade geral causada pela IA. Para ajudar os países a formular as políticas certas, o FMI desenvolveu

o Índice de Preparação para a IA, que mede a preparação em áreas como infraestrutura digital, capital humano e políticas para o mercado de trabalho,

De acordo com um recente documento do FMI, cerca de 60% dos empregos nas economias avançadas podem ser afetados pela inteligência artificial.

Figura 1.4. Os efeitos da IA nos empregos podem ser profundos

(Desempenho da IA em tarefas humanas; referência humana = 0; desempenho inicial da IA = -100)



Fontes: Kiela et al., 2021; OpenAI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: A figura se baseia em vários testes nos quais o desempenho humano e da IA foram avaliados em cinco domínios diferentes, desde o reconhecimento de caligrafia até a compreensão de idiomas. No caso do teste de matemática GRE, a referência humana é definida como o percentil mediano, com -100 em 2017, refletindo a publicação do estudo seminal sobre GPTs. IA = inteligência artificial; GPT = transformador pré-treinado generativo; GRE = Graduate Record Examination.

inovação, integração econômica, e regulamentação e ética. As economias mais ricas, incluindo as economias avançadas e algumas economias de mercados emergentes, tendem a estar mais bem preparadas para a adoção da IA do que os países de baixa renda, embora a variação entre os países seja considerável.

Zelar para que os benefícios dessa possível revolução sejam compartilhados de modo mais uniforme, não apenas dentro dos países, mas também entre regiões e países, pode exigir uma realocação de capital e mão de obra a partir de regiões menos desenvolvidas. Com investimento suficiente, a IA pode ajudar as economias de mercados emergentes e em desenvolvimento a dar um salto em determinados setores, facilitando a realocação de uma gama mais

ampla de tarefas e, assim, reduzindo a desigualdade entre os países.

A imprevisibilidade dessas forças – fragmentação, conflitos, digitalização e IA – se traduz num mundo mais propenso a choques. As economias precisarão ter mais resiliência, não apenas individualmente, mas também coletivamente. Para isso, o multilateralismo oferece grandes benefícios. Por exemplo, a comunidade internacional poderia ampliar a assistência e desenvolver soluções de financiamento que promovam a paz e a estabilidade como bens públicos mundiais. Com o apoio de instituições como o FMI, os países precisarão cooperar para buscar progresso direcionado em áreas de interesse comum e manter a colaboração em áreas onde a inação seria devastadora.



Rumo a um planeta mais verde:

O FMI, o clima e o financiamento climático

As mudanças climáticas são uma grande ameaça ao crescimento e à prosperidade de longo prazo em todos os países. O FMI ajuda os seus países membros a enfrentar os desafios e riscos causados por essas mudanças por meio de assessoria em políticas macroeconômicas e financeiras, supervisão, desenvolvimento das capacidades e empréstimos.

No último exercício financeiro, o FMI continuou a incorporar os riscos e oportunidades relacionados ao clima na sua assessoria em políticas. Parte da edição de outubro de 2023 do *Fiscal Monitor*, uma das principais publicações do FMI, foi dedicada à discussão das políticas fiscais apropriadas para um mundo em aquecimento. O relatório conclui que a melhor maneira de alcançar as metas do clima e manter a sustentabilidade da dívida de uma forma politicamente viável é por meio de uma combinação cuidadosamente calibrada de políticas baseadas em receitas e despesas. Propõe a precificação do carbono, ou seus equivalentes, como um instrumento necessário para ajudar a atingir as metas climáticas, complementado por medidas para abordar as falhas de mercado. Também recomenda o financiamento privado, bem como o investimento em tecnologias de baixo carbono e com transferências para proteger os vulneráveis durante a transição verde.

O FMI contribui bastante para o estoque de conhecimento sobre o impacto fiscal e macrocrítico das mudanças climáticas. No último exercício financeiro, foram lançadas quatro notas do corpo técnico sobre o clima e mais de 550 publicações abordaram questões climáticas durante o mesmo período.

As considerações sobre o clima também foram importantes na concessão de empréstimos pelo FMI. A Linha de Crédito para a Resiliência e Sustentabilidade (RSF) oferece financiamento acessível de longo prazo para ajudar os países a implementar reformas de políticas que reduzam os riscos macrocríticos, como os decorrentes das mudanças climáticas. No último exercício financeiro, 13 países receberam compromissos de financiamento da RSF, além dos

cinco países que se beneficiaram desse mecanismo no ano anterior. Ao todo, três quartos dos 190 países membros do FMI satisfazem os critérios da RSF. (A seção “Concessão de empréstimos” traz mais informações sobre a RSF).

No último exercício financeiro, o FMI continuou a apoiar os países membros por meio do desenvolvimento das capacidades em países vulneráveis às mudanças climáticas e aos desastres naturais. A instituição aplica uma série de ferramentas e oferece o curso *Climate Change 101* para ajudar a ampliar os conhecimentos dos ministérios das finanças e dos bancos centrais.

O *Climate Finance Monitor* acompanha e analisa os fluxos financeiros mundiais para a mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Oferece dados abrangentes, ideias e orientações sobre o financiamento climático, o que leva a políticas e ações mais embasadas e adequadas.

Outros avanços na área das mudanças climáticas foram informados em novembro de 2023, quando o FMI emitiu um relatório de progresso sobre a implementação da Iniciativa do G20 sobre as Lacunas de Dados (DGI-3). Das 14 recomendações do relatório, 7 dizem respeito às mudanças climáticas, a área de maior progresso. O FMI deu continuidade ao diálogo sobre políticas econômicas e do setor financeiro em busca das metas climáticas comuns durante a Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças climáticas (COP28), em Dubai, no ano passado. Nessa conferência, o FMI contribuiu para o primeiro balanço mundial do progresso em relação ao Acordo de Paris e dividiu um pavilhão com o Grupo Banco Mundial e o *Financial Times* para apresentar oportunidades de intercâmbio de conhecimento. As discussões se concentraram na redução de emissões, no reforço do financiamento climático, no aumento da resistência aos choques climáticos e na facilitação da transição para economias de baixo carbono.

Juntas, essas iniciativas e contribuições destacam o compromisso contínuo do FMI de lidar com as consequências macroeconômicas fundamentais das mudanças climáticas enfrentadas pelos países membros.

De olho no passado, de olho no futuro

80 anos de FMI



Acima, à esquerda e à direita: Fotos de arquivo das Reuniões Anuais do FMI/GBM, em Nairóbi, Quênia, em 1973. O Diretor Witteveen com o Presidente Jomo Kenyatta e com uma cidadã queniana não identificada.



“O ponto da história em que nos encontramos é cheio de promessas e perigos. O mundo caminhará rumo à unidade e à prosperidade amplamente compartilhada ou se dividirá em blocos econômicos necessariamente concorrentes.”

Franklin D. Roosevelt, mensagem ao Congresso dos EUA sobre os Acordos de Bretton Woods, 1945.

Essas palavras do presidente dos EUA Franklin D. Roosevelt nos últimos meses da Segunda Guerra Mundial, em apoio à criação do FMI e do Banco de Reconstrução e Desenvolvimento (mais tarde Banco Mundial), são tão apropriadas hoje como quando foram proferidas pela primeira vez.

Oitenta anos depois, o mundo enfrenta muitos dos mesmos desafios que enfrentava na época da criação do FMI: uma guerra na Europa e o aumento do populismo e do protecionismo, além de tendências mundiais que poderiam gerar rupturas. A escolha continua a mesma: cooperação internacional e prosperidade compartilhada ou um mundo de blocos econômicos concorrentes.



Em sentido horário: A Bulgária ingressa no FMI em 25 de setembro de 1990; grupo de funcionários nas Reuniões Anuais no Quênia, 1973; Diretor-Geral Witteveen, 1973.



O FMI sempre se pautou pelo multilateralismo e pela colaboração. Tem sido uma linha de transmissão de boas políticas e cooperação. Para conseguir isso, evoluiu em meio à constante mudança das circunstâncias. As quatro seções da Parte 1 do *Relatório Anual* deste ano ilustram como, apenas no último exercício financeiro, o FMI calibrou a sua assessoria em políticas, empréstimos, desenvolvimento das capacidades e processos para se adaptar a um mundo em rápida transformação.

Mas o FMI não pode ficar parado. Precisa e vai continuar a zelar para que seja sempre uma instituição para o futuro. A criação da 25ª cadeira para a África Subsaariana durante o exercício financeiro 2024 ilustra como a representação no FMI evoluiu para refletir um mundo em transformação. Por meio de uma gestão prudente e do apoio dos países membros, o FMI precisa ser uma instituição com o vigor financeiro necessário para um mundo em transformação e um FMI que continue a unir

os países membros por meio de empréstimos, supervisão e desenvolvimento das capacidades.

O FMI continuará a cumprir seu mandato de manter a estabilidade macroeconômica e financeira, não apenas como provedor de apoio financeiro, mas também como parceiro estratégico que oferece boas orientações macroeconômicas e como “assessor de confiança”. Isso é essencial porque boas políticas macroeconômicas e financeiras são a base do crescimento e do emprego e ajudam os países a melhorar suas perspectivas econômicas num mundo confrontado com desafios transformacionais.

O FMI também está empenhado em apoiar os países membros com análises sobre como as mudanças climáticas, a desigualdade e as novas tecnologias, entre outros desafios, afetam a estabilidade macroeconômica e financeira. A instituição o fará em parceria com outros organismos, como sua instituição-irmã, o Banco Mundial.

O QUE FAZEMOS



Estados Unidos

O FMI busca promover o crescimento sustentável e a prosperidade de todos os seus 190 países membros por meio das suas atividades de supervisão econômica, empréstimos e desenvolvimento das capacidades.

SUPERVISÃO ECONÔMICA

128 exames da solidez econômica dos países

No âmbito das suas atividades de supervisão, o FMI monitora o sistema monetário internacional, bem como as políticas econômicas e financeiras dos seus países membros. Como parte desse trabalho, executado em escala nacional e mundial, a instituição destaca os possíveis riscos à estabilidade e recomenda ajustes nas políticas. Essas atividades de supervisão abrangem consultas regulares (normalmente anuais) com cada país membro, denominadas “consultas nos termos do Artigo IV”. No caso de setores financeiros de importância sistêmica, o FMI também conduz regularmente análises detalhadas no âmbito do Programa de Avaliação do Setor Financeiro (FSAP).

CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS

US\$ 70 bilhões para 30 países, sendo US\$ 15 bilhões para 20 países de baixa renda, totalizando US\$ 357 bilhões para 97 países desde o início da pandemia

O FMI disponibiliza financiamento aos países membros que enfrentem necessidades efetivas, potenciais ou previstas de financiamento do balanço de pagamentos para ajudá-los a reconstituir suas reservas internacionais e restabelecer as condições para um crescimento econômico robusto, com a correção das deficiências subjacentes. A instituição também oferece financiamento de emergência com desembolso rápido e condicionalidade limitada – e expandiu consideravelmente esse tipo de financiamento após o início da pandemia de COVID-19.

DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES

US\$ 382 milhões para assessoria técnica prática, formação centrada nas políticas e aprendizagem entre pares

O FMI colabora com os países para fortalecer suas instituições econômicas, oferecendo assistência técnica e formação em áreas econômicas de importância crítica. Esse trabalho ajuda os países a implementar políticas econômicas mais eficazes e a enfrentar desafios complexos. O FMI compartilha os seus conhecimentos com instituições governamentais como ministérios das finanças, bancos centrais, institutos de estatística, órgãos de supervisão financeira e autoridades tributárias, por meio de assessoria prática, formação e aprendizagem entre pares. As atividades de desenvolvimento das capacidades (DC) do FMI são ministradas de forma presencial e remota por funcionários do FMI, especialistas de curto prazo, consultores residentes de longo prazo nos países e consultores nos centros regionais de desenvolvimento das capacidades, bem como por meio de formação em sala de aula, *workshops* e seminários práticos, e cursos on-line gratuitos.



Panamá

SUPERVISÃO ECONÔMICA

O FMI monitora o sistema monetário internacional e a evolução da economia mundial, e faz exames regulares da solidez das políticas econômicas e financeiras dos seus 190 países membros. Essas atividades também são conhecidas como “supervisão”. O FMI destaca aos países membros os riscos à estabilidade e aconselha os governos sobre possíveis ajustes na política econômica. Esse trabalho apoia o sistema monetário

internacional ao facilitar o intercâmbio de bens, serviços e capital entre os países, sustentando, por extensão, um crescimento econômico sólido.

O FMI presta assessoria sobre as políticas de cada país membro por meio da “supervisão bilateral” e faz uma análise do sistema monetário internacional e da evolução econômica mundial e regional por meio da “supervisão multilateral”.

Uma grande mudança na prática de supervisão do FMI ocorreu em abril deste ano, quando a

Diretoria concluiu a revisão de 2024 sobre a transmissão de dados ao FMI. Essa revisão ocorreu num contexto de profundas mudanças na economia mundial, destacando a importância de dados macroeconômicos e financeiros adequados para embasar a análise e a formulação de políticas. Essa importante negociação plurianual resultou em atualizações substanciais, porém administráveis, dos dados que todos os países membros serão obrigados a fornecer ao FMI, com destaque para as áreas de setor público, intervenções cambiais e indicadores macrofinanceiros.

No exercício financeiro 2023/24, o FMI continuou a incorporar ao seu trabalho áreas como clima, cibersegurança e *FinTech*, de importância macroeconômica fundamental devido à sua capacidade de impactar consideravelmente a estabilidade econômica e financeira e o crescimento sustentável. Entre essas áreas, destaca-se também as questões de gênero. No ano passado, o FMI continuou a incorporar questões de gênero ao seu trabalho, com a publicação de uma nota provisória com orientações gerais sobre a operacionalização da estratégia do FMI para a inclusão dessas questões. Essa nota oferece uma visão abrangente de como o corpo técnico do FMI poderia integrar questões macrocríticas de gênero não apenas na área de supervisão, mas também na concessão de empréstimos e no desenvolvimento das capacidades.

Supervisão bilateral

A supervisão bilateral, também conhecida como consultas nos termos do Artigo IV (assim chamadas devido ao número do artigo do Convênio Constitutivo do FMI que estabelece essa exigência), é realizada durante as missões do corpo técnico do FMI a um país membro. Os técnicos do FMI mantêm um diálogo recíproco sobre políticas com as autoridades do país acerca de uma série de questões importantes como: taxas de câmbio; políticas fiscais, financeiras e monetárias; e reformas estruturais. As discussões também se estendem à evolução em outras áreas fundamentais para a estabilidade econômica e financeira, como as mudanças climáticas e a digitalização. Durante as missões, os técnicos do FMI normalmente se reúnem com membros do legislativo e representantes de empresas, sindicatos e sociedade civil. No exercício 2023/24, o FMI

conduziu 117 consultas nos termos do Artigo IV e 11 avaliações da estabilidade do sistema financeiro no âmbito do FSAP.

Supervisão multilateral

Como parte da supervisão multilateral, o FMI emite relatórios semestrais e atualizações sobre os mais recentes acontecimentos econômicos mundiais: o *World Economic Outlook*, o *Global Financial Stability Report* e o *Fiscal Monitor*. Essas publicações contêm capítulos temáticos com análises mais aprofundadas de temas específicos e extremamente atuais. Quando necessário, são também publicadas atualizações intercalares da conjuntura econômica mundial. É também publicado anualmente o *Relatório sobre o Setor Externo*, como parte do esforço constante para proporcionar uma avaliação franca e rigorosa dos desequilíbrios mundiais excessivos e suas causas.

O FMI publica ainda relatórios sobre as perspectivas econômicas regionais, que descrevem a evolução das políticas e os desafios de cada região e apresentam análises nacionais. As consultas nos termos do Artigo IV e as avaliações da estabilidade do sistema financeiro no âmbito do FSAP também analisam temas ligados à supervisão multilateral, quando pertinentes.

Na prática, a supervisão bilateral e multilateral se complementam, permitindo uma análise abrangente e coerente de como as políticas de um país afetam os demais, ou seja, dos seus “efeitos de contágio”. Na desafiadora conjuntura econômica mundial dos dias de hoje, a supervisão oportuna e adaptada continua sendo vital. Possibilita que as lições sejam compartilhadas e oferece aos países membros uma assessoria em políticas bem calibrada.

Assessoria em políticas

A Diretoria Executiva do FMI analisa todos os aspectos das atividades levadas a cabo pelo FMI: das consultas nos termos do Artigo IV aos temas de políticas importantes para a economia mundial. A Diretoria conduz seu trabalho com base nos documentos elaborados pelo corpo técnico. No exercício 2024, o FMI publicou 61 desses documentos. Para obter uma lista completa dos documentos de orientação e outras publicações lançados pelo FMI no exercício 2024, visite o website do *Relatório Anual* em imf.org/en/Publications/AREB.



Bangladesh

CONCESSÃO DE EMPRÉSTIMOS

O financiamento do FMI ajuda os países membros a superar problemas do balanço de pagamentos, estabilizar suas economias e restaurar o crescimento econômico sustentável. Pode também ser disponibilizado para fazer face a desastres naturais e pandemias. O FMI oferece financiamento preventivo a países com políticas econômicas sólidas que talvez ainda apresentem algumas vulnerabilidades, para ajudá-los a prevenir crises e se proteger contra elas, e continua a aperfeiçoar as ferramentas para a prevenção de crises.

Tradicionalmente, o financiamento do FMI dividia-se em duas categorias: empréstimos da Conta de Recursos Gerais a taxas de juros definidas como a média dos juros praticados entre as principais moedas internacionais e empréstimos em condições concessionais para países de baixa renda. Atualmente, todos os empréstimos do PRGT são concedidos a juros zero. Com a operacionalização do RST em 2022, surgiu uma terceira categoria de financiamento, que engloba uma estrutura de juros escalonada diferenciada entre os grupos de países, com os países membros de baixa renda recebendo condições mais favoráveis.

VISÃO GERAL DO EXERCÍCIO 2024

Iniciativas de políticas

O FMI continuou a responder com agilidade aos desafios econômicos decorrentes das consequências da pandemia de COVID-19, da guerra da Rússia na Ucrânia e dos novos conflitos no Oriente Médio, em especial por meio de empréstimos no âmbito de programas apoiados pelo FMI.¹ Essas atividades ajudaram a proteger as vidas e os meios de subsistência das pessoas e a facilitar o ajuste a choques.

No exercício 2024, muitos países, sobretudo os de baixa renda, continuaram a enfrentar ventos

contrários persistentes e uma conjuntura econômica mundial incerta, ao mesmo tempo em que lidavam com reservas reduzidas e condições de financiamento mais restritivas. Para melhor ajudar os países membros, especialmente os de baixa renda, a fazer face a esses ventos contrários, em 18 de maio de 2023, a Diretoria Executiva aprovou a adoção de um teto para a taxa de juros aplicada aos mutuários de menor renda do RST. Essa decisão se seguiu à revisão de abril de 2023 da adequação dos recursos do RST. O limite para a taxa de juros, fixado em 2,25%, aplica-se aos países do Grupo A habilitados ao RST que fazem parte da lista de habilitados ao PRGT, mas para os quais não se faz a combinação com recursos da Conta de Recursos Gerais nos seus empréstimos.

Em junho de 2023, a Diretoria Executiva aprovou uma prorrogação de seis meses, até o fim de março de 2024, do Guichê para Resposta a Choques Alimentares dentro dos seus instrumentos de financiamento emergencial. Esse guichê, originalmente aprovado por 12 meses em setembro de 2022, oferecia mais um meio de financiamento emergencial aos países membros com necessidades urgentes do balanço de pagamentos devido à situação de insegurança alimentar aguda, a um aumento acentuado dos gastos com a importação de alimentos ou a um choque nas suas exportações de cereais. Como as pressões sobre o balanço de pagamentos persistiram ao longo de 2023, essa prorrogação visava permitir que esse guichê continuasse a servir como um instrumento de contingência durante o período da prorrogação.

Em junho de 2023, a Diretoria Executiva também aprovou uma extensão dos limites de acesso cumulativo temporariamente mais altos dos instrumentos de financiamento emergencial do FMI, a Linha de Crédito Rápido (RCF) e o Instrumento de Financiamento Rápido (RFI), que deveriam expirar em junho de 2023. Os limites temporariamente mais altos permitirão que o FMI tenha a capacidade de apoiar os países no caso de novas situações de

¹ Incluindo os compromissos anteriores à pandemia, em 30 de abril de 2024, o total de compromissos de empréstimos não desembolsados e créditos pendentes no âmbito da Conta de Recursos Gerais era de cerca de DES 170 bilhões; o total correspondente no âmbito do PRGT era de cerca de DES 25,4 bilhões.

A Diretoria Executiva fez reformas para fortalecer a rede de segurança financeira mundial.

emergência, enquanto os países ainda estiverem no processo de reembolso do financiamento emergencial recebido durante a pandemia. Os limites mais altos no âmbito do RFI serão mantidos até o fim de junho de 2024, quando a maioria dos seus beneficiários terá reembolsado uma parte significativa dos seus financiamentos de emergência anteriores. Os limites mais altos da RCF serão mantidos até a conclusão da revisão de 2024 dos mecanismos e financiamento do PRGT, em vista do calendário de reembolso mais longo para o financiamento no âmbito da RCF.

Além disso, em junho de 2023, a Diretoria Executiva decidiu adiar por dois anos a próxima revisão da estrutura de taxas de juros do PRGT, estabelecendo a nova data para o fim de julho de 2025. Esse adiamento reflete o contexto difícil e a grande incerteza que os países de baixa renda enfrentam, bem como a intenção de considerar todas as políticas relativas às linhas de crédito destinadas aos países de baixa renda durante a revisão de 2024 dos mecanismos e financiamento do PRGT. Isso efetivamente mantém as taxas de juros a zero sobre todos os créditos do PRGT. A taxa de juros sobre o crédito pendente da RCF tinha sido fixada permanentemente em zero em 2015 e não está sujeita a revisão no âmbito do mecanismo de fixação de taxas de juros.

Em outubro de 2023, a Diretoria Executiva do FMI concluiu a revisão da Linha de Crédito Flexível (FCL), da Linha de Liquidez de Curto Prazo (SLL), e da Linha de Precaução e Liquidez (PLL). A Diretoria endossou as propostas de reforma apresentadas pelo corpo técnico, com o intuito de fortalecer ainda mais a rede de segurança financeira mundial e assegurar que as linhas de crédito preventivo do FMI permaneçam adequadas à sua finalidade à medida que os riscos externos se tornem mais prevalentes, prolongados e diversificados. Reconhecendo que

a prevenção de crises na atual conjuntura propensa a choques exige o fortalecimento do quadro de qualificação dos instrumentos preventivos, além de outras reformas das linhas de crédito, a revisão adotou uma abordagem baseada em três pilares. Primeiro, para preservar o forte poder de sinalização dos instrumentos preventivos, a revisão propôs reforçar as salvaguardas e assegurar um

quadro robusto de qualificação para a FCL, a SLL e a PLL. Segundo, a revisão buscou tornar os instrumentos preventivos do FMI mais úteis para os países membros qualificados ao permitir que esses instrumentos tenham a flexibilidade e o poder de fogo necessários para fazer face a riscos sistêmicos consideráveis e persistentes. À luz desses fatores, as principais reformas adotadas foram: 1) o aumento dos limites de acesso à SLL e à PLL, 2) a inclusão de disposições expressas sobre o uso simultâneo da FCL e da SLL para que os países membros possam responder melhor a uma variedade mais ampla de choques e 3) a não exigência de que os países membros beneficiários da FCL discutam estratégias para sair do financiamento desse instrumento quando o acordo oferecer baixo acesso e for preventivo. Terceiro, para manter a boa gestão das linhas preventivas do FMI, a revisão simplificou os procedimentos administrativos relacionados ao uso de instrumentos preventivos. Além disso, avaliou os riscos e as possíveis implicações para o FMI decorrentes da implementação das principais reformas.

Em outubro de 2023, a Diretoria Executiva também concluiu a revisão do Instrumento de Coordenação das Políticas (PCI) e endossou a proposta de eliminação do Instrumento de Apoio à Política Econômica (PSI). O PCI é um instrumento não financeiro de apoio a políticas que atendem às normas das parcelas superiores de crédito e foi concebido para ajudar os países a demonstrar o compromisso com uma agenda de reformas e liberar financiamento de outras



Fiji

fontes. Está disponível para todos os países membros. Em meio a uma conjuntura mundial desafiadora e sujeita a choques, a Diretoria Executiva aprovou dois aprimoramentos importantes no PCI para torná-lo mais adequado à sua finalidade e manter a sua função essencial de sinalização. O primeiro foi ampliar a flexibilidade do calendário de revisão e, ao mesmo tempo, permitir a emissão de sinais regulares e ininterruptos aos mercados. O segundo foi exigir a articulação da justificativa para o uso simultâneo de um Acordo *Stand-by* ou de um acordo da Linha de Crédito *Stand-By* por países membros com um PCI em andamento, o que permite que continuem a demonstrar seu compromisso com uma agenda de reformas e, ao mesmo tempo, tenham acesso a recursos do FMI quando necessário. A Diretoria Executiva também aprovou a eliminação do PSI em vista da preferência pelo PCI, demonstrada pela falta de pedidos de acordo do PSI desde 2015 e de todos

os usuários do PSI terem mudado para o PCI.

Com respeito à captação de recursos do RST, a Diretoria Executiva foi informada em novembro de 2023 sobre quatro novos acordos de contribuição finalizados entre maio e setembro de 2023 e, em abril de 2024, sobre outros quatro acordos de contribuição finalizados entre outubro de 2023 e 15 de março de 2024.^{2,3} O progresso na captação de recursos até 30 de abril de 2024 foi positivo, com o recebimento de cerca de DES 34,3 bilhões em promessas. Os acordos de contribuição efetivos incluem DES 25,4 bilhões em pacotes de contribuição de 16 países e DES 5,6 bilhões em contribuições independentes de três países. Dada a demanda forte e antecipada por recursos do RST, os esforços de captação de recursos devem ser revigorados para obter mais recursos. A revisão da adequação de recursos do RST de 2023 indicou que as reservas são suficientes no cenário de base e em vários cenários de risco.

² Ver os acordos de contribuição de 2023 com Itália, Luxemburgo, Omã e Reino Unido.

³ Ver os acordos de contribuição de 2023 com Bélgica, Malta, Qatar e Suíça.

Após atingir a meta acordada em julho de 2021 de DES 2,3 bilhões no âmbito da primeira fase da rodada de captação de recursos para subsídios do PRGT durante as Reuniões Anuais em Marraqueche, a Diretoria Executiva do FMI aprovou, em dezembro de 2023, um aumento temporário do limite de acesso anual no âmbito do PRGT de 145% da quota para 200% da quota e um aumento temporário do limite de acesso cumulativo de 435% da quota para 600% da quota até o fim de 2024. As normas de acesso ao PRGT, que constituem as orientações gerais sobre o acesso aos mecanismos

do PRGT, e o teto por acordo aos recursos do PRGT no âmbito da política de combinação também foram elevados de 145% da quota para 200% da quota até o fim de 2024. Em janeiro de 2024, a Diretoria Executiva aprovou um aumento dos empréstimos cumulativos do PRGT em DES 3 bilhões, de DES 68 bilhões para DES 71 bilhões, para acomodar o resultado melhor do que o previsto da mobilização de empréstimos na forma de mais promessas de empréstimos na rodada de captação de recursos do PRGT de 2021. No exercício 2024, sete credores do PRGT concederam DES 5,9 bilhões em novos recursos para empréstimo nos termos dos novos acordos de empréstimo do PRGT ou mediante alterações de acordos já existentes.

Em janeiro de 2024, o corpo técnico do FMI concluiu uma nota de orientação operacional destinada a explicar os principais princípios e considerações subjacentes à formulação e à condicionalidade dos programas apoiados pelo FMI. Essa nota aprofundou as notas de orientação operacional anteriores sobre condicionalidade publicadas entre 2003 e 2014, incorporando as lições da revisão da condicionalidade de 2018-19 e outros desdobramentos importantes dessa política, como a recomendação do Plano de

O corpo técnico do FMI concluiu a orientação operacional sobre a elaboração e a condicionalidade dos programas apoiados pelo FMI.

Ação da Direção em resposta ao relatório do Gabinete de Avaliação Independente sobre crescimento e ajuste nos programas apoiados pelo FMI. A nota destacou, em especial, as recomendações operacionais para 1) melhorar as aplicações no mundo real das previsões macroeconômicas nos programas e promover uma análise mais sistemática dos planos de contingência e riscos; 2) melhorar o foco, a profundidade, a implementação e a adaptação das condições estruturais com a devida consideração dos efeitos sobre o crescimento e 3) ajudar a fortalecer a adesão pelas autoridades nacionais. Concebida

como uma referência abrangente e um guia sobre a elaboração de programas e a condicionalidade num formato acessível e transparente, a nota se refere, em resumo, a uma ampla gama de considerações econômicas e de políticas ao longo do ciclo de vida dos programas apoiados pelo FMI.

Em fevereiro de 2024, a Diretoria Executiva concluiu a sua revisão da política do Programa Monitorado pelo Corpo Técnico com a Participação da Diretoria Executiva (PMB). Ela endossou a proposta de mantê-lo entre as ferramentas do FMI, com uma futura revisão prevista em três anos. O PMB foi lançado em outubro de 2022, quando o FMI alterou a sua política para os programas monitorados pelo corpo técnico de modo a permitir a participação da Diretoria Executiva no monitoramento dos programas. Assim como todos os programas monitorados pelo corpo técnico, o PMB tem como objetivo construir ou reconstruir um histórico de implementação de políticas rumo a um programa apoiado pelo FMI nas parcelas superiores de crédito. O PMB é cuidadosamente circunscrito para países membros que 1) sejam objeto de um esforço internacional concertado e em curso por parte de credores ou doadores para



Líbano

fornecer novo financiamento ou alívio substancial da dívida em apoio ao programa de políticas do país ou 2) tenham um montante significativo de crédito em aberto em instrumentos de financiamento emergencial no momento de uma nova solicitação desse financiamento. Permite que a Diretoria Executiva considere, no momento da aprovação do PMB, a robustez das políticas do país membro para atingir os objetivos do programa e, no contexto das avaliações, se concorda com o corpo técnico que o país está no rumo certo para alcançar esses objetivos.

Em março de 2024, a Diretoria Executiva prorrogou o aumento temporário dos limites de acesso normal no âmbito da Conta de Recursos Gerais (limites de acesso anual e cumulativo de 145% e 435% da quota, respectivamente, para 200% e 600% da quota) até o fim de 2024, em vez de permitir que esses limites de acesso mais altos voltassem aos níveis anteriores do início de março de 2024, conforme estava inicialmente previsto. A extensão proposta reflete a conjuntura econômica mundial ainda muito incerta. É importante ressaltar que ela ajuda a preencher a

lacuna até a revisão abrangente dos limites de acesso planejada para o segundo semestre de 2024, que examinará os limites de acesso no contexto da erosão do valor nominal dos limites de acesso frente aos principais parâmetros e aos resultados da XVI Revisão Geral das Quotas.

Em março de 2024, a Diretoria Executiva recebeu uma atualização sobre a adequação dos recursos do PRGT, incluindo sobre os fundos fiduciários de alívio da dívida, o Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT) e a Iniciativa para a Redução da Dívida dos Países Pobres muito Endividados (HIPC).

Com respeito à adequação dos recursos do PRGT, a atualização ressaltou 1) o cumprimento das metas da primeira etapa de captação de recursos para empréstimos (DES 12,6 bilhões) e de recursos para subsídios (DES 2,3 bilhões) – os recursos para empréstimos captados totalizaram DES 14,7 bilhões, superando a meta, e DES 2,3 bilhões foram captados em recursos para subsídios; 2) a continuação



dos empréstimos elevados do PRGT (os novos compromissos de empréstimos do PRGT atingiram DES 6,3 bilhões em 2023, quase o dobro do montante de 2022) e 3) riscos de crédito mais altos, porém administráveis, dos países habilitados ao PRGT. Em meio à continuação da forte demanda por empréstimos do PRGT e às altas taxas de juros do DES, a atualização sobre a adequação do PRGT destacou a necessidade de reformas para assegurar a autossustentabilidade do PRGT no longo prazo e, ao mesmo tempo, atender à demanda de financiamento dos países habilitados ao PRGT. A próxima revisão abrangente do PRGT abordará essa questão. Por último, a atualização também destacou a necessidade de repor o CCRT e observou que a Iniciativa HIPC está quase concluída, com a Somália atingindo o ponto de conclusão em dezembro de 2023.

O CCRT é o mecanismo do FMI para fornecer alívio do serviço da dívida aos países membros mais pobres quando enfrentam eventos que se enquadram nos seus critérios. Esse mecanismo ofereceu apoio sem precedentes durante a pandemia. Desembolsou DES 690 milhões em doações para cobrir o alívio do serviço da dívida em cinco parcelas durante o período de dois anos, de 14 de abril de 2020 a 13 de abril

de 2022. Esse alívio da dívida beneficiou um total de 31 países habilitados, os países membros mais pobres e vulneráveis do FMI, ajudando-os a liberar escassos recursos financeiros para gastos prioritários (em saúde, por exemplo) para mitigar o impacto da pandemia de COVID-19. Apesar de obter DES 609,5 milhões em promessas de doações durante a pandemia, o total de promessas ficou aquém da meta de captação de recursos (DES 1 bilhão) e do custo total do alívio completo do serviço da dívida de dois anos relacionado à COVID-19, que exigiu um saque considerável contra o saldo de caixa anterior à pandemia. Além disso, apesar dos constantes esforços de captação de recursos, não se recebe uma nova promessa desde dezembro de 2021. Portanto, o CCRT permanece extremamente subfinanciado, com um saldo de recursos de cerca de DES 78 milhões em 30 de abril de 2024. Mais doações são necessárias para repor o CCRT para que possa responder a futuros eventos dentro dos seus critérios. Os desafios financeiros enfrentados pelo CCRT serão tratados na sua próxima revisão, programada para o exercício 2026.

A demanda por financiamento concessional do FMI manteve-se alta em comparação com os níveis anteriores à pandemia, conforme indicado acima, um reflexo da difícil conjuntura mundial.

VISÃO GERAL DOS EMPRÉSTIMOS

A demanda por empréstimos e apoio no âmbito das linhas de crédito preventivo do FMI permaneceu alta no exercício 2024. Entre 1º de maio de 2023 e 30 de abril de 2024, foram aprovados novos pedidos no montante de cerca de DES 53 bilhões, concentrados nas seguintes áreas:

Reforço de acordos de empréstimos em vigor:

O FMI suplementou os acordos em vigor para incorporar novas necessidades urgentes de financiamento no contexto de um diálogo contínuo em matéria de políticas, num montante de DES 5 bilhões. A Diretoria Executiva aprovou a suplementação dos acordos com cinco países membros.

Novos acordos de empréstimos, incluindo acordos preventivos:

A Diretoria Executiva aprovou 21 novos acordos não preventivos do FMI com 18 países, a saber: onze no âmbito da Linha de Crédito Ampliado (ECF), num total de DES 4,73 bilhões; cinco no âmbito do Programa de Financiamento Ampliado (EFF), num total de DES 3,87 bilhões, um no âmbito do Acordo *Stand-By* (SBA), num total de DES 2,25 bilhões, e um no âmbito da Linha de Crédito *Stand-By* (SCF), num total de DES 0,2 bilhão. Ademais, três acordos preventivos, um Acordo *Stand-By* e dois acordos FCL foram disponibilizados a países membros.

Além disso, a Diretoria Executiva aprovou os pedidos de acordo no âmbito da Linha de Crédito para a Resiliência e Sustentabilidade

com foco nas mudanças climáticas apresentados por treze países: Benin, Cabo Verde, Camarões, Côte d'Ivoire, Kosovo, Marrocos, Mauritânia, Moldávia, Níger, Paraguai, Quênia, Seicheles e Senegal (totalizando cerca de DES 3,8 bilhões).

Alívio da dívida no âmbito da Iniciativa para a Redução da Dívida dos Países Pobres Muito Endividados (HIPC):

⁴ Em 13 de dezembro de 2023, a Diretoria Executiva do FMI e a Associação Internacional de Desenvolvimento do Banco Mundial aprovaram o ponto de conclusão da Somália no âmbito da Iniciativa HIPC reforçada.⁵ No ponto de conclusão, a Somália recebeu alívio total da dívida no montante de DES 250,43 milhões.⁶ As perspectivas de o Sudão atingir o ponto de conclusão da Iniciativa HIPC permanecem incertas. O programa apoiado pelo FMI para o Sudão, aprovado em junho de 2021, expirou em dezembro de 2022. Seria necessário um novo acordo no âmbito do PRGT para apoiar o progresso rumo ao ponto de conclusão da HIPC.⁷

⁴ Nenhum país solicitou alívio da dívida no âmbito do Fundo Fiduciário para Alívio e Contenção de Catástrofes (CCRT) no exercício 2024.

⁵ A Iniciativa HIPC foi lançada em 1996 pelo FMI e pelo Banco Mundial com o objetivo de zelar para que nenhum país pobre enfrentasse uma carga da dívida que ele não conseguisse administrar. A iniciativa envolve um processo em duas etapas por meio do qual os países precisam cumprir certos critérios, se comprometer com a redução da pobreza mediante mudanças nas políticas e demonstrar um histórico sólido ao longo do tempo. As Diretorias Executivas do FMI e do Banco Mundial determinam que um país está habilitado a receber o alívio da dívida nos termos da Iniciativa HIPC, na primeira etapa conhecida como ponto de decisão da HIPC. Os credores bilaterais e multilaterais oficiais podem oferecer alívio provisório da dívida habilitada de um país no período provisório e, quando o país cumpre os seus compromissos, é concedido alívio total da dívida na segunda etapa (ponto de conclusão da Iniciativa HIPC).

⁶ Em 25 de março de 2020, após a regularização dos pagamentos em atraso da Somália com o FMI, as Diretorias Executivas do FMI e do Banco Mundial deliberaram que o país estava qualificado para receber alívio da dívida no âmbito da Iniciativa HIPC reforçada e havia alcançado o ponto de decisão no contexto da mesma iniciativa. Desde então, a Diretoria Executiva do FMI aprovou quatro parcelas de assistência intercalar da Iniciativa HIPC para a Somália no total recebido de DES 4,812 milhões para cobrir 100% das suas obrigações financeiras admissíveis devidas ao FMI no período intercalar entre o ponto de decisão e o ponto de conclusão da HIPC.

⁷ O Sudão recebeu assistência intercalar para cobrir obrigações do serviço da dívida anteriores à regularização dos atrasados, abrangendo o período entre os seus pontos de decisão, de 29 de junho de 2021 a 28 de junho de 2022. Não há previsão de assistência intercalar adicional para o Sudão, desde que o país atinja o ponto de conclusão da iniciativa HIPC até 29 de dezembro de 2026, pois, atualmente, o país não tem nenhum pagamento do serviço da dívida com o FMI a vencer antes dessa data.

MAPA DE EMPRÉSTIMOS ASSISTÊNCIA FINANCEIRA APROVADA NO EXERCÍCIO 2024 EM 30 DE ABRIL DE 2024

(EM MILHÕES DE DIREITOS ESPECIAIS DE SAQUE)



EUROPA
271,45 M de DES

KOSOVO

SBA 80,12 M de DES
RSF 61,95 M de DES

MOLDÁVIA

RSF 129,38 M de DES



ÁFRICA SUBSAARIANA
10.484,65 M de DES

BENIN

RSF 148,56 M de DES

BURKINA FASO

ECF 228,76 M de DES

BURUNDI

ECF 200,20 M de DES

CABO VERDE

RSF 23,70 M de DES

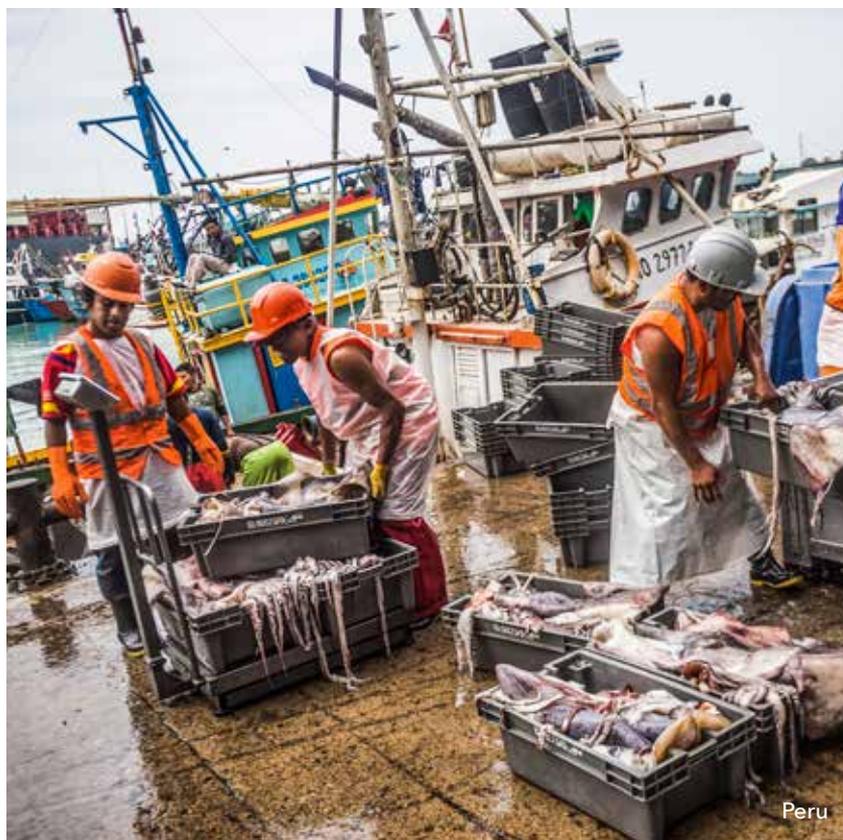
TAXA DE CÂMBIO DES/US\$

EM 30 DE ABRIL DE 2024: DES 1 = US\$ 1,31793

Fonte: Departamento Financeiro do FMI.

SIGLAS

- AUM.** – AUMENTO
- ECF** – LINHA DE CRÉDITO AMPLIADO
- EFF** – PROGRAMA DE FINANCIAMENTO AMPLIADO
- FCL** – LINHA DE CRÉDITO FLEXÍVEL
- PLL** – LINHA DE PRECAUÇÃO E LIQUIDEZ
- RCF** – LINHA DE CRÉDITO RÁPIDO
- RFI** – INSTRUMENTO DE FINANCIAMENTO RÁPIDO
- RSF** – LINHA DE CRÉDITO PARA A RESILIÊNCIA E SUSTENTABILIDADE
- SBA** – ACORDO *STAND-BY*
- SCF** – LINHA DE CRÉDITO *STAND-BY*
- SLL** – LINHA DE LIQUIDEZ DE CURTO PRAZO



CAMARÕES

AUM. de ECF 36,80 M de DES
AUM. de EFF..... 73,60 M de DES
RSF..... 138,00 M de DES

COMORES

ECF 32,04 M de DES

CÔTE D'IVOIRE

ECF 867,20 M de DES
EFF..... 1.734,40 M de DES
RSF..... 975,60 M de DES

GÂMBIA

ECF 74,64 M de DES

GANÁ

ECF 2.241,90 M de DES

GUINÉ-BISSAU

AUM. de ECF 11,36 M de DES

QUÊNIA

AUM. de ECF 170,96 M de DES
AUM. de ECF 46,15 M de DES
AUM. de EFF..... 236,12 M de DES
AUM. de EFF..... 661,13 M de DES
RSF..... 407,10 M de DES

MALÁUI

ECF 131,86 M de DES

NÍGER

RSF..... 98,70 M de DES

RUANDA

SCF 200,25 M de DES

SENEGAL

ECF 377,53 M de DES
EFF..... 755,07 M de DES
RSF..... 242,70 M de DES

SEICHELES

EFF 42,37 M de DES
RSF..... 34,35 M de DES

TOGO

ECF 293,60 M de DES



Egito



Jordânia



**ORIENTE MÉDIO
E ÁSIA CENTRAL**
8.206,09 M de DES

EGITO

AUM. de EFF.. 3.761,52 M de DES

JORDÂNIA

EFF 926,37 M de DES

MAURITÂNIA

RSF..... 193,20 M de DES

MARROCOS

RSF..... 1.000,00 M de DES

PAQUISTÃO

SBA 2.250,00 M de DES

SOMÁLIA

ECF 75,00 M de DES



AS AMÉRICAS
33.845,00 M de DES

COLÔMBIA

FCL..... 6.133,50 M de DES

HONDURAS

ECF 208,20 M de DES

MÉXICO

FCL..... 26.738,10 M de DES

PARAGUAI

RSF..... 302,10 M de DES

SURINAME

AUM. de EFF..... 46,80 M de DES

**NOTA: NÃO HOUE APROVAÇÃO DE NOVA ASSISTÊNCIA
FINANCEIRA NO EXERCÍCIO 2024 PARA A REGIÃO DA
ÁSIA E PACÍFICO**

Quadro 2.1. Condições financeiras do crédito concedido no âmbito da Conta de Recursos Gerais do FMI

Este quadro apresenta os principais instrumentos de financiamento não concessional do FMI. Os Acordos *Stand-By* e os acordos do Programa de Financiamento Ampliado (EFF) são há muito tempo os principais instrumentos de empréstimo da instituição. São complementados pelos instrumentos para prevenção de crises: a Linha de Crédito Flexível e a Linha de Precaução e Liquidez. Além disso, o FMI concede empréstimos emergenciais em condições não concessionais por meio do Instrumento de Financiamento Rápido. O FMI instituiu também uma Linha de Liquidez de Curto Prazo em 2020 para oferecer um mecanismo de apoio a países membros com políticas e fundamentos econômicos muito sólidos.

Após o início da pandemia e como parte da sua resposta à COVID-19, o FMI aumentou temporariamente os limites de acesso anual e cumulativo no âmbito do instrumento de financiamento de emergência (RFI) e o limite de acesso anual à Conta de Recursos Gerais do FMI, que aciona a aplicação do quadro de acesso excepcional. Em dezembro de 2021, a Diretoria Executiva do FMI aprovou uma extensão

Linha de crédito (ano de criação) ¹	Finalidade	Condições	Escalonamento e acompanhamento
Acordo <i>Stand-By</i> (SBA) (1952)	Assistência de curto a médio prazo para países com dificuldades do balanço de pagamentos a curto prazo.	Adotar políticas que instalem confiança na resolução das dificuldades do balanço de pagamentos do país membro num prazo razoável.	Em geral, compras trimestrais sujeitas ao cumprimento de critérios de desempenho e outras condições.
Programa de Financiamento Ampliado (EFF) (1974) (Acordo Ampliado)	Assistência de médio prazo (mais longo do que o SBA) em apoio a reformas estruturais dos países membros para superar dificuldades do balanço de pagamentos a longo prazo.	Quando da aprovação, adotar um programa de até quatro anos com uma agenda de reformas estruturais e uma declaração anual pormenorizada das políticas nos próximos 12 meses.	Compras trimestrais ou semestrais sujeitas ao cumprimento de critérios de desempenho e outras condições.
Linha de Crédito Flexível (FCL) (2009)	Instrumento flexível nas parcelas de crédito para atender a necessidades do balanço de pagamentos, concretas ou potenciais, e para reforçar a confiança dos mercados durante um período de riscos elevados.	Fundamentos macroeconômicos, quadro de política econômica e histórico na aplicação de políticas bastante sólidos <i>ex ante</i> .	O acesso aprovado está disponível de imediato e durante todo o período do acordo; os acordos FCL de dois anos estão sujeitos a uma avaliação intercalar após um ano.
Linha de Precaução e Liquidez (PLL) (2011)	Instrumento nas parcelas de crédito para atender a necessidades do balanço de pagamentos, concretas ou potenciais, e para reforçar a confiança dos mercados durante um período de riscos elevados.	Solidez dos quadros de políticas e da posição externa, acesso aos mercados e setor financeiro robusto.	Acesso amplo concentrado no início do acordo, sujeito a avaliações semestrais (para acordos PLL de um a dois anos).
Linha de Liquidez de Curto Prazo (SLL) (2020)	Mecanismo de apoio à liquidez em caso de possíveis choques externos que gerem necessidades moderadas do balanço de pagamentos.	Fundamentos macroeconômicos, quadro de política econômica e histórico na aplicação de políticas bastante sólidos <i>ex ante</i> .	O acesso aprovado está disponível de imediato e durante todo o período do acordo, e pode ser reconstituído por meio de recompras; o número de acordos SLL sucessivos é irrestrito, desde que o país continue a cumprir os critérios de qualificação.
Instrumento de Financiamento Rápido (RFI) (2011)	Assistência financeira rápida para todos os países membros que enfrentem uma necessidade urgente do balanço de pagamentos.	Esforços para resolver as dificuldades do balanço de pagamentos (podem incluir ações prévias).	Compras diretas sem a necessidade de um programa completo ou avaliações.

Fonte: Departamento Financeiro do FMI.

¹ O crédito concedido pelo FMI por meio da Conta de Recursos Gerais (GRA) é financiado principalmente pelo capital subscrito pelos países membros. A cada país é atribuída uma quota que representa seu compromisso financeiro. Os países membros pagam uma parte da sua quota em direitos especiais de saque (DES), ou na moeda de outro país membro que seja aceitável para o FMI, e o restante na sua própria moeda. Os empréstimos do FMI são desembolsados ou sacados quando o mutuário efetua uma compra de ativos em moeda estrangeira junto ao FMI na sua própria moeda. O reembolso do empréstimo ocorre quando o mutuário efetua a recompra da sua moeda junto ao FMI numa moeda estrangeira.

² A taxa de comissão sobre os fundos desembolsados da GRA é fixada como uma margem (atualmente 100 p.b.) sobre a taxa de juros semanal do DES. A taxa de comissão é aplicada ao saldo diário de todos os saques da GRA em aberto durante cada trimestre financeiro do FMI. Além disso, uma comissão de serviço única de 0,5% incide sobre cada saque de recursos do FMI na GRA, com a exceção dos saques na parcela de reserva. Uma comissão de compromisso inicial (15 p.b. sobre os montantes empenhados inferiores a 115% da quota, 30 p.b. sobre os montantes entre 115% e 575%

de 18 meses (até o fim de junho de 2023) do aumento temporário dos limites de acesso cumulativo no âmbito da RFI em circunstâncias normais e em caso de grandes desastres naturais, deixando que todos os demais limites de acesso que haviam sido temporariamente elevados retornassem aos seus níveis anteriores à pandemia a partir de 1º de janeiro de 2022, conforme programado. Em junho de 2023, a Diretoria Executiva autorizou a reversão dos limites de acesso anual aos níveis anteriores à pandemia, mas prorrogou os aumentos temporários do limite de acesso cumulativo para o RFI até o fim de junho de 2024. Em março de 2023, os limites de acesso anual e cumulativo da Conta de Recursos Gerais foram temporariamente aumentados para 200% e 600% da quota, respectivamente, até 31 de dezembro de 2024.

Para melhor ajudar os países membros a fazer face aos desafios econômicos, como o aumento dos preços da energia e a insegurança alimentar em decorrência da guerra da Rússia na Ucrânia, o FMI aprovou acordos do Guichê para Resposta a Choques Alimentares no âmbito dos seus instrumentos de financiamento emergencial (o RFI e a RCF) em outubro de 2022. A disponibilidade do Guichê para Resposta a Choques Alimentares foi estendida por seis meses, até o fim de março de 2024.

Limites de acesso ¹	Encargos ²	Calendário de reembolsos (anos)	Prestações
Anual: 145% da quota; devido à extrema incerteza em torno da economia mundial, este limite foi temporariamente elevado para 200% da quota até 31 de dezembro de 2024. Cumulativo: 435% da quota; este limite foi temporariamente elevado para 600% da quota até 31 de dezembro de 2024.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 p.b. sobre montantes superiores a 187,5% da quota; 100 p.b. adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 187,5% da quota por mais de 36 meses). ³	3¼–5	Trimestrais
Anual: 145% da quota; devido à extrema incerteza em torno da economia mundial, este limite foi temporariamente elevado para 200% da quota até 31 de dezembro de 2024. Cumulativo: 435% da quota; devido à extrema incerteza em torno da economia mundial, este limite foi temporariamente elevado para 600% da quota até 31 de dezembro de 2024.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 p.b. sobre montantes superiores a 187,5% da quota; 100 p.b. adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 187,5% da quota por mais de 51 meses). ³	4½–10	Semestrais
Sem limite predefinido.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 p.b. sobre montantes superiores a 187,5% da quota; 100 p.b. adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 187,5% da quota por mais de 36 meses). ³	3¼–5	Trimestrais
150% da quota (300% da quota em circunstâncias excepcionais) por seis meses; 300% da quota disponível quando da aprovação dos acordos de um a dois anos; total de 600% da quota após 12 meses de progressos satisfatórios.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 p.b. sobre montantes superiores a 187,5% da quota; 100 p.b. adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 187,5% da quota por mais de 36 meses). ³	3¼–5	Trimestrais
Até 200% da quota; acesso rotativo por um período de 12 meses. No caso de uso combinado da FCL e da SLL, limite de acesso de até 400% da quota.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 p.b. sobre o saldo em aberto acima de 187,5% da quota); o crédito da SLL não entra no cômputo das sobretaxas com base no tempo decorrido.	Recompra(s) devida(s) no prazo de até 12 meses após a compra; as recompras reconstituem o acesso até o nível aprovado.	
Anual: 50% da quota (80% no caso de grandes desastre naturais); temporariamente elevado para 100% (130% no caso de grandes desastre naturais) até o fim de 2021. Cumulativo: 100% da quota (133,33% para grandes desastres naturais); temporariamente aumentado para 150% (183,33% para grandes desastres naturais) até o fim de junho de 2023; ³ o acesso cumulativo é aumentado para 175% da quota dos países membros que tomam empréstimos por meio do Guichê para Resposta a Choques Alimentares, mas o acesso a esse guichê é inteiramente adicional ao limite anual.	Taxa de comissão mais sobretaxa (200 p.b. sobre montantes superiores a 187,5% da quota; 100 p.b. adicionais quando o crédito em aberto se mantém acima de 187,5% da quota por mais de 36 meses). ⁴	3¼–5	Trimestrais

da quota e 60 p.b. sobre os montantes superiores a 575% da quota) é aplicada aos montantes disponíveis para compra no âmbito dos acordos (SBA, EFF, PLL e FCL) e que podem ser sacados durante cada período (anual); essa comissão é restituída *pro rata* à medida que forem efetuados os saques no âmbito dos acordos. No caso dos acordos SLL, a comissão de serviço é de 21 p.b. e é cobrada uma comissão de compromisso não restituível de 8 p.b. quando da aprovação do acordo.

³ Em junho de 2021, os limites de acesso anual e cumulativo que se aplicam a grandes desastres naturais foram temporariamente elevados (até o fim de 2021) para 130% da quota e 183,33% da quota, respectivamente. Em junho de 2023, a Diretoria Executiva autorizou a reversão dos limites de acesso anual aos níveis anteriores à pandemia, mas prorrogou os aumentos temporários do limite de acesso cumulativo para o RFI até o fim de junho de 2024.

⁴ As sobretaxas foram introduzidas em novembro de 2000. Um novo regime de sobretaxas entrou em vigor em 1º de agosto de 2009 e foi atualizado em 17 de fevereiro de 2016, com a manutenção parcial das condições anteriores para os acordos já em curso.

Quadro 2.2. Instrumentos de crédito concessional

O FMI tem três instrumentos de crédito concessional para os países em desenvolvimento de baixa renda.

	Linha de Crédito Ampliado (ECF)	Linha de Crédito Stand-By (SCF)	Linha de Crédito Rápido (RCF)
Objetivo	Ajudar os países de baixa renda a alcançar e manter uma posição macroeconômica estável e sustentável que conduza a um crescimento vigoroso e à redução duradoura da pobreza.		
Finalidade	Abordar problemas prolongados do balanço de pagamentos.	Resolver necessidades de curto prazo do balanço de pagamentos.	Proporcionar financiamento para atender a necessidades urgentes do balanço de pagamentos.
Habilitação	Países habilitados a receber assistência no âmbito do Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento (PRGT).		
Qualificação	Dificuldades prolongadas do balanço de pagamentos; necessidade efetiva de financiamento ao longo do acordo, mas não necessariamente quando da aprovação ou desembolso do empréstimo.	Necessidade potencial (uso preventivo) ou efetiva do balanço de pagamentos a curto prazo, no momento da aprovação; necessidade efetiva quando de cada desembolso.	Necessidade urgente do balanço de pagamentos quando um programa nas parcelas superiores de crédito não é viável nem necessário. ¹
Estratégia de redução da pobreza e de crescimento	O programa apoiado pelo FMI deve estar alinhado com os objetivos de crescimento e de redução da pobreza definidos pelo próprio país, e deve dar suporte a políticas que preservem os gastos sociais e outros gastos prioritários.		
	Apresentação de uma Estratégia de Redução da Pobreza (ERP).	A apresentação da ERP não é obrigatória se a duração original do acordo SCF for superior a dois anos.	A apresentação da ERP não é obrigatória.
Condicionalidade	Parcelas superiores de crédito; flexibilidade nos prazos e na trajetória de ajuste.	Parcelas superiores de crédito; objetivo de resolver uma necessidade do balanço de pagamentos a curto prazo.	Nenhuma condicionalidade <i>ex post</i> ; qualificação para uso recorrente com base no histórico (exceto em caso de choques exógenos ou de desastres naturais).
Condições de financiamento	Taxa de juros: atualmente 0 Condições de reembolso: 5½–10 anos	Taxa de juros: atualmente 0 Condições de reembolso: 4–8 anos Comissão de disponibilização: 0,15% sobre os montantes disponíveis, mas não utilizados no âmbito de acordos preventivos	Taxa de juros: 0 Condições de reembolso: 5½–10 anos
Combinação com o financiamento da Conta de Recursos Gerais (GRA)	Com base na renda <i>per capita</i> e no acesso ao mercado; ligada à vulnerabilidade da dívida. Caso seja presumida a combinação de recursos PRGT e GRA, aplica-se uma proporção de um para dois; o acesso concessional é limitado à norma aplicável (acima do qual se utilizam apenas os recursos da GRA).		
Uso preventivo	Não	Sim	Não
Duração e uso recorrente	De 3 a 5 anos, com duração máxima de 5 anos; permite-se o uso recorrente.	O uso é normalmente limitado a três anos em qualquer período de seis anos, avaliado em base móvel, com exceção dos acordos SCF tratados como preventivos.	Desembolsos diretos; possibilidade de uso recorrente, sujeito a limites de acesso e outros requisitos; o limite ao uso recorrente – duas vezes em qualquer período de 12 meses – foi temporariamente suspenso até 6 de abril de 2021, e essa medida foi prorrogada até o fim de 2021.

	Linha de Crédito Ampliado (ECF)	Linha de Crédito Stand-By (SCF)	Linha de Crédito Rápido (RCF)
Uso concomitante	GRA (Programa de Financiamento Ampliado)	GRA (Acordo <i>Stand-By</i>) e Instrumento de Apoio à Política Econômica	GRA (Instrumento de Financiamento Rápido); o crédito no âmbito do RFI entra no cômputo dos limites de acesso da RCF.

Políticas de acesso

Em resposta às grandes e urgentes necessidades de financiamento dos países membros relacionadas à COVID-19, em 2020 e 2021, os limites de acesso ao PRGT foram ajustados temporariamente várias vezes. Em 14 de julho de 2021, os limites de acesso anual e cumulativo do PRGT foram fixados em 145% da quota e 435% da quota, respectivamente, para alinhá-los plenamente com os da Conta de Recursos Gerais (GRA). Contudo, o limite de acesso anual do PRGT foi mantido em 245% da quota até o fim de 2021. A Diretoria Executiva aprovou também uma norma de acesso unificada de 145% da quota para os acordos ECF de três anos. O alinhamento com a GRA durou até 6 de março de 2023, quando a Diretoria elevou temporariamente os limites de acesso anual e cumulativo da GRA por um período de 12 meses. Refletindo o cumprimento da meta de captação do PRGT para recursos de subsídios durante as Reuniões Anuais de 2023, a Diretoria aumentou, em dezembro de 2023, os limites de acesso anual e cumulativo do PRGT temporariamente, por um período de 12 meses, para 200% da quota e 600% da quota, respectivamente, até o fim de 2024.

Normas e sublimites²

A norma de acesso é de 200% da quota por acordo ECF de três anos até o fim de dezembro de 2024.

A norma de acesso para acordos SCF de 18 meses é a mesma de um acordo ECF de três anos, e varia proporcionalmente à duração do acordo SCF, até o montante autorizado no âmbito de acordos SCF de dois anos (266,67% da quota).

Não há uma norma de acesso que se aplique aos acordos RCF em caso de choques exógenos e grandes desastres naturais.

Os limites de acesso anual e cumulativo ao RCF no caso de choques exógenos são atualmente 50% e 150% da quota, respectivamente, até a conclusão da revisão de 2024 dos mecanismos e financiamento do PRGT. O limite de acesso cumulativo é elevado para 175% da quota para os países membros que tomam empréstimos por meio do Guichê para Resposta a Choques Alimentares, mas o acesso por meio do Guichê é inteiramente adicional ao limite anual.

Os limites de acesso anual e cumulativo ao RCF em condições normais estão atualmente fixados em 50% e 100% da quota, respectivamente, até a conclusão da revisão de 2024 dos mecanismos do PRGT, com uma norma de acesso anual e um limite por desembolso de 25% da quota. O acesso no âmbito do Guichê é inteiramente adicional ao limite anual.

Os limites de acesso anual e cumulativo ao RCF no caso de grandes desastres naturais estão atualmente fixados em 80% e 183,33% da quota, respectivamente, até a conclusão da revisão de 2024 dos mecanismos do PRGT. O acesso no âmbito do Guichê é inteiramente adicional ao limite anual.

As compras no âmbito do Instrumento de Financiamento Rápido efetuadas após 1º de julho de 2015 entram no cálculo dos limites anuais e cumulativos aplicáveis à RCF.

Fonte: Departamento Financeiro do FMI.

¹ A condicionalidade das parcelas superiores de crédito é o conjunto das condições relacionadas a um programa que visam assegurar que os recursos do FMI apoiem os objetivos do programa, com salvaguardas adequadas dos recursos do FMI.

² As normas servem para orientar o que constitui um nível apropriado de acesso no âmbito dos programas PRGT, mas não devem ser interpretadas como limites ou direitos de acesso. As normas anteriores aplicadas em caso de acesso reduzido ou elevado foram unificadas em uma única norma, independentemente do saldo em aberto de créditos do FMI.

Quadro 2.3. Linha de Crédito para a Resiliência e Sustentabilidade

Como terceiro pilar das atividades creditícias do FMI, o Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade complementa a Conta de Recursos Gerais e o Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento, fornecendo financiamento acessível e de longo prazo a países de baixa renda e países vulneráveis de renda média, bem como a pequenos Estados, que enfrentam desafios estruturais de longo prazo que representam riscos para a estabilidade futura do balanço de pagamentos.

Objetivo	Aumentar a resiliência econômica e a sustentabilidade dos países de baixa renda e dos países de renda média e pequenos Estados vulneráveis.
Finalidade	Apoiar reformas de políticas que reduzam os riscos de importância macroeconômica associados a desafios estruturais de longo prazo específicos.
Habilitação	Países habilitados que podem receber assistência no âmbito do PRGT, todos os pequenos Estados com população inferior a 1,5 milhão com renda nacional bruta (RNB) <i>per capita</i> 25 vezes inferior ao limite operacional de 2021 da Associação Internacional de Desenvolvimento (IDA) e todos os países de renda média com uma RNB <i>per capita</i> 10 vezes inferior ao limite operacional de 2021 da IDA.
Qualificação	Um pacote de medidas de política de alta qualidade compatíveis com o objetivo do RST, um programa de financiamento ou não financeiro simultâneo com políticas nas parcelas superiores de crédito, e dívida sustentável e capacidade suficiente para reembolsar o FMI
Condicionalidade	Medidas no âmbito de reformas ligadas a desafios estruturais de longo prazo pertinentes – normalmente separadas da condicionalidade do programa concomitante nas parcelas superiores de crédito; previsão de uma estreita coordenação com o Banco Mundial e outros bancos multilaterais de desenvolvimento e instituições financeiras internacionais pertinentes para alavancar a experiência comparativa e o conhecimento institucional.
Políticas de acesso	Acesso conforme a norma (75% da quota) com um limite de acesso cumulativo global de 150% da quota ou DES 1 bilhão, o que for menor, com base na solidez das reformas, na sustentabilidade da dívida e na capacidade para reembolsar o FMI.
Condições de financiamento	Taxa de juros escalonada: países do Grupo A – taxa de juros do DES + 55 pontos-base (limitada a 2,25%); países do Grupo B – taxa de juros do DES + 75 pontos-base e uma comissão de serviço de 25 pontos-base; países do Grupo C – taxa de juros do DES + 95 pontos-base e uma comissão de serviço de 50 pontos-base. ¹ Condições de reembolso: 10½-20 anos
Uso preventivo	Não.
Duração e uso recorrente	A duração do acordo RSF geralmente coincide com a duração de um novo programa nas parcelas superiores de crédito (quando os dois são solicitados juntos) ou com a duração restante de um programa nas parcelas superiores de crédito já existente (quando a solicitação do acordo RSF ocorre em uma revisão do programa nas parcelas superiores de crédito); a duração mínima é de 18 meses (12 meses para acordos RSF aprovados dentro dos primeiros seis meses da operacionalização do RST, que já prescreveu) para haver tempo suficiente para a implementação de medidas de reforma no âmbito da RSF, como uma assistência técnica necessária; possibilidade de uso recorrente, respeitados os limites de acesso.
Uso concomitante	Exige-se a aplicação concomitante de um programa de qualidade nas parcelas superiores de crédito.

Fonte: Departamento Financeiro do FMI.

Nota: Para um país membro se qualificar para receber um empréstimo no âmbito da RSF, se exige 1) um pacote de medidas de política de alta qualidade, compatível com o objetivo do fundo fiduciário, 2) um programa de financiamento ou não financeiro concomitante com políticas de qualidade nas parcelas superiores de crédito e 3) dívida sustentável e capacidade suficiente para reembolsar o FMI.

¹Em 18 de maio de 2023, a Diretoria Executiva aprovou a adoção de um teto para a taxa de juros aplicada aos mutuários de menor renda do RST.



DESENVOLVIMENTO DAS CAPACIDADES

Fortalecer as capacidades das instituições – como os bancos centrais, os ministérios das finanças, as administrações tributárias, os órgãos estatísticos e os órgãos de supervisão do setor financeiro – resulta em políticas mais eficazes e maior estabilidade econômica e inclusão. O FMI, junto com seus parceiros, colabora com os países membros para modernizar as suas políticas econômicas e fortalecer essas instituições ao fornecer assistência técnica e formação adaptadas e de acordo com a demanda, com ênfase nas questões de importância crítica para a estabilidade econômica e o crescimento.

O FMI apoia o desenvolvimento das capacidades – na forma de assistência técnica e formação práticas, um conjunto de publicações e ferramentas de diagnóstico e oportunidades de aprendizagem entre pares – para que os países membros possam construir instituições sustentáveis e resilientes. Esses esforços representam uma contribuição importante para o avanço dos países membros rumo aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU.

O desenvolvimento das capacidades se concentra nas principais áreas de especialização do FMI, como finanças públicas, estabilidade do setor financeiro, operações do banco central, quadros



macroeconômicos e estatísticas econômicas, o que ajuda os países a formular políticas macroeconômicas melhores, mobilizar receitas, gerir melhor as despesas, acessar dados de melhor qualidade e fortalecer a estabilidade monetária e financeira, além de abordar questões transversais, como a desigualdade de renda e de gênero, a corrupção, as mudanças climáticas e a digitalização. O FMI se encontra numa posição privilegiada para ajudar seus países membros nessas áreas, graças ao seu alcance global, experiência institucional e conhecimentos técnicos de alto nível. Todos os países se beneficiam do desenvolvimento das capacidades, mas é dada prioridade aos países frágeis e afetados por conflitos (ver a Caixa 2.3).

A pedido das autoridades nacionais, as equipes do FMI e os peritos técnicos formulam e executam

um plano de trabalho integrado, adaptado às necessidades e capacidades de absorção do país membro. O FMI normalmente articula seu trabalho com os países membros por meio de uma rede de 17 centros regionais de desenvolvimento das capacidades, destacamento de consultores residentes de longo prazo e visitas de curto prazo por equipes do FMI e peritos externos (em campo, à distância ou numa combinação das duas modalidades, ou seja, com visitas “híbridas”), formação presencial e cursos on-line gratuitos. Além disso, uma variedade de publicações apresenta informações técnicas e análises transversais de grande utilidade para as autoridades nacionais.

Na última década, um número acumulado de mais de 200 mil alunos ativos fizeram pelo menos um dos mais de 90 cursos on-line gratuitos do FMI.

Na última década,
um número acumulado de

**mais de
200 mil
alunos
ativos**

**fizeram pelo menos um dos
mais de 90 cursos on-line
gratuitos do FMI.**

O programa de aprendizagem on-line também continuou a ampliar a oferta de cursos em vários idiomas além do inglês (árabe, espanhol, francês, português e russo).

Os parceiros de desenvolvimento do FMI e os países membros dos centros regionais financiam cerca de dois terços dos gastos diretos destinados ao desenvolvimento das capacidades. Juntos, o FMI e os seus parceiros buscam ajudar os países membros a construir um futuro melhor e mais verde, inteligente e justo.

Para maximizar o impacto das atividades de desenvolvimento de capacidades oferecidas pelo FMI para melhorar a gestão macroeconômica e aumentar a resiliência institucional dos países membros, o FMI revisa regularmente a sua estratégia de desenvolvimento das capacidades. A mais recente revisão foi concluída em abril de 2024 (ver a Caixa 2.1).

A revisão recomendou que as atividades de desenvolvimento das capacidades fossem mais flexíveis, integradas e adaptadas para melhor atender às necessidades dos países membros. A revisão aproveitou a recente avaliação independente do FMI sobre as atividades de desenvolvimento de capacidades e uma ampla gama de insumos, como consultas internas e externas com partes interessadas, pesquisas com beneficiários dessas atividades e parceiros de desenvolvimento, estudos de antecedentes e as recomendações de um grupo consultivo externo.

A visão estratégica do FMI para as atividades de desenvolvimento de capacidades se baseia na sua vantagem comparativa da instituição e nas suas prioridades de supervisão em meio a um cenário mundial de desenvolvimento de capacidades em transformação, caracterizado pela grande incerteza decorrente do aumento da dívida, tensões

geopolíticas, mudanças climáticas e digitalização. As propostas dessa revisão giram em torno de seis áreas-chave: priorização e integração do desenvolvimento de capacidades, modelos de financiamento, monitoramento e avaliação, modalidades de prestação, presença em campo e políticas de recursos humanos. Outros marcos importantes nessa área no exercício 2024 foram o lançamento das operações inaugurais da Parceria Mundial para as Finanças Públicas (GFPF) e do Fundo para o

Desenvolvimento das Capacidades da Ucrânia (UCDF). A GFPF se tornará o principal instrumento para oferecer capacitação na área fiscal a economias de mercados emergentes e em desenvolvimento, com foco principal em países de baixa renda e Estados frágeis e afetados por conflitos. Ajudará os países membros a avançar em suas agendas de mobilização de recursos internos, implementando boas políticas e uma forte gestão das receitas públicas internas, fundamentais para apoiar a Iniciativa de Mobilização de Recursos Internos do G20 e os objetivos de desenvolvimento dos países. O UCDF fornecerá recursos substanciais para a ampliação da assistência técnica e da formação em apoio à ambiciosa agenda de reforma econômica do governo ucraniano.

O exercício 2024 também marcou a reabertura do escritório do Centro Regional de Assistência Técnica do Oriente Médio no Líbano e vários aniversários importantes: 30 anos do Centro de Assistência Técnica Financeira do Pacífico (Fiji); 25 anos do Instituto Regional de Formação de Singapura (Singapura); 20 anos do Centro Regional de Assistência Técnica para a África Ocidental francófona (Côte d'Ivoire) e 10 anos do Instituto de Formação para África (Ilhas Maurício), do Centro Regional de Assistência Técnica para a África Ocidental anglófona e lusófona (Gana) e do programa de aprendizagem on-line do FMI (ver a Caixa 2.2).



Estados Unidos

Revisão da Estratégia de Desenvolvimento das Capacidades do FMI

Rumo a um modelo mais flexível, integrado e adaptado

Antecedentes. A cada cinco anos, a Diretoria Executiva do FMI recebe informações sobre a evolução e as reformas relacionadas às atividades de desenvolvimento das capacidades oferecidas pelo FMI, toma as decisões de políticas necessárias e oferece orientações sobre as metas para o próximo quinquênio no contexto de uma revisão formal da estratégia de desenvolvimento das capacidades. A revisão foi concluída em 2018.

A revisão de 2024 ocorreu num cenário mundial em rápida evolução. Após a pandemia, os países membros estão enfrentando uma série de desafios, como incertezas macrofinanceiras e

vulnerabilidades da dívida, os quais são agravados por choques climáticos mais frequentes e intensos, maior insegurança alimentar e energética, tensões geopolíticas e a revolução digital.

As prioridades e as práticas de trabalho do FMI também evoluíram. As mudanças climáticas, os Estados frágeis e afetados por conflitos, as questões de gênero e a moeda digital são novas prioridades institucionais, enquanto a supervisão visa oferecer assessoria em políticas mais adaptada e direcionada em meio a grandes incertezas dos países membros, como destacamos no *Relatório Anual* de 2021.

A conjuntura econômica mundial desafiadora exige que a capacitação oferecida pelo FMI seja ainda mais flexível, integrada e adaptada. De acordo com a revisão feita pelo Gabinete de Avaliação Independente (IEO) do FMI em 2022, as atividades de desenvolvimento das capacidades oferecidas pela instituição são eficazes, pertinentes e valorizadas pelos países membros. As recomendações do IEO delinearam um caminho para ampliar ainda mais o impacto nessa área.

PRINCIPAIS CONCLUSÕES DA REVISÃO DE 2024

O tamanho atual do desenvolvimento das capacidades em relação às outras atividades principais do FMI é, de modo geral, adequado, mas é preciso mais flexibilidade. Tanto o volume geral dos gastos em desenvolvimento das capacidades para responder a choques ou mudanças estruturais como a sua composição por região e tópico poderiam ser mais flexíveis.

A integração com a supervisão e a concessão de empréstimos é fundamental para o êxito das atividades de desenvolvimento das capacidades. Houve um avanço substancial nos processos internos e na inclusão das questões de desenvolvimento das capacidades nos documentos e discussões da Diretoria. A revisão sugere novos caminhos para que a Diretoria obtenha uma visão mais clara da priorização, amplie a cobertura das questões de desenvolvimento das capacidades nos relatórios do corpo técnico e ofereça melhores incentivos internos para uma integração eficaz.

A análise identifica opções para melhorar o modelo de financiamento e discute formas de mitigar os riscos de financiamento. O uso maior de financiamento externo permitiu que o FMI suprisse a crescente demanda por capacitação num contexto de orçamento real estável. Contudo, captar recursos está cada vez mais difícil. A revisão identifica opções e maneiras de reduzir o custo da administração de múltiplas fontes de financiamento e riscos para apoiar a continuidade da prestação e priorização.

Reforçar o monitoramento e a avaliação e modernizar a prestação poderiam aumentar ainda

mais o impacto das atividades de desenvolvimento das capacidades. A revisão reafirma que o FMI tem sido amplamente eficaz e impactante nessa área. Propõe um envolvimento mais próximo das autoridades nacionais na gestão dos resultados, avaliações mais frequentes e uma melhor incorporação dos resultados do monitoramento e da avaliação na elaboração de projetos e estratégias para aumentar o impacto das atividades de desenvolvimento das capacidades. A revisão também propõe a modernização das modalidades de prestação, por exemplo, por meio de um formato híbrido que aproveite bem a tecnologia.

A presença em campo, em especial por meio dos centros regionais de desenvolvimento das capacidades, é fundamental para o modelo do FMI, permitindo uma capacitação mais intensiva e adaptada às necessidades locais. A revisão propõe ações para refletir esse desdobramento por meio da evolução das estruturas de financiamento, governança e relacionamento com as atividades da sede. Também sugere um aumento contínuo da presença em campo, considerando a evolução de todas as operações e restrições orçamentárias do FMI.

A revisão propõe várias medidas para melhorar o ambiente de trabalho para o pessoal do FMI envolvido nas atividades de desenvolvimento das capacidades, incluindo uma revisão estratégica da respectiva estrutura de pessoal. O crescimento da presença em campo foi acompanhado por mudanças na composição das equipas de desenvolvimento das capacidades e por desafios nos modelos de recursos humanos para o pessoal dessa área. O foco recai sobre medidas específicas de curto prazo que podem motivar o pessoal encarregado da capacitação. A revisão estratégica proposta estará vinculada a outros trabalhos em andamento, em áreas como o emprego de profissionais localizados nos países.

As propostas de reforma estão inter-relacionadas e envolvem riscos que precisam ser administrados. A revisão avalia os riscos envolvidos na implementação das novas propostas e as respectivas estratégias de gestão dos riscos para embasar a implementação eficaz das propostas.



Singapura

Dez anos do programa de aprendizagem on-line do FMI

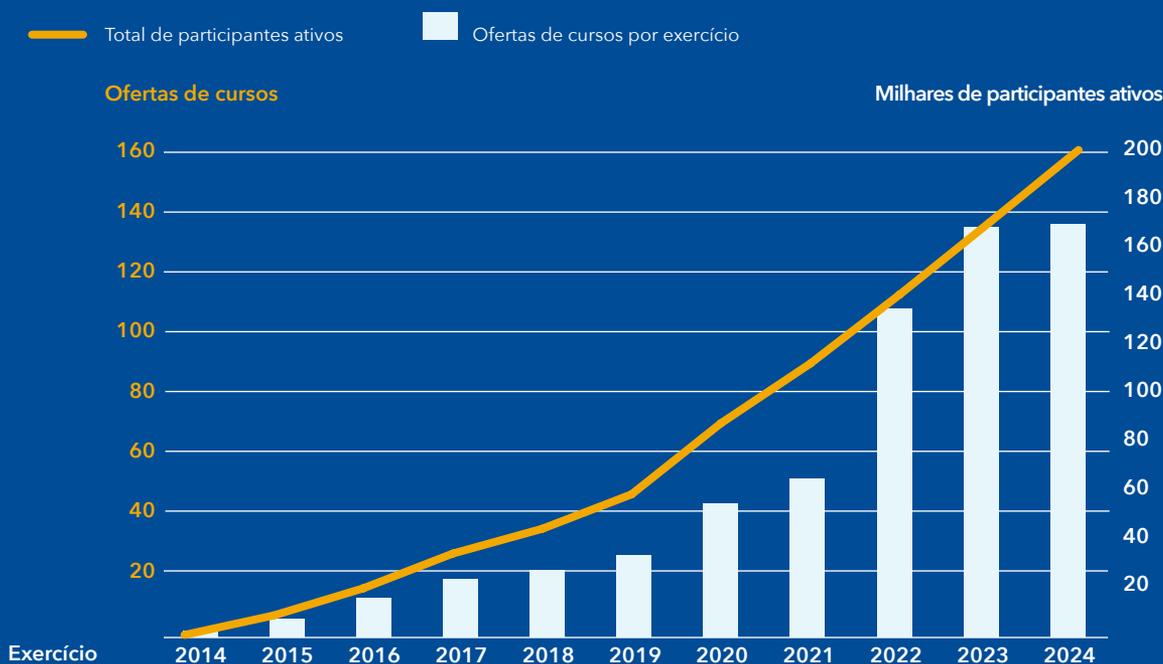
O programa de aprendizagem on-line do FMI, uma modalidade cada vez mais importante de capacitação graças à forte demanda dos países membros, se tornou possível graças ao generoso apoio do Governo do Japão. O programa comemorou a sua primeira década de operação durante o exercício financeiro 2024.

O programa expandiu-se substancialmente na última década. A participação nos cursos on-line continua a crescer, elevando o total acumulado de alunos ativos em todo o mundo para mais de 200 mil (ver a figura da caixa 2.1). O Canal de Aprendizagem do Instituto do FMI oferece vídeos de microaprendizagem em diversas áreas de especialização da instituição e já alcançou mais

de 16.500 assinantes e mais de 1,23 milhão de visualizações individuais.

Com quase 100 cursos on-line disponíveis para servidores dos governos e o público em geral, o programa de formação continua a ser enriquecido em áreas cruciais de interesse mundial. Novos cursos modulares foram acrescentados à série “Formação Virtual para Promover a Administração de Receitas” (VITARA) (Programa de Gestão e Auditoria do Desempenho), e novos cursos sobre estatísticas macroeconômicas (Indicadores de Solidez Financeira, Índice de Preços ao Produtor) e gestão da dívida (Gestão da Dívida, Informação sobre a Dívida e Relações com Investidores) já estão disponíveis. Além disso, o programa oferece mais de 40 cursos em outros idiomas além do inglês e, assim, o conhecimento

FIGURA 2.1
Participação nos cursos de aprendizagem on-line, 2014-2024



Fonte: Instituto do FMI para o Desenvolvimento das Capacidades



do FMI agora também está disponível em árabe, espanhol, francês, português e russo.

O uso da aprendizagem on-line no formato híbrido de formação e assistência técnica, ou em conjunto com a supervisão, continua a ampliar o impacto da capacitação do FMI ao preparar as autoridades para missões virtuais ou presenciais. Um exemplo notável de integração entre a supervisão e o desenvolvimento das capacidades é o uso do curso on-line *VAT Gap Estimation Model* antes de uma missão de assistência técnica em Honduras para estimar a brecha tributária relacionada ao IVA e identificar regimes tributários preferenciais e brechas na conformidade. Essas constatações ajudaram as autoridades a elaborar um projeto de lei para simplificar os regimes tributários preferenciais, em

conformidade com as recomendações de longa data do FMI. Além disso, no exercício 2024, 15 cursos concebidos especificamente para o formato híbrido de desenvolvimento das capacidades, abrangendo vários tópicos em análise e estatísticas macroeconômicas e outras áreas, foram oferecidos e receberam *feedback* positivo dos departamentos de desenvolvimento de capacidades do FMI em termos de ganhos de aprendizagem e satisfação dos participantes.

Todos os cursos na plataforma on-line podem ser acessados gratuitamente a qualquer hora e em qualquer lugar, o que faz do programa um bem público mundial que dissemina conhecimentos e competências para uma economia mundial mais sustentável e inclusiva.

Ampliação do desenvolvimento das capacidades para Estados frágeis e afetados por conflitos

Os Estados frágeis e afetados por conflitos, um grupo de cerca de 40 países que abrigam 1 bilhão de pessoas, estão entre os países membros mais vulneráveis da comunidade internacional. Embora cada país seja diferente, os Estados frágeis costumam sofrer de uma combinação de baixa capacidade estatal e prestação limitada de serviços públicos, maiores concentrações de pobreza extrema, desafios de governança, disparidades de gênero e, em alguns casos, conflitos armados. Em consequência, os Estados frágeis estão mais expostos a choques externos, como pandemias, riscos relacionados ao clima e crises econômicas, mas também podem ser fontes ativas de instabilidade regional, gerando efeitos colaterais como a insegurança transfronteiriça e o deslocamento forçado.

O FMI intensificou seu envolvimento com esses Estados, especialmente por meio da implementação de uma estratégia abrangente aprovada em 2022.

Essa estratégia oferece um quadro operacional e um conjunto de ações prioritárias que permitem à instituição apoiar esses países de forma mais eficaz, ajudando-os a alcançar a estabilidade macroeconômica, fortalecer a resiliência e promover o crescimento inclusivo para deixar a fragilidade para trás. Reconhecendo que o caminho da fragilidade até a estabilidade pode levar décadas, a ampliação do desenvolvimento das capacidades para fortalecer as instituições econômicas é um pilar central da estratégia para os Estados frágeis e afetados por conflitos. Durante o exercício 2024, mais 17 especialistas de longo prazo foram destacados nos países e em centros regionais de desenvolvimento das capacidades para capacitar as autoridades a fim de aumentar as receitas fiscais, controlar e priorizar os gastos públicos, gerir a dívida pública, desenvolver bancos centrais que funcionem bem, intensificar a regulamentação e a supervisão financeiras, fortalecer a governança, publicar estatísticas econômicas precisas e oportunas, e criar quadros macroeconômicos e ferramentas básicas para embasar

as decisões de política econômica. Eis alguns exemplos dos países:

- Apoio às autoridades na elaboração e implementação de uma estratégia de gestão das finanças públicas no Chade, fortalecimento da capacidade de previsão de impostos no Mali e uso da tecnologia *blockchain* para reforçar o controle da folha salarial na Guiné-Bissau.
- Modernização das operações do banco central e supervisão do setor financeiro em Moçambique e na Somália, além de assistência técnica no sistema de compilação do índice de preços ao consumidor no Iraque e apoio ao banco central do Haiti nas estimativas trimestrais do PIB.
- Assistência técnica para desenvolver quadros macroeconômicos e melhorar a capacidade de previsão na Papua Nova Guiné e em Timor-Leste.
- Assistência ao Chade na atualização de estatísticas para as contas nacionais e ao Lêmen na dívida do setor público e nas estatísticas das finanças públicas.

Em conjunto com os 12 especialistas de longo prazo já destacados no exercício 2023, o FMI acresceu 27 novos consultores residentes em centros regionais de desenvolvimento das capacidades e em postos nos países, desde a aprovação da estratégia para os Estados frágeis e afetados por conflitos em março de 2022, graças ao generoso apoio dos parceiros de desenvolvimento. Em consequência, a capacidade do FMI de implementar atividades de desenvolvimento das capacidades nesses países com especialistas de longo prazo no local, e trabalhando em estreita colaboração com as autoridades, cresceu consideravelmente, em linha com a estratégia estabelecida. Isso é de especial importância para os países afetados por conflitos, nos quais manter o envolvimento por meio da capacitação é fundamental para evitar o colapso das instituições responsáveis pela formulação da política econômica em contextos com enormes restrições.



Ucrânia

A CAPACITAÇÃO EM NÚMEROS EF 2024

US\$ 382

milhões para a assessoria técnica prática, formação centrada nas políticas e aprendizagem entre pares



Gana

7

idiomas de formação propostos



Marrocos

2.346

visitas de DC envolvendo 1.716 peritos



Marrocos



Egito

521

cursos ministrados

18.563

funcionários receberam formação



Egito

2

Estados frágeis figuram entre os 10 principais beneficiários do desenvolvimento das capacidades



Bangladesh

Gastos por produto principal do FMI

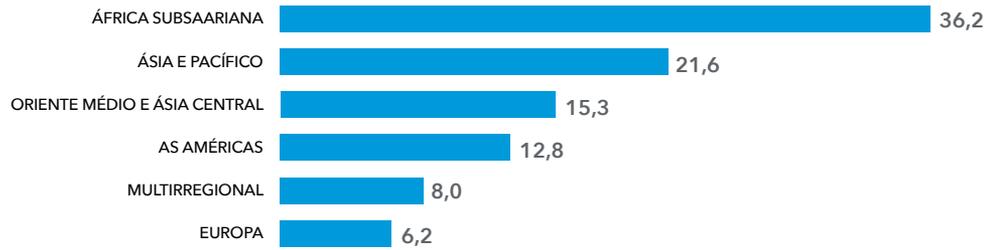


Fonte: Cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: Exclui reservas diversas e centrais. Operações diretas com os países abrangem apenas o trabalho direto com os países membros.

¹ Apenas a prestação. Exclui atividades de desenvolvimento das capacidades relacionadas a políticas, análises e outras áreas de produção.

FIGURA 2.2
 DESENVOLVIMENTO
 DAS CAPACIDADES POR
REGIÃO
 EXERCÍCIO 2024
 (% do total)



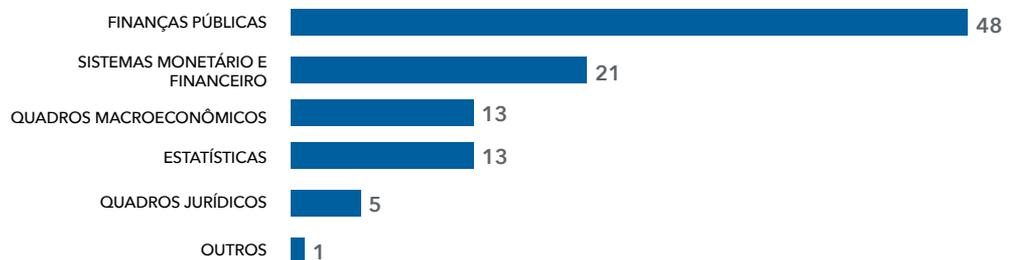
Fontes: Programa de Gestão e Administração das Atividades de Desenvolvimento das Capacidades do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

FIGURA 2.3
 DESENVOLVIMENTO
 DAS CAPACIDADES POR
GRUPOS DE PAÍSES POR RENDA
 EXERCÍCIO 2024
 (% do total)



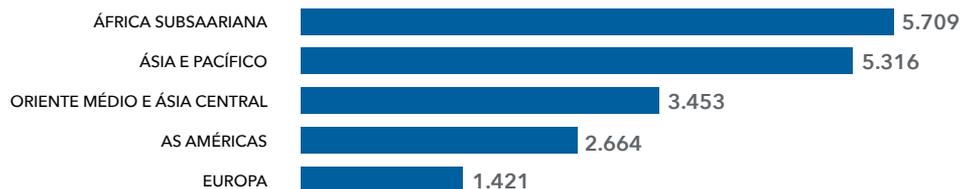
Fontes: Programa de Gestão e Administração das Atividades de Desenvolvimento das Capacidades do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

FIGURE 2.4
 PRESTAÇÃO DIRETA
 DE ATIVIDADES DE
 DESENVOLVIMENTO
 DAS CAPACIDADES POR
ÁREA
 EXERCÍCIO 2024
 (% do total)



Fontes: Programa de Gestão e Administração das Atividades de Desenvolvimento das Capacidades do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

FIGURA 2.5
FORMAÇÃO
PARTICIPAÇÃO NOS
CURSOS, POR REGIÃO
DE ORIGEM DOS
PARTICIPANTES
EXERCÍCIO 2024
(número de participantes)



Fontes: Sistema de acompanhamento dos participantes e candidatos do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: A maior parte da formação oferecida pelo FMI está centralizada no Programa de Formação do Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD), que inclui cursos coordenados pelo ICD e ministrados pelo próprio ICD, por outros departamentos da sede do FMI e pelos diversos centros regionais de desenvolvimento das capacidades do FMI, além de programas dirigidos a servidores públicos nacionais. A formação inclui também os cursos on-line do FMI concluídos satisfatoriamente pelos servidores nacionais, bem como formações dos departamentos funcionais fora do programa de formação do ICD.

FIGURA 2.6
FORMAÇÃO
PARTICIPAÇÃO POR
GRUPO DE RENDA
EXERCÍCIO 2024
(número de participantes)



Fontes: Sistema de acompanhamento dos participantes e candidatos do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Nota: A maior parte da formação oferecida pelo FMI está centralizada no Programa de Formação do Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades (ICD), que inclui cursos coordenados pelo ICD e ministrados pelo próprio ICD, por outros departamentos da sede do FMI e pelos diversos centros regionais de desenvolvimento das capacidades do FMI, além de programas dirigidos a servidores públicos nacionais. A formação inclui também os cursos on-line do FMI concluídos satisfatoriamente pelos servidores nacionais, bem como formações dos departamentos funcionais fora do programa de formação do ICD.

Os 10 principais parceiros das atividades de desenvolvimento das capacidades do FMI

(contribuições em dólares dos Estados Unidos nos últimos três exercícios, EFs 2022-24)

1. Japão
2. União Europeia
3. China
4. Suíça
5. Índia
6. França
7. Kuwait
8. Alemanha
9. Países Baixos
10. Coreia

Nota: Inclui o apoio a centros regionais de desenvolvimento das capacidades de prestado diretamente pelos países anfitriões.

Os 10 principais beneficiários das atividades de desenvolvimento das capacidades do FMI

(gastos em dólares dos Estados Unidos, EF 2024)

1. Camboja
2. Sri Lanka
3. Uzbequistão
4. República Democrática do Congo
5. Gana
6. Moçambique
7. Maláui
8. Gâmbia
9. Serra Leoa
10. Bangladesh

Fontes: Programa de Gestão e Administração das Atividades de Desenvolvimento das Capacidades do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

10 principais beneficiários, segundo a participação em cursos

(em semanas de participação, EF 2024)

1. Índia
2. China
3. Bangladesh
4. Camboja
5. Nigéria
6. Quênia
7. Camarões
8. Sri Lanka
9. Uzbequistão
10. Nepal

Fontes: Sistema de acompanhamento dos participantes e candidatos (PATS) do FMI; e cálculos do corpo técnico do FMI.

Quadro 2.4. Fundos temáticos e fundos nacionais do FMI para o desenvolvimento das capacidades

(Em 30 de abril de 2024)

Nome	Parceiros
Prevenção à lavagem de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo (AML/CFT)	Alemanha, Arábia Saudita, Canadá, Coreia, França, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Qatar, Reino Unido, Suíça
Iniciativa de Desenvolvimento das Capacidades para fazer face à COVID-19 (CCCDI)	Alemanha, Bélgica, Canadá, China, Coreia, Espanha, Japão, Singapura, Suíça
Dados para Decisões (D4D)	Alemanha, China, Coreia, Japão, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Suíça, União Europeia
Mecanismo de Gestão da Dívida (DMF III) (em conjunto com o Banco Mundial)	Alemanha, Áustria, Banco Africano de Desenvolvimento, Canadá, Estados Unidos, França, Japão, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suíça, União Europeia
Fundo para a Estabilidade do Setor Financeiro (FSSF)	Alemanha, Arábia Saudita, Banco Europeu de Investimento, China, Itália, Luxemburgo, Reino Unido, Suécia, Suíça
Parceria Mundial para as Finanças Públicas (GPFP)	Alemanha, Bélgica, França, Japão, Luxemburgo, Países Baixos, Reino Unido, Suécia, Suíça
Gestão da Riqueza dos Recursos Naturais (MNRW)	Austrália, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suíça, União Europeia
Fundo Temático para a Mobilização de Receitas (RMTF)	Alemanha, Austrália, Bélgica, Coreia, Dinamarca, França, Japão, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suécia, Suíça, União Europeia
Fundo para a Somália	Canadá, Itália, Reino Unido, Suécia, União Europeia
Ferramenta Diagnóstica de Avaliação da Administração Tributária (TADAT)	Alemanha, França, Japão, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suíça, União Europeia
Fundo para o Desenvolvimento das Capacidades da Ucrânia (UCDF)	Irlanda, Japão, Letônia, Lituânia, Países Baixos, República Eslovaca

Quadro 2.5. Centros regionais de desenvolvimento das capacidades do FMI

(Em 30 de abril de 2024)

Nome	Parceiros	Países membros
Instituto de Formação para África (ATI)	Alemanha, Banco Europeu de Investimento, China, Ilhas Maurício (país-sede), União Europeia	Formação oferecida a 45 países na África Subsaariana
AFRITAC Central (AFC)	Alemanha, Bélgica, China, França, Gabão (país-sede), União Europeia	Burundi, Camarões, Chade, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro-Africana, República do Congo, República Democrática do Congo, São Tomé e Príncipe
AFRITAC Oriental (AFE)	Alemanha, China, Noruega, Países Baixos, Reino Unido, Suíça, Tanzânia (país-sede), União Europeia	Eritreia, Etiópia, Quênia, Maláui, Ruanda, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda
AFRITAC Sul (AFS)	Alemanha, China, Ilhas Maurício (país-sede), Reino Unido, Suíça, União Europeia	África do Sul, Angola, Botsuana, Comores, Essuatíni, Lesoto, Madagáscar, Maurício, Moçambique, Namíbia, Seicheles, Zâmbia, Zimbábue
AFRITAC Ocidental (AFW)	Alemanha, Banco Europeu de Investimento, Bélgica, China, Côte d'Ivoire (país-sede), França, Luxemburgo, Noruega, Países Baixos, Suíça, União Europeia	Benin, Burkina Faso, Côte d'Ivoire, Guiné, Guiné-Bissau, Mali, Mauritânia, Níger, Senegal, Togo
AFRITAC Ocidental 2 (AFW2)	Alemanha, Banco Europeu de Investimento, China, Gana (país-sede), Reino Unido, Suíça, União Europeia	Cabo Verde, Gâmbia, Gana, Libéria, Nigéria, Serra Leoa
Gabinete de Desenvolvimento das Capacidades do FMI na Tailândia (CDOT)	Japão, Tailândia (país-sede)	Principais países beneficiários: Camboja, República Democrática Popular do Laos, Myanmar, Vietnã; certos projetos no CDOT também abrangem outros países na região do Sudeste Asiático e na região das ilhas do Pacífico.
Centro Regional de Assistência Técnica do Caribe (CARTAC)	Banco Central do Caribe Oriental, Banco de Desenvolvimento do Caribe, Barbados (país-sede), Canadá, Estados Unidos, México, Países Baixos, Reino Unido, União Europeia	Anguila, Antígua e Barbuda, Aruba, Bahamas, Barbados, Belize, Bermuda, Curaçau, Dominica, Granada, Guiana, Haiti, Ilhas Cayman, Ilhas Virgens Britânicas, Jamaica, Montserrat, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas, Sint Maarten, Suriname, Trinidad e Tobago, Turks e Caicos

Fonte: Instituto do FMI para o Desenvolvimento das Capacidades

Nota: O FMI também oferece cursos no contexto de programas regionais de formação.

Nome	Parceiros	Países membros
Centro Regional de Desenvolvimento das Capacidades do Cáucaso, Ásia Central e Mongólia (CCAMTAC)	Banco Asiático de Desenvolvimento, China, Cazaquistão (país-sede), Coreia, Estados Unidos, Polónia, Rússia, Suíça, União Europeia	Armênia, Azerbaijão, Cazaquistão, Geórgia, Mongólia, República Quirguiz, Tadjiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão
Centro Regional de Assistência Técnica para a América Central, Panamá e República Dominicana (CAPTAC-DR)	Banco Centro-Americano de Integração Econômica, Colômbia, Espanha, Guatemala (país-sede), Luxemburgo, México, Noruega, União Europeia	Costa Rica, El Salvador, Guatemala, Honduras, Nicarágua, Panamá, República Dominicana
Centro de Desenvolvimento das Capacidades China-FMI (CICDC)	China (país-sede)	Formação oferecida à China e uma série de países
Instituto Multilateral de Viena (JVI)	Áustria (membro primário e país-sede) e parceiros/doadores internacionais	Formação oferecida a 31 países (30 na Europa Central, Oriental e do Sudeste, Cáucaso, Ásia Central e o Irã)
Centro de Economia e Finanças do Oriente Médio (CEF)	Kuwait (país-sede)	Formação oferecida aos países membros da Liga Árabe
Centro Regional de Assistência Técnica do Oriente Médio (METAC)	Alemanha, França, Países Baixos, Suíça, União Europeia	Afeganistão, Argélia, Cisjordânia e Gaza, Djibouti, Egito, Iêmen, Iraque, Jordânia, Líbano, Líbia, Marrocos, Síria, Sudão, Tunísia
Centro de Assistência Técnica Financeira do Pacífico (PFTAC)	Austrália, Banco Asiático de Desenvolvimento, Coreia, Estados Unidos, Fiji (país-sede), Japão, Nova Zelândia, União Europeia	Fiji, Ilhas Cook, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Kiribati, Micronésia, Nauru, Niue, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Timor-Leste, Tokelau, Tonga, Tuvalu, Vanuatu
Instituto Regional de Formação FMI-Singapura (STI)	Japão, Singapura (país-sede)	Formação oferecida a 38 países na região da Ásia e do Pacífico
Centro Regional de Formação e Assistência Técnica do Sul da Ásia (SARTTAC)	Austrália, Coreia, Índia (país-sede), Reino Unido, União Europeia	Bangladesh, Butão, Índia, Maldivas, Nepal, Sri Lanka

→ PARTE 3

QUEM SOMOS



FMI conta com uma equipe de Direção-Geral e 18 departamentos que trabalham com os países e realizam atividades analíticas, técnicas e relacionadas com questões de política. Uma lista dos altos funcionários do FMI pode ser encontrada na página 66 e o organograma da instituição pode ser consultado na página Web do FMI intitulada “Quadros dirigentes do Fundo Monetário Internacional”.



ORGANOGRAMA
DO
FMI
IMF.ORG/ORGCHART



Estados Unidos

DIRETORES EXECUTIVOS

Em 30 de abril de 2024



A Diretoria Executiva (a Diretoria) conduz as atividades diárias do FMI. É composta por 24 Diretores Executivos, eleitos pelos países membros ou por grupos de países, e pela Diretora-Geral, que a preside.



Todos os países membros do FMI são representados na Diretoria Executiva da instituição, que debate as consequências nacionais, regionais e mundiais das políticas econômicas de cada país membro, aprova o financiamento do FMI para ajudar os países membros a resolver problemas temporários de balanço de pagamentos e supervisiona as iniciativas do FMI em matéria de desenvolvimento das capacidades.

EQUIPE DA DIREÇÃO-GERAL

O FMI tem uma Diretora-Geral, que é chefe do pessoal e Presidente da Diretoria Executiva. A Diretora-Geral é auxiliada por uma Primeira Diretora-Geral Adjunta e três outros Diretores-Gerais Adjuntos.





Primeira Diretora-Geral Adjunta
GITA GOPINATH

Diretor-Geral Adjunto
BO LI

Diretora-Geral
KRISTALINA GEORGIEVA

Diretor-Geral Adjunto
KENJI OKAMURA

Diretora-Geral Adjunta
ANTOINETTE SAYEH

DIRETORES EXECUTIVOS E SUPLENTE

Em 30 de abril de 2024

Afonso S. Bevilaqua Reshma Mahabir Bruno Saraiva	Brasil, Cabo Verde, Equador, Guiana, Haiti, Nicarágua, Panamá, República Dominicana, Suriname, Timor- Leste, Trinidad e Tobago	Willie Nakunyada Vuyelwa Vumendlini Adriano Ubisse	África do Sul, Angola, Botsuana, Burundi, Eritreia, Essuatíni, Etiópia, Gâmbia, Lesoto, Libéria, Maláui, Moçambique, Namíbia, Nigéria, Quênia, Serra Leoa, Somália, Sudão, Sudão do Sul, Tanzânia, Uganda, Zâmbia, Zimbábue
Bahador Bijani Mohammed El Qorchi	Argélia, Gana, Líbia, Marrocos, Paquistão, República Islâmica do Irã, Tunísia	Robert Bruce Nicholl Hu Jin Kim Oscar Parkyn	Austrália, Coreia, Ilhas Marshall, Ilhas Salomão, Kiribati, Micronésia, Mongólia, Nauru, Nova Zelândia, Palau, Papua Nova Guiné, Samoa, Seicheles, Tuvalu, Vanuatu
Abdullah F. BinZarah Mohamed Ahmed A. Alrashed	Arábia Saudita	Régis O. N'Sondé Mbuyamu Matungulu	Benim, Burkina Faso, Camarões, Chade, Comores, Côte d'Ivoire, Djibouti, Gabão, Guiné, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Madagáscar, Mali, Maurício, Mauritânia, Níger, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, República do Congo, Ruanda, São Tomé e Príncipe, Senegal, Togo
Arnaud Fernand Buissé Paul-Simon Benac	França	Daniel Palotai Yunus Arinci Christian Just	Áustria, Belarus, Eslovênia, Hungria, Kosovo, República Checa, República Eslovaca, Turquia
Federico Giammusso Michael Massourakis	Albânia, Grécia, Itália, Malta, Portugal, San Marino	Marcel Peter Petryk Łoszewski	Azerbaijão, Cazaquistão, Polónia, República Quirguiz, Sérvia, Suíça, Tajiquistão, Turcomenistão, Uzbequistão
Alfonso Guerra Juan Sebastian Betancur Mora Pablo De Ramon-Laca Clausen	Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Espanha, Guatemala, Honduras, México	Veda Poon Matt Trott	Reino Unido
Rodrigo Alfaro Leonardo Madcur	Argentina, Bolívia, Chile, Paraguai, Peru, Uruguai	Elizabeth Shortino Vago	Estados Unidos
Paul Hilbers Luc Dresse Vladislav Rashkovan	Andorra, Armênia, Bélgica, Bósnia e Herzegovina, Bulgária, Chipre, Croácia, Geórgia, Israel, Luxemburgo, Macedônia do Norte, Moldova, Montenegro, Países Baixos, Romênia, Ucrânia	Joerg Stephan Ludger Wocken	Alemanha
Philip Jennings Georgina Fitzgerald	Antígua e Barbuda, Bahamas, Barbados, Belize, Canadá, Dominica, Granada, Irlanda, Jamaica, Santa Lúcia, São Cristóvão e Névis, São Vicente e Granadinas	Krishnamurthy Venkata Subramanian Pahath Kumbure Gedara Harischandra	Bangladesh, Butão, Índia, Sri Lanka
Yati Kurniati Raja Anwar	Brunei Darussalam, Camboja, Fiji, Filipinas, Indonésia, República Democrática Popular do Laos, Malásia, Myanmar, Nepal, Singapura, Tailândia, Tonga, Vietnã	Vitas Vasiliauskas Anne Marcussen	Dinamarca, Estônia, Finlândia, Islândia, Letônia, Lituânia, Noruega, Suécia
Jun Mizuguchi Shuntaro Hara	Japão	Zhengxin Zhang Vago	China
Mahmoud Mohieldin Ali Alhosani	Bahrein, Egito, Emirados Árabes Unidos, Iêmen, Iraque, Jordânia, Kuwait, Líbano, Maldivas, Omã, Qatar		
Aleksei Mozhin Sergey Potapov	Rússia, Síria		

QUADROS DIRIGENTES

Quadros dirigentes em 30 de abril de 2024

Departamentos regionais	
Abebe Selassie	Diretor, Departamento da África
Krishna Srinivasan	Diretor, Departamento da Ásia e do Pacífico
Alfred Kammer	Diretor, Departamento da Europa
Jihad Azour	Diretor, Departamento do Oriente Médio e da Ásia Central
Rodrigo Valdés	Diretor, Departamento do Hemisfério Ocidental
Departamentos funcionais	
Julie Ann Kozack	Diretora, Departamento de Comunicação
Bernard Lauwers	Diretor, Departamento Financeiro
Vítor Gaspar	Diretor, Departamento de Finanças Públicas
Dominique Desruelle	Diretor, Instituto para o Desenvolvimento das Capacidades
Rhoda Weeks-Brown	Conselheira Jurídica e Diretora, Departamento Jurídico
Tobias Adrian	Conselheiro Financeiro e Diretor, Departamento de Mercados Monetários e de Capitais
Pierre-Olivier Gourinchas	Conselheiro Econômico e Diretor, Departamento de Estudos
Albert Kroese	Estatístico-Chefe, CDO e Diretor, Departamento de Estatística
Ceyla Pazarbasioglu	Diretora, Departamento de Estratégia, Políticas e Avaliação
Gabinetes de informação e ligação	
Akihiko Yoshida	Diretor, Gabinete Regional para a Ásia e o Pacífico
Robert Powell	Representante Especial junto às Nações Unidas
Departamentos de serviços de apoio	
Brian Christensen	Diretor, Departamento de Serviços Institucionais e Instalações
Catriona Purfield	Diretora, Departamento de Recursos Humanos
Shirin Hamid	Diretora de Informática e Diretora, Departamento de Tecnologia da Informação
Ceda Ogada	Secretário do FMI e Diretor, Departamento de Secretaria
Gabinetes	
Michele Shannon	Diretora, Gabinete de Orçamento e Planejamento
James John	Diretor, Gabinetes na Europa
Pablo Moreno	Diretor, Gabinete de Avaliação Independente
Ashlene van der Colff	Diretora, Gabinete de Auditoria Interna
Derek Bills	Diretor, Gabinete de Investimentos
Romy Bowers	Diretora, Gabinete de Gestão de Riscos
Camilla Andersen	Chefe, Gabinete de Gestão da Transformação

RECURSOS



Estados Unidos

ORÇAMENTO DE MÉDIO PRAZO

Em abril de 2023, a Diretoria Executiva do FMI autorizou um orçamento administrativo bruto global para o exercício 2024 de US\$ 1,808 bilhão, juntamente com orçamentos indicativos para os exercícios 2025 e 2026. Ao mesmo tempo em que é mantida uma tradição de longa data de prudência fiscal e de economia sustentada com a redefinição de prioridades internas, os Diretores Executivos aprovaram a segunda parcela de US\$ 29 milhões do quadro de aumento orçamentário direcionado dos exercícios 2023-25 para intensificar o trabalho do FMI nos desafios mundiais de longo prazo. De acordo com o aumento, o orçamento administrativo líquido real está programado para aumentar em média 2% a cada ano durante esse período. O orçamento administrativo bruto inclui

US\$ 1,411 bilhão em recursos administrativos líquidos, US\$ 250 milhões em reembolsos externos para atividades de desenvolvimento das capacidades, um transporte de exercícios anteriores de US\$ 87 milhões financiado pelo FMI e um transporte de US\$ 7 milhões financiado com recursos externos. Foi aprovado um financiamento de capital de US\$ 108 milhões para uso durante três anos, com o aumento da alocação refletindo a retomada dos investimentos relacionados às instalações, como o espaço de trabalho híbrido e as necessidades de campo, a continuidade da estabilização dos investimentos em tecnologia da informação e os gastos mais altos com a nuvem.

As despesas administrativas efetivas no exercício 2024 totalizaram US\$ 1,666 bilhão, ou 92% do orçamento administrativo bruto global. A taxa de execução do orçamento administrativo líquido

Quadro 3.1. Orçamentos administrativos e de capital, exercícios 2023–25

(em milhões de US\$, salvo outra indicação)

	Exercício 2023		Exercício 2024		Exercício 2025		
	Orçamento total	Resultado	Estrutural	Temporário	Orçamento total	Resultado	Orçamento total
Financiado pelo FMI (bruto)	1.432	1.327	1.455	95	1.551	1.450	1.642
Orçamento administrativo líquido	1.295	1.294	1.411	–	1.411	1.410	1.501
D. q. aumento no exercício	23	–	29	–	29	–	30
D. q. aumento do orçamento do OED	–	–	–	–	–	–	9
D. q. Reuniões Anuais	–	–	7	–	7	7	–
Receita geral ¹	36	33	44	-1	44	40	48
Transporte de recursos e outros	102	–	–	96	96	–	94
Financiado com recursos externos (bruto)²	236	195	250	7	257	216	283
Receita (majoritariamente relacionada ao DC)	230	195	250	–	250	219	276
Transporte de recursos (limite)	6	–	–	7	7	–	8
Orçamento administrativo bruto	1.668	1.522	1.706	102	1.808	1.666	1.925
Capital³	78	96	108	–	108	110	122
Instalações	19	38	–	–	47	49	54
Uso intensivo de TI – direto	44	45	–	–	41	42	45
Uso intensivo de TI – soluções informáticas na nuvem	15	13	–	–	20	19	23
<i>Por memória:</i>							
Transporte de recursos	93			87	87		79

Fonte: FMI, Gabinete de Orçamento e Planejamento.

Nota: OED = Gabinetes dos Diretores Executivos; D. q = do qual.

¹ Exclui a receita com financiamento externo.

² A diferença entre a despesa e a receita (com financiamento externo) de IMF02 no exercício 2024 é causada pelo uso do custo padrão para calcular os gastos com benefícios de especialistas de longo prazo.

³ Reflete a disponibilidade de financiamento de três anos.

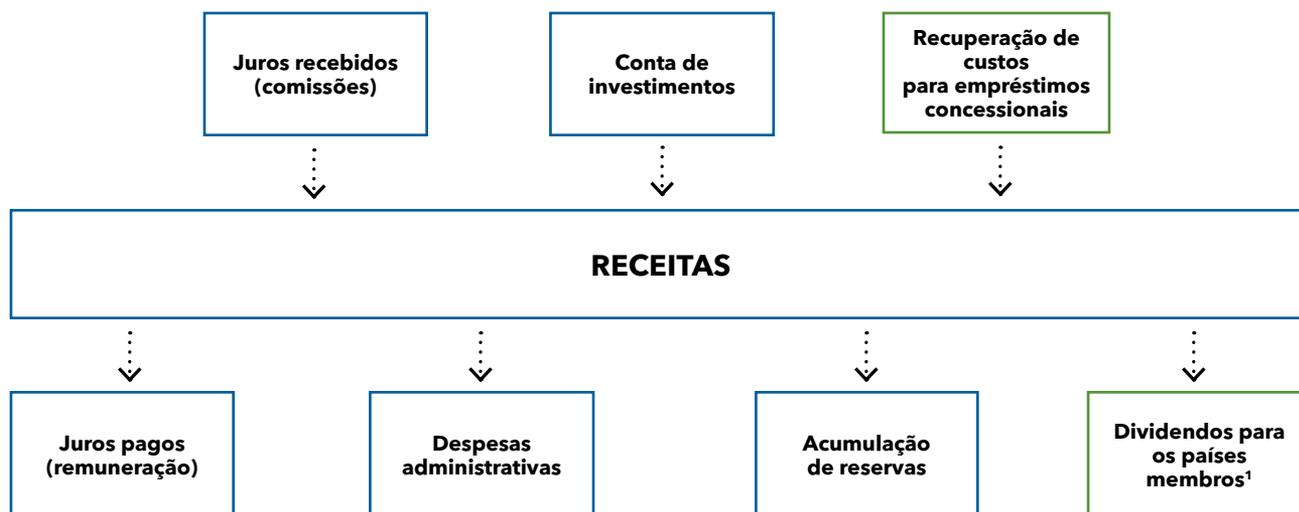
estrutural financiado pelo FMI foi de 100%. Já as despesas de capital no exercício 2024 montaram a US\$ 110 milhões, incluindo o uso de recursos previamente aprovados. Destes, US\$ 49 milhões foram para despesas de capital diretas em instalações e US\$ 61 milhões para despesas em tecnologia da informação, incluindo US\$ 42 milhões em gastos diretos e US\$ 19 milhões para licenças relacionadas à nuvem.

O orçamento do exercício 2024 foi crucial na resposta a vários choques e à sustentada incerteza econômica mundial, pois o FMI ampliou seu apoio direto aos países por meio de assessoria em políticas adaptada; aumentou as operações financeiras, com a elevação contínua das operações da Linha de Crédito para a Resiliência e Sustentabilidade, e reforçou o desenvolvimento das capacidades. O exercício

2024 também marcou um avanço substancial na implementação do aumento do orçamento, com os resultados do segundo exercício de modo geral no rumo certo nas cinco estratégias do FMI aprovadas pela Diretoria Executiva, quais sejam: mudanças climáticas, dinheiro digital, Estados frágeis e afetados por conflitos, incerteza macrofinanceira e igualdade de gênero. O orçamento também possibilitou uma modernização mais ampla da instituição, por exemplo, na forma de projetos relacionados a recursos humanos, dados e gestão do conhecimento; da implementação de recomendações no âmbito da Revisão das Salvaguardas Institucionais e do fortalecimento das funções de supervisão e gestão de riscos.

Em abril de 2024, a Diretoria Executiva autorizou um orçamento administrativo bruto global para o exercício financeiro 2025 de US\$ 1,925 bilhão,

Figura 3.1. Modelo de receitas do FMI



Fonte: Departamento Financeiro do FMI.

Nota: As caixas delineadas em verde representam elementos incorporados ao modelo de receitas em 2008. O novo modelo de receitas previa que, se os saldos preventivos do FMI fossem considerados plenamente suficientes, seria apropriado que a Diretoria Executiva considerasse a possibilidade de efetuar pagamentos de dividendos aos países membros.

¹ Até 30 de abril de 2024, os países membros não haviam adotado a política de dividendos.

juntamente com orçamentos indicativos para os exercícios 2026 e 2027, observando uma conjuntura mundial complexa com crescimento lento e desigual, o aumento da fragmentação, o aprofundamento da divergência e taxas de juros ainda altas, apesar do recuo das pressões inflacionárias, com uma parcela final de aumento de US\$ 30 milhões. O orçamento do exercício 2025 também prevê uma parcela líquida de US\$ 9 milhões para um aumento único do orçamento da Diretoria Executiva para restabelecer os níveis de pessoal anteriores à redução de 2008, apoiar a criação da 25ª cadeira e fazer face às pressões gerais do trabalho, após a incorporação de recursos poupados internamente.

MODELO DE RECEITAS, COMISSÕES, REMUNERAÇÃO, REPARTIÇÃO DA CARGA E RESULTADO GLOBAL

Modelo de receitas

O FMI gera receitas principalmente por meio das suas atividades de empréstimos e de investimentos

(Figura 3.1). A receita dos empréstimos provém das comissões sobre o uso de crédito da Conta de Recursos Gerais (GRA), taxas de serviço e comissões de compromisso. Além disso, em determinadas circunstâncias, o uso de crédito do FMI está sujeito a sobretaxas, como observado na Parte 2. O modelo de receitas do FMI depende também da renda de investimentos gerada pelos ativos nas subcontas de Renda Fixa e de Dotação de Fundos da Conta de Investimentos do FMI e dos reembolsos. Devido à natureza pública dos recursos, a política de investimentos do FMI inclui, entre outras coisas, uma avaliação minuciosa dos níveis aceitáveis de risco, bem como salvaguardas para minimizar os conflitos de interesses reais ou aparentes. Em janeiro de 2022, a Diretoria Executiva aprovou uma estratégia de investimento atualizada, que incorpora princípios de investimento responsável ligados a considerações ambientais, sociais e de governança. Esses princípios foram implementados no exercício 2023.

Comissões

Dado o nível elevado de atividades creditícias, a principal fonte de receitas do FMI ainda são as

comissões que incidem sobre o saldo de créditos em aberto. A taxa básica de comissão (a taxa de juros) sobre o financiamento do FMI inclui a taxa de juros do direito especial de saque (DES) mais uma margem fixa expressa em pontos-base, como discutido na Parte 2.

O FMI também aplica sobretaxas a grandes volumes de crédito acima de um limiar definido em relação à quota do país membro (sobretaxa baseada no nível de crédito) e as sobretaxas são maiores quando o limiar for ultrapassado por um determinado período (sobretaxas baseadas no tempo decorrido) (Quadro 2.1).

Em abril de 2024, a Diretoria Executiva concordou em manter a margem da taxa de comissão em 100 pontos-base até a conclusão da revisão das sobretaxas, mas sem exceder o prazo de 30 de abril de 2025, quando a Diretoria definiria a margem para o restante do exercício 2025 e o exercício 2026.

Além das comissões e sobretaxas, o FMI cobra taxas de serviço, comissões de compromisso e comissões especiais. Cada saque da GRA está sujeito a uma taxa de serviço de 0,5%. Uma comissão de

compromisso é cobrada no início de cada período de 12 meses sobre os montantes disponíveis para saque no âmbito de acordos da GRA durante aquele período. Essa comissão é reembolsável (salvo no caso dos acordos da Linha de Liquidez de Curto Prazo, em que a comissão não é reembolsável) quando é feito um saque. O FMI cobra também comissões especiais sobre os encargos vencidos, mas apenas nos primeiros seis meses em que um país membro está em mora.

Remuneração e juros sobre empréstimos

Do lado da despesa, o FMI paga juros (remuneração) aos países membros pelas suas posições credoras na GRA (o que se denomina “posição remunerada na parcela de reserva”). A taxa básica de remuneração é igual à taxa de juros do DES. O FMI também paga juros, à taxa de juros do DES, sobre os empréstimos em aberto no âmbito dos Novos Acordos de Empréstimo (NAB) (ver “Financiamento”).

Repartição da carga

As taxas de comissão e remuneração são ajustadas por meio de um mecanismo de repartição dos encargos que distribui o custo das obrigações financeiras vencidas de forma equitativa entre países membros devedores e credores.

Resultado global

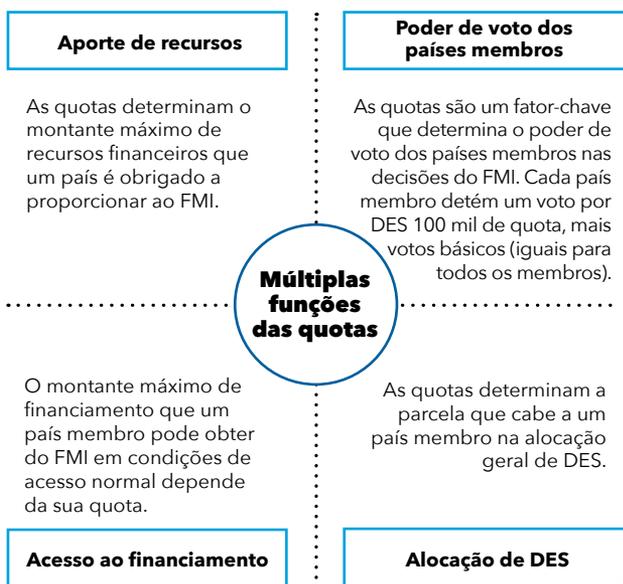
O resultado global do FMI no exercício 2024 foi de DES 3,0 bilhão (equivalente a US\$ 4,0 bilhões), o que corresponde, sobretudo, à receita gerada pela atividade creditícia, cujo nível foi elevado, à receita dos investimentos e ao resultado da nova mensuração dos ativos e passivos do plano de benefícios aos empregados, em conformidade com as Normas Internacionais de Informação Financeira (Norma Internacional de Contabilidade 19, “Benefícios aos empregados”).

Atrasados devidos ao FMI

Desde junho de 2021, quando o Sudão quitou os seus pagamentos em atraso com o FMI, a instituição não teve mais casos de atrasados prolongados. Para prevenir e resolver os atrasos, o FMI tem em vigor uma estratégia de cooperação reforçada para esses casos. Ela consiste em três elementos: prevenção, colaboração intensificada e medidas corretivas. A prevenção é



Canadá



a primeira linha de defesa contra o surgimento de novos casos de atrasos e abrange, entre outras coisas, a supervisão das políticas econômicas dos países membros por parte do FMI, a condicionalidade da política ligada ao uso dos recursos do FMI, a avaliação da capacidade de pagamento dos países membros, as avaliações das salvaguardas dos bancos centrais dos países membros que recebem recursos do FMI e a assistência técnica do FMI. A colaboração intensificada abrange os programas monitorados pelo corpo técnico para ajudar os países membros em atraso a estabelecer um histórico de políticas e pagamentos, levando à eventual quitação dos atrasados devidos ao FMI. Por último, são aplicadas medidas corretivas – com base num cronograma crescente – aos países membros com obrigações financeiras vencidas que não cooperem ativamente com o FMI para resolver os seus problemas de atraso.

FINANCIAMENTO

O FMI proporciona financiamento aos países membros por meio de quatro canais, os quais cumprem o propósito comum de transferir moedas de reserva aos países membros: empréstimos normais (não concessionais) com recursos da GRA, empréstimos concessionais com recursos do Fundo Fiduciário para

a Redução da Pobreza e o Crescimento e empréstimos de prazo mais longo do Fundo Fiduciário para a Resiliência e Sustentabilidade (os três mencionados na Parte 2), além do Departamento de DES, por meio do qual os países membros podem trocar os seus haveres em DES por moedas de reserva.

A característica mais marcante da estrutura financeira do FMI é a sua constante evolução. O FMI introduziu e aperfeiçoou uma variedade de instrumentos e políticas de crédito ao longo dos anos para acompanhar as mudanças na conjuntura econômica mundial e as necessidades e circunstâncias específicas dos países membros.

Quotas: a fonte de recursos do FMI

Os 190 países membros do FMI proporcionam os recursos utilizados na concessão de empréstimos, principalmente por meio do pagamento das suas quotas que, junto com os votos básicos, também determinam o número de votos. Os empréstimos multilaterais e bilaterais servem como segunda e terceira linhas de defesa em tempos de crise. Graças a esses recursos, o FMI tem acesso a cerca de um trilhão de dólares para apoiar os países membros através de empréstimos não concessionais. Os empréstimos concessionais, o financiamento acessível e de longo prazo para desafios estruturais de prazo mais longo, e o alívio da dívida para países de baixa renda são financiados por fundos fiduciários distintos com base em contribuições.

A cada país membro é atribuída uma quota em função, principalmente, da sua posição na economia mundial. As quotas do FMI totalizam





DES 476 bilhões (cerca de US\$ 627 bilhões).¹ O valor do DES, a unidade de conta do FMI, é calculado com base numa cesta de moedas (ver a seção “Direito especial de saque”). As quotas do FMI também são revisadas regularmente, em intervalos de não mais do que cinco anos.

Em 7 de novembro de 2023, a Diretoria Executiva propôs ao Conselho de Governadores um aumento das quotas de 50%, alocado aos países membros proporcionalmente às quotas atuais. Em 15 de dezembro de 2023, o Conselho de Governadores concluiu a XVI Revisão Geral das Quotas (XVI Revisão) e aprovou o aumento proposto de 50% das quotas dos países membros do FMI (DES 238,6 bilhões ou US\$ 314 bilhões), o que elevará o total das quotas para DES 715,7 bilhões (US\$ 943 bilhões).

A resolução do Conselho de Governadores sobre a conclusão da XVI Revisão solicitava uma redução dos acordos de crédito nos termos dos NAB num montante agregado que mantivesse a capacidade de empréstimo do FMI quando o aumento de 50% nas quotas entrasse em vigor e que levasse em conta o vencimento dos acordos bilaterais de empréstimo (BBA). A resolução estabeleceu duas condições gerais

para a entrada em vigor do aumento das quotas no âmbito da XVI Revisão:

- A **primeira condição** é que nenhum aumento de quota no âmbito da XVI Revisão poderá entrar em vigor a menos que os países membros com, pelo menos, 85% do total de quotas em 7 de novembro de 2023 tenham consentido por escrito ao aumento das suas quotas. A resolução estabelece o prazo de 15 de novembro de 2024 para que o FMI receba o consentimento dos países membros. A Diretoria Executiva pode estender esse prazo ao seu critério.
- A **segunda condição** é que nenhum aumento de quota no âmbito da XVI Revisão pode entrar em vigor, a menos que os participantes dos NAB tenham apresentado o consentimento necessário para efetivar a redução dos NAB.

Quando essas condições gerais tiverem sido cumpridas, o aumento da quota de cada país membro entrará em vigor tão logo esse país membro tenha consentido e pago esse aumento.

Após implementado, o aumento das quotas fortalecerá a estrutura baseada em quotas do FMI, reduzindo a dependência de empréstimos. As mudanças na composição da capacidade creditícia

¹ Dois países membros, Eritreia e Sudão, ainda não consentiram com o aumento proposto das suas quotas no âmbito da XIV Revisão Geral das Quotas. Quando o fizerem, e efetuarem os pagamentos respectivos, as quotas do FMI totalizarão DES 477 bilhões.

assegurarão a função primordial das quotas na capacidade de empréstimo do FMI para ajudar a proteger a estabilidade financeira mundial e atender às necessidades dos países membros num mundo incerto e propenso a choques.

Pagamento das quotas

As condições para implementar a duplicação das quotas aprovadas na XIV Revisão Geral, de cerca de DES 238,5 bilhões (cerca de US\$ 314 bilhões) para DES 477 bilhões (cerca de US\$ 629 bilhões), foram cumpridas em 26 de janeiro de 2016. Em 30 de abril de 2024, 188 dos 190 países membros haviam efetuado os pagamentos das quotas, o que representa mais de 99% do total do aumento das quotas; o total de quotas era de DES 476 bilhões (cerca de US\$ 627 bilhões).

Empréstimos do FMI

Como já foi dito, o FMI é uma instituição baseada em quotas. Contudo, os recursos obtidos através

de empréstimos ainda são fundamentais para complementar os recursos derivados das quotas por meio dos NAB e dos BBA, que constituem uma segunda e terceira linhas de defesa além das quotas.

Os NAB são um conjunto de acordos de crédito com 40 participantes que, atualmente, contribuem com um valor agregado de DES 364 bilhões. Quando a XVI Revisão entrar em vigor, o tamanho agregado dos NAB será reduzido para cerca de DES 303 bilhões. O período atual dos NAB está definido até o fim de 2025. Os recursos dos NAB podem ser ativados quando é preciso complementar os recursos do FMI para prevenir ou fazer frente a disfunções no sistema monetário internacional. A ativação exige o consentimento de participantes que representem 85% do total de acordos de crédito de participantes habilitados para votar, bem como a aprovação da Diretoria Executiva. Os NAB foram ativados 10 vezes entre abril de 2011 e fevereiro de 2016, data da última ativação.

Como se observou, os BBA servem como uma terceira linha de defesa, após as quotas e os NAB.



Estados Unidos



A rodada atual (2020) de BBA começou em 1º de janeiro de 2021, com um prazo inicial que termina em 31 de dezembro de 2023. Após uma decisão da Diretoria Executiva em maio de 2023 e o posterior consentimento dos credores dos BBA, os seus prazos foram estendidos por um ano, até 31 de dezembro de 2024. Até 30 de abril de 2024, 42 credores bilaterais, no contexto dos seus BBA de 2020, haviam se comprometido a fornecer ao FMI um total equivalente a cerca de DES 142 bilhões em créditos. Os recursos provenientes dos BBA só podem ser ativados se o montante de outros recursos do FMI disponíveis para financiamento cair para menos de DES 100 bilhões e se os NAB tiverem sido ativados ou se não houver recursos não comprometidos disponíveis no âmbito dos NAB. A ativação dos BBA exige a aprovação de credores bilaterais que representem 85% do total de crédito comprometido.

Direito especial de saque

O direito especial de saque (DES) é um ativo de reserva internacional criado pelo FMI em 1969 para complementar as reservas oficiais dos países membros. Serve como unidade de conta do FMI e de alguns outros organismos internacionais. O DES não é uma moeda nem um crédito sobre o FMI. É, antes, um crédito potencial sobre as moedas livremente utilizáveis dos países membros do FMI. Os países membros

do FMI participantes do Departamento de DES (atualmente todos os países membros) podem trocar DES por moedas livremente utilizáveis.

O valor do DES é baseado numa cesta de cinco moedas: o dólar americano, o euro, o renminbi chinês, o iene japonês e a libra esterlina. As moedas incluídas são revistas periodicamente; a revisão mais recente da avaliação da cesta de DES foi concluída em maio de 2022, e a cesta atualizada entrou em vigor em 1º de agosto de 2022.

À data de 30 de abril de 2024, um total de DES 660,7 bilhões (equivalente a cerca de US\$ 870,8 bilhões) havia sido alocado aos países membros, incluindo a alocação de DES 456,5 bilhões em agosto de 2021, a maior alocação de DES da história, aprovada no contexto da pandemia de COVID-19. Essa alocação proporcionou mais liquidez ao sistema econômico mundial, complementando as reservas cambiais dos países e reduzindo a sua dependência em relação a uma dívida interna ou externa mais dispendiosa. Os países tiveram a oportunidade de usar o espaço proporcionado pela alocação de DES para apoiar as suas economias e intensificar a luta contra a crise.

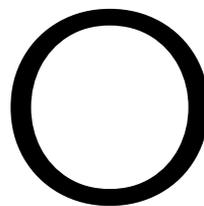
A fim de ampliar os benefícios da alocação, o FMI está incentivando a canalização voluntária de DES de países com posições externas sólidas para os países mais necessitados. Vários já emprestaram ou se comprometeram a emprestar os seus DES como recursos de empréstimos ou a gerar contribuições na forma de subsídios ao Fundo Fiduciário para a Redução da Pobreza e o Crescimento, que oferece empréstimos em condições concessionais aos países de baixa renda. Além disso, o Fundo Fiduciário para a Resiliência e a Sustentabilidade, que entrou em operação em outubro de 2022 e é financiado, sobretudo, por DES canalizados, utiliza esses DES para oferecer financiamento de longo prazo acessível aos países habilitados ao RST que empreendam reformas para se protegerem contra certos riscos, tais como os associados às mudanças climáticas ou a uma pandemia. Além disso, o FMI iniciou discussões sobre a atualização de sua infraestrutura jurídica para permitir o uso de DES para a aquisição de instrumentos de capital híbrido emitidos por bancos multilaterais de desenvolvimento para aumentar a capacidade dessas instituições de conceder empréstimos para o desenvolvimento.

PRESTAÇÃO DE CONTAS





Estados Unidos



FMI presta contas aos seus 190 países membros e conta com um sistema de freios e contrapesos para garantir a responsabilização – desde auditorias internas e externas até a gestão de riscos e a avaliação das suas políticas e operações. Da mesma forma, espera-se que os quadros do FMI observem os mais elevados padrões éticos e de conduta no trabalho.

COMISSÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA

As comissões da Diretoria examinam mais detalhadamente as questões sob a sua alçada e encaminham à Diretoria plenária os assuntos que exigem mais discussão. As comissões não são órgãos de tomada de decisão; apenas a Diretoria plenária pode tomar decisões. São reconstituídas a cada dois anos após o ciclo regular de eleição dos Diretores Executivos. A composição das comissões leva em conta o equilíbrio geográfico e de gênero; a necessidade de rodízio, com alguma continuidade, e a manutenção de uma distribuição razoável da carga de trabalho das comissões entre os Diretores Executivos. Os Diretores Executivos podem participar de todas as reuniões das comissões da Diretoria, exceto das da Comissão de Ética, cujas reuniões são restritas aos seus membros e ao secretário permanente da comissão. Atualmente, a Diretoria tem sete comissões e um grupo de trabalho sobre a diversidade de gênero.

Comissão de Agenda e Procedimentos da Diretoria Executiva (APC): faz recomendações à Diretoria Executiva para apoiar a elaboração e a implementação ordenada de um programa de trabalho eficaz orientado pela Direção e da agenda

da Diretoria Executiva. Para isso, a comissão promove procedimentos para a distribuição oportuna de documentos, a condução das reuniões da Diretoria, as datas, a logística e outros assuntos pertinentes, de modo a evitar o acúmulo na agenda da Diretoria, permitir que os Diretores Executivos tenham tempo suficiente de preparação e possibilitar o uso eficiente do tempo nas reuniões da Diretoria.

Comissão de Assuntos Administrativos da Diretoria Executiva (CAM): analisa aspectos gerais da política administrativa relacionados aos Diretores Executivos, Suplentes ou seus Assessores Seniores, Assessores e Assistentes Administrativos, que são encaminhados à Comissão pela Diretoria Executiva ou por um Diretor Executivo, e comunica suas conclusões para decisão da Diretoria Executiva. Casos individuais que envolvam Diretores ou Suplentes individuais ou seus Assessores Seniores, Assessores e Assistentes Administrativos sem implicações mais amplas serão considerados e decididos pela Comissão mediante solicitação de um Diretor Executivo, sem exigir consulta à Diretoria Executiva ou a sua apreciação. A

Comissão pode considerar e fazer recomendações sobre a política administrativa específica envolvida. Pode também elaborar, considerar e encaminhar para decisão da Diretoria Executiva, propostas orçamentárias para os Gabinetes dos Diretores Executivos, individualmente ou em conjunto, e executar as respectivas responsabilidades orçamentárias atribuídas à Comissão pela Diretoria.

Comissão de Ética (EC): considera assuntos relacionados ao Código de Conduta da Diretoria Executiva. Além disso, caso solicitado pelos Diretores Executivos, a Comissão os orienta sobre aspectos éticos de conduta, incluindo a conduta de seus Suplentes, Assessores Seniores, Assessores e Assistentes Administrativos. A Comissão de Ética também é responsável por aconselhar sobre questões que possam surgir com respeito à aplicação das normas de conduta ética ao ocupante do cargo de Diretor-Geral, de acordo com o contrato por este firmado.

Comissão de Avaliação (EVC): acompanha de perto a função de avaliação no FMI e assessora a Diretoria



Marrocos



Executiva em questões relacionadas a avaliações, incluindo as do IEO. Também analisa o *Relatório Anual*, com participação *ad hoc* do corpo técnico.

Comissão de Ligação com o Banco Mundial e Outras Organizações Internacionais (LC): com o objetivo de promover uma maior coerência na agenda econômica, financeira, comercial e de desenvolvimento internacional, sobretudo no que diz respeito à capacitação econômica, a Comissão faz um balanço dos desdobramentos em matéria de políticas e programas de outras organizações internacionais com mandatos complementares ao do FMI, em particular o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. Coleta informações sobre essas instituições e mantém uma estreita ligação com elas, conforme necessário, com o objetivo de acompanhar a evolução dos acontecimentos. Além disso, faz recomendações à Diretoria Executiva a respeito das relações do FMI com essas organizações, conforme o caso.

Comissão de Pensões (PC): decide todas as questões de natureza de política geral decorrentes do Plano de Aposentadoria do Pessoal e todas as demais questões, como a interpretação das

disposições do Plano, que devam ser decididas por ela segundo as disposições do Plano ou submetidas a ela por qualquer Comissão por ela nomeada.

Comissão Ad Hoc de Seleção de Auditoria (ASC): é convocada para recomendar um candidato adequado para passar a fazer parte da Comissão de Auditoria Externa, cujas nomeações escalonadas para mandatos de três anos abrem uma vaga a cada ano. Tradicionalmente, é composta por cinco Diretores Executivos.

Grupo de Trabalho sobre Diversidade de Gênero: promove uma tomada de decisões mais inclusiva, confiável e fortalecida por parte da Diretoria Executiva graças a uma maior representação das mulheres na Diretoria e entre os Assessores Seniores e os Assessores nos Gabinetes dos Diretores Executivos. Para isso, deve elaborar recomendações para a Diretoria Executiva sobre a evolução de sua estratégia de diversidade de gênero; promover essa estratégia dentro da Diretoria e entre os seus membros; e informar regularmente o progresso da implementação da estratégia à Diretoria Executiva, para encaminhamento ao Conselho de Governadores.



Freios e contrapesos

O FMI faz auditorias de todas as suas operações. Os mecanismos de auditoria instituídos para melhorar a governança, transparência e prestação de contas incluem uma firma de auditoria externa, a Comissão de Auditoria Externa independente e o Gabinete de Auditoria Interna (OIA).

A Comissão de Auditoria Externa é independente da administração do FMI e da sua Diretoria Executiva. Presta contas ao Conselho de Governadores e é responsável pela supervisão da auditoria externa do FMI, auditoria interna, contabilidade e relatórios financeiros, gestão de risco e funções de controle interno.

O Gabinete de Auditoria Interna desempenha uma função independente de consultoria e garantia, cujo objetivo é proteger e fortalecer o FMI. O mandato do OIA tem duas vertentes: 1) avaliar a eficácia da governança, gestão de riscos e controles internos do FMI; e 2) atuar como consultor para a melhoria dos processos operacionais do FMI ao prestar consultoria sobre as melhores práticas. Para assegurar a sua independência em relação aos departamentos e gabinetes do FMI, o OIA presta contas diretamente à Diretora-Geral e mantém um relacionamento funcional de prestação de contas com a Comissão de Auditoria Externa. O programa de trabalho do OIA em 2024 abrangeu várias áreas importantes, como o apoio aos programas de modernização do FMI, o estabelecimento de uma base de referência para o processo de revisão do FMI, o programa de gestão de identidade e acesso, o modelo de provedor de serviços gerenciados para a área de tecnologia da informação e sistema de armazenamento de dados institucionais.



Saldos preventivos

Os saldos preventivos do FMI, que consistem em saldos ajustados nas reservas gerais e especiais, são um elemento crucial do quadro de múltiplas camadas do FMI para gerir riscos financeiros e salvaguardar os recursos dos países membros. Constituem uma proteção para o FMI contra possíveis perdas resultantes de riscos financeiros, como riscos de crédito e de renda, entre outros. Por essa razão, ajudam a proteger o valor dos ativos de reserva representados pelas posições dos países membros no FMI e sustentam a troca de ativos por meio da qual o FMI presta assistência financeira aos países com necessidades do balanço de pagamentos.

A Diretoria Executiva fez a revisão da adequação dos saldos preventivos do FMI de 2024 em 20 de março de 2024 e apoiou o aumento do piso de DES 15 bilhões para DES 20 bilhões. A meta de médio prazo de DES 25 bilhões para os saldos preventivos permaneceu inalterada e foi atingida no fim do exercício 2024, a primeira vez desde a introdução desse quadro.



Gestão dos riscos institucionais

O Gabinete de Gestão de Riscos (ORM) executa uma função centralizada de gestão de riscos no FMI. Constitui a segunda linha da arquitetura de gestão e governança de riscos da instituição e exerce, de forma independente, as funções de supervisão de riscos e questionamento das avaliações dos riscos institucionais de primeira linha para assegurar a consideração dos riscos cruciais e o seu respectivo tratamento em todas as atividades do FMI. O ORM orienta e apoia a implementação do quadro reforçado de gestão de riscos institucionais do FMI, aprovado pela Diretoria Executiva em dezembro de 2022, e as declarações revisadas sobre tolerância a riscos e os níveis de tolerância a riscos aprovados em março de 2023. Reforça a tomada de decisões baseada em riscos no FMI ao exercer liderança e oferecer inovação na avaliação e análise dos riscos estratégicos, comerciais, operacionais, financeiros, ambientais, sociais e de reputação e governança da instituição.



Aprender com a experiência

O Gabinete de Avaliação Independente (IEO) faz avaliações objetivas e independentes sobre questões relativas ao mandato do FMI. O IEO é inteiramente independente da Direção-Geral e do corpo técnico do FMI e, na sua atuação, guarda a devida distância da Diretoria Executiva. O seu objetivo é reforçar a cultura de aprendizagem do FMI, fortalecer a credibilidade externa da instituição e dar respaldo à Diretoria Executiva no cumprimento das suas responsabilidades de governança e supervisão institucionais. No exercício 2024, o IEO lançou três avaliações que enfocaram a evolução da aplicação do mandato do FMI, a política de acesso de caráter excepcional e a assessoria em matéria de política fiscal. Mais informações sobre o IEO estão disponíveis em <https://ieo.imf.org>.



Estados Unidos



Ética e conduta dos funcionários

O FMI conta com um quadro de ética abrangente. O Gabinete de Ética presta assessoria à Direção e ao Departamento de Recursos Humanos na promoção de padrões éticos dentro do FMI, fornece informações, oferece formação e cursos, e conduz atividades de sensibilização, além de prestar assessoria e orientação confidenciais ao pessoal do FMI sobre as regras de conduta. Supervisiona a certificação anual de conduta ética e valores fundamentais e um programa anual de divulgação financeira. Durante o exercício 2024, o Gabinete lançou dois novos cursos de aprendizagem on-line sobre a situação dos funcionários públicos internacionais e os conflitos de interesses e foi consultado sobre iniciativas de formulação de políticas, como a política de privacidade de dados pessoais do FMI e as diretrizes sobre o uso responsável de ferramentas internas de IA.

O *ombudsman* oferece assistência confidencial, imparcial, independente e informal na resolução de problemas que ocorrem no local de trabalho. O Gabinete de Investigações Internas examina e investiga denúncias de conduta indevida, incluindo as violações do Código de Conduta. Uma linha direta de integridade, administrada por uma entidade

independente, está disponível para o pessoal ou o público fazer, de forma anônima e confidencial, denúncias de condutas indevidas suspeitas envolvendo funcionários do FMI.

Em 16 de dezembro de 2022, a Diretoria Executiva endossou um plano de implementação para fortalecer ainda mais o quadro de governança institucional e integridade analítica da instituição, respondendo à Revisão de Salvaguardas Institucionais considerada pela Diretoria Executiva em 30 de junho de 2022.

Em 21 de dezembro de 2023, a Diretoria emitiu uma declaração sobre a situação do plano de implementação, observando que o FMI havia feito progressos substanciais para promover as ações do plano após a conclusão da Revisão. Em dezembro de 2023, 85% dessas ações haviam sido concluídas ou estavam com a conclusão bem encaminhada. Quase todas as recomendações para proteger e fortalecer ainda mais a análise e a integridade dos dados foram levadas a cabo totalmente por meio da emissão de orientações específicas. O plano de implementação abrangente avançou consideravelmente, gerando mais confiança e fortalecendo o sistema de resolução de disputas, a ética e os gabinetes de investigação.



Interações com o público

O FMI se reúne regularmente com líderes políticos e autoridades nacionais e interage de forma rotineira com uma ampla gama de representantes do setor privado, da mídia e de grupos de interesse não governamentais, como a comunidade acadêmica, organizações da sociedade civil, parlamentares, sindicatos e jovens líderes. Esse diálogo recíproco permite ao FMI explicar as suas abordagens e assimilar conhecimentos para melhorar a sua assessoria em política econômica.

AVALIAÇÕES DAS SALVAGUARDAS



AVALIAÇÕES DAS SALVAGUARDAS JÁ CONCLUÍDAS
SAIBA MAIS ON-LINE

Quando o FMI disponibiliza financiamento a um país membro, é efetuada uma avaliação das salvaguardas para oferecer uma garantia razoável de que o banco central do país é capaz de gerir apropriadamente os recursos que recebe do FMI e apresentar dados monetários confiáveis sobre o programa apoiado pela instituição.

Até o fim de abril de 2024,

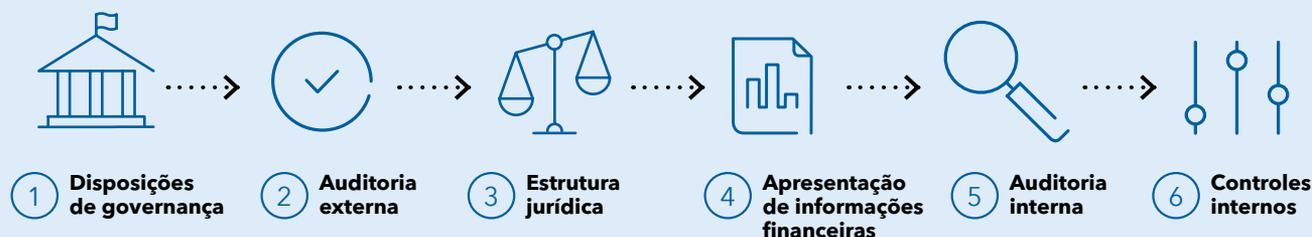
400 avaliações

foram conduzidas envolvendo

106 bancos centrais

19 foram concluídas no exercício 2024

As avaliações examinam as operações dos bancos centrais em seis áreas:



As avaliações examinam as operações dos bancos centrais em seis áreas: 1) disposições de governança; 2) mecanismo de auditoria externa; 3) estrutura e autonomia jurídicas; 4) quadro de apresentação de informações financeiras; 5) mecanismo de auditoria interna; e 6) sistema de controles internos. De 2000 até o fim de abril de 2024, foram conduzidas 400 avaliações envolvendo 106 bancos centrais; 19 dessas avaliações foram concluídas no exercício 2024 e oito estavam em andamento no fim do exercício.

O FMI também monitora os progressos dos bancos centrais na melhoria dos quadros de salvaguardas. O monitoramento continua enquanto o crédito do FMI permanece pendente. Cerca de 84 bancos centrais estão sujeitos a monitoramento atualmente.

O FMI faz ainda revisões das salvaguardas fiscais do Tesouro do Estado quando um país membro solicita acesso excepcional aos recursos do FMI em casos em que uma parcela substancial dos recursos – pelo menos 25% – se destina a financiar o orçamento do Estado e nos casos de alta exposição de crédito

combinada com, pelo menos, 25% dos recursos também destinados a financiar o orçamento. Durante o exercício 2024, foi realizada uma revisão das salvaguardas fiscais e uma estava em andamento no fim do exercício.

Seminários sobre salvaguardas também são organizados como parte das atividades de sensibilização. No exercício 2024, houve quatro seminários regionais presenciais que abordaram as melhores práticas internacionais na área dos quadros de salvaguardas. Em especial, foi realizado um fórum regional inaugural sobre governança na Armênia, em parceria com o Banco Central da Armênia, de acordo com a proposta da revisão da política de avaliação das salvaguardas de 2022, que prevê a realização de atividades de sensibilização em nível regional. A oitava edição de um fórum de alto nível sobre governança de bancos centrais foi realizada em Dubai e abordou temas emergentes como inteligência artificial, *FinTech* e mudanças climáticas, entre outros.



RESPONSABILIDADE SOCIAL CORPORATIVA

A sustentabilidade ambiental e as iniciativas filantrópicas são o baluarte do programa de responsabilidade social corporativa do FMI.



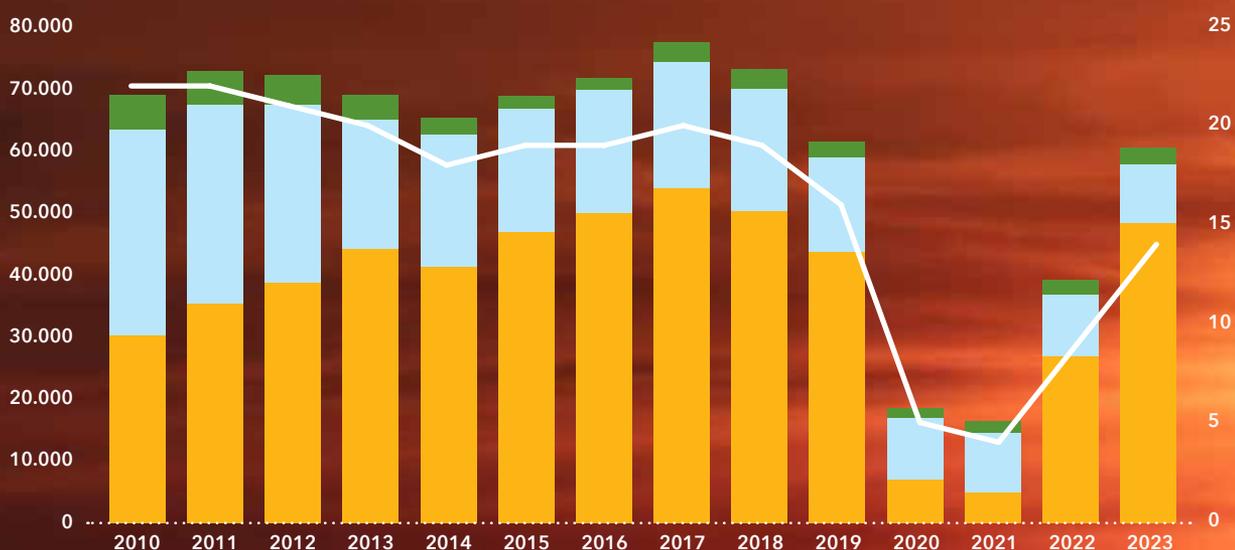
Mauritânia

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Figura 3.2. Emissões de gases de efeito estufa, total e por funcionário do FMI (Anos 2010-23)

(Emissões de GEE, MtCO₂e)

Intensidade de emissões



- ESCOPO 1: Emissões móveis, compra de combustíveis e emissões fugitivas
- ESCOPO 2: Compra de eletricidade
- ESCOPO 3: Deslocamento de funcionários, viagens de trabalho, correio e remessas, bens adquiridos e geração de resíduos
- Intensidade de emissões (MtCO₂e por funcionário do FMI)

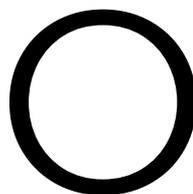
O total estimado das emissões em 2023 atingiu 98% dos níveis de emissões anteriores à pandemia de 2019, enquanto as emissões por funcionário são cerca de 10% inferiores às de 2019.

Fonte: FMI, relatório anual de sustentabilidade ambiental de 2023.

Nota: MtCO₂e = toneladas de dióxido de carbono equivalente.



Escócia



FMI está mitigando o impacto das suas operações sobre o meio ambiente e elevou seu compromisso com a sustentabilidade ambiental no ano passado com as seguintes realizações:

Obteve a certificação ISO 20121 da Organização Internacional de Normalização para eventos sustentáveis, especificamente as Reuniões de Primavera e as Reuniões Anuais realizadas na sede do FMI em Washington, DC.

Reduziu o impacto ambiental do deslocamento dos funcionários entre a casa e o trabalho ao aumentar o número de carregadores de veículos elétricos e bicicletas; melhorar os chuveiros e vestiários para os ciclistas, corredores e pedestres; reforçar os incentivos ao uso de transporte público e de bicicletas compartilhadas; e facilitar a carona solidária.

Aumentou o uso de formatos digitais para transmitir informações aos funcionários e visitantes, eliminando assim o uso de papel e tinta de impressora.

Manteve a colaboração com fornecedores e prestadores para fortalecer a sustentabilidade da cadeia de suprimento de bens e serviços.

Com as operações de volta ao normal após a pandemia, o pessoal do FMI retornou à sede e aos gabinetes em campo, e as viagens em missão foram retomadas inteiramente. Em consequência, a pegada de carbono do FMI aumentou consideravelmente em relação a 2022, mas permaneceu um pouco abaixo do mínimo registrado em 2019 antes da pandemia.

Apesar do progresso alcançado até o momento, é necessário e mais do que justificado adotar uma agenda mais ambiciosa para lidar com as emissões das operações e fortalecer ainda mais o compromisso da instituição com operações verdes, de acordo com a estratégia do FMI para as mudanças climáticas. Segue em andamento a formulação de uma estratégia para reduzir a pegada e o impacto ambientais das operações do FMI em apoio ao Acordo de Paris, mas mantendo a capacidade de atender com eficácia aos países membros.

GIVING TOGETHER

Giving Together é o programa filantrópico do FMI, sustentado por doações dos funcionários na ativa e aposentados, e fundos de contrapartida do FMI.

O ano passado foi marcado por várias crises, incluindo um terremoto devastador no Marrocos, enchentes mortais relacionadas às mudanças climáticas na Líbia, o conflito no Oriente Médio, a guerra em curso da Rússia na Ucrânia e o aumento contínuo do custo de vida, que agravaram os desafios enfrentados pelas pessoas em todo o mundo.

No exercício 2024, o FMI respondeu a esses desafios com um apoio formidável. Entre as doações de funcionários e aposentados, doações e fundos de contrapartida do FMI e doações diretas do *Giving Together*, o programa arrecadou um total de US\$ 5,1 milhões para causas filantrópicas no exercício financeiro.

Doações de funcionários e aposentados

No exercício 2024, as doações de funcionários e aposentados combinadas com os fundos de contrapartida do FMI totalizaram US\$ 4,9 milhões (ver Figura 3.3). Isso abrange a campanha de doações de outono e as doações feitas ao longo do ano, assim como as doações feitas para campanhas humanitárias e de assistência após desastres.

Campanha de doações de outono

Cerca de 62% dos funcionários contribuíram para a campanha de doação “Juntos por todas as crianças” no exercício 2024, cujo foco era apoiar organizações sem fins lucrativos que ajudam crianças em todo o mundo. Junto com os aposentados, arrecadaram US\$ 3,4 milhões em doações e fundos de contrapartida para apoiar organizações na região metropolitana de Washington e em todo o mundo.

Ajuda humanitária e assistência após desastres

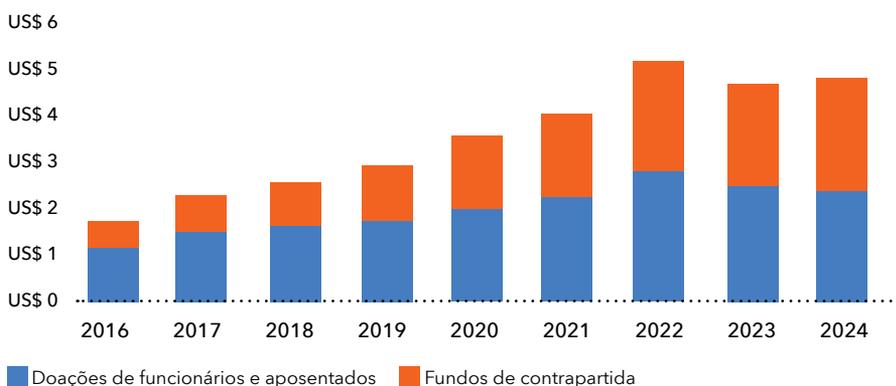
O programa *Giving Together* organizou campanhas de arrecadação para apoiar os esforços humanitários e de assistência após desastres em Gaza, Israel, Líbia, Marrocos e Iêmen (incluindo os fundos de contrapartida).

No total, foram canalizados US\$ 592 mil para organizações internacionais de ajuda humanitária que prestam ajuda e apoio essenciais a crianças e famílias afetadas nesses países.

Doações e contribuições da instituição

O FMI ajuda iniciativas comunitárias na região metropolitana de Washington por meio de parcerias e doações anuais. No exercício 2024, o programa *Giving Together* fez 18 doações e contribuições institucionais a organizações filantrópicas na região metropolitana de Washington, no valor total de US\$ 227.500.

Figura 3.3. Doações de funcionários e aposentados e fundos de contrapartida, EF 2016–24 (em milhões de US\$)



Fonte: Departamento de Comunicação do FMI.

Entre os beneficiários do programa *Giving Together* no exercício 2024

US\$ 592.000

arrecadados em apoio a campanhas de ajuda humanitária e assistência após desastres

US\$ 227.500

em doações e contribuições da instituição, canalizadas na totalidade para

22

organizações em

3

continentes

VOLUNTARIADO

O programa *Giving Together* organiza eventos de voluntariado com o pessoal em parceria com instituições filantrópicas e apoia iniciativas de voluntariado lideradas por empregados do FMI ao longo do ano.

Em 2 de junho de 2023, em reconhecimento do Dia Mundial do Meio Ambiente, o Diretor-Geral Adjunto Bo Li, junto com funcionários do FMI, dedicou seu tempo para ajudar a limpar áreas de parques em uma comunidade local na região metropolitana de Washington. Esse evento foi organizado pelo *Giving Together* e pelo *Green Team* do FMI, em parceria com a *Ward 8 Woods Conservancy*, uma organização sem fins lucrativos de Washington que trabalha para restaurar e melhorar a beleza e a saúde ecológica de mais de 500 acres de mata e, assim, permitir ao público aproveitar essas áreas.

Em outubro de 2023, durante as Reuniões Anuais do FMI e do Banco Mundial de 2023 em Marraqueche, Marrocos, a equipe do programa *Giving Together* organizou um evento de voluntariado em Marraqueche para ajudar as pessoas afetadas pelo terremoto devastador no país. O evento foi realizado em colaboração com a *Project Soar*, uma organização local marroquina sem fins lucrativos cuja missão é empoderar meninas adolescentes para serem as líderes de hoje e de amanhã. Mais de 200 funcionários do FMI e do Banco Mundial, entre elas a Diretora-Geral e a Primeira Diretora-Geral Adjunta, embalaram 625 kits com produtos de higiene para serem distribuídos às vítimas do terremoto.

Em janeiro de 2024, em comemoração do Dia de Martin Luther King Jr., funcionários do FMI participaram de um evento de voluntariado organizado pelo *Giving Together* em parceria com a *Miriam's Kitchen*, uma organização sem fins lucrativos de Washington empenhada em oferecer refeições saudáveis, serviços sociais, moradia permanente e serviços de apoio para pessoas sem-teto na região de Washington. Os funcionários do FMI montaram kits sazonais e pacotes contendo itens de primeira necessidade, como meias, cobertores, além de alimentos, para ajudar pessoas que não têm onde morar.



DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Em fevereiro de 2024, o Gabinete de Diversidade e Inclusão apresentou o Relatório sobre Diversidade e Inclusão referente ao exercício 2022-23 à Diretoria Executiva. O documento continha um resumo do progresso do FMI em relação aos indicadores de referência de 2025, as principais iniciativas realizadas desde o relatório referente ao exercício 2020-21 e as ações planejadas para os próximos dois exercícios. A proporção de funcionários de regiões sub-representadas nos níveis de colaborador individual e de chefia continua a aumentar. Várias iniciativas estão sendo implementadas para sustentar o progresso rumo aos indicadores de referência do exercício 2025, como o foco contínuo em considerações de diversidade para seleções internas de pessoal. Externamente, os esforços de recrutamento continuaram a ampliar o alcance do FMI, atraindo talentos altamente qualificados e diversificados graças a buscas direcionadas, com foco numa gama ampliada de habilidades, e por meio de um extenso programa de interações virtuais e presenciais. O FMI está comprometido com a diversidade e a inclusão e continua a obter bons avanços na representação de gênero, sobretudo nos escalões mais altos, em que as mulheres ocupam mais de um terço dos cargos de chefia de departamento. O FMI está ampliando o alcance dos seus esforços para proporcionar um ambiente de trabalho acessível e inclusivo para todos, incluindo para pessoas com deficiência.

1º de agosto de 2024

Senhor Presidente,

Tenho a honra de apresentar à Assembleia de Governadores o *Relatório Anual da Diretoria Executiva* para o exercício financeiro findo em 30 de abril de 2024, em conformidade com a Seção 7 a) do Artigo XII do Convênio Constitutivo do Fundo Monetário Internacional e a Seção 10 dos Estatutos do FMI. Conforme o disposto na Seção 20 dos Estatutos, os orçamentos administrativo e de capital do FMI aprovados pela Diretoria Executiva para o exercício financeiro findo em 30 de abril de 2024 são apresentados no website do *Relatório Anual*. As demonstrações financeiras auditadas do Departamento Geral, do Departamento de DES e das contas administradas pelo FMI para o exercício findo em 30 de abril de 2024, juntamente com os respectivos relatórios da firma de auditoria externa, são apresentadas no Apêndice VI, assim como em www.imf.org/en/Publications/AREB. O processo de auditoria externa foi supervisionado pela Comissão de Auditoria Externa, formada por Leen Paape, (Presidente), Hussein Isingoma e Teruhisa Tamai, em conformidade com a Seção 20 c) dos Estatutos do FMI.

Atenciosamente,



Kristalina Georgieva

Diretora-Geral e Presidente da Diretoria Executiva

Acesse e baixe o *Relatório Anual 2024*, juntamente com as demonstrações financeiras e outros recursos, no website do *Relatório Anual do FMI*. [IMF.org/AR2024](https://www.imf.org/AR2024)

O *Relatório Anual* foi preparado pela Divisão de Publicações do Departamento de Comunicação do FMI, em consulta com vários departamentos da instituição. Jeremy Harrison, Linda Kean e Jim Beardow supervisionaram o trabalho da equipe do relatório, sob a direção do Comitê de Avaliação da Diretoria Executiva, presidido por Philip Jennings. Hyun-Sung Khang chefiou a equipe de redação e Nasim Amini Abbas foi responsável pela gestão e edição do projeto. Denise Bergeron coordenou a produção do relatório.

© 2024 Fundo Monetário Internacional. Todos os direitos reservados.

Design: Feisty Brown, feistybrown.com

Web design: Cantilever, cantilever.co

Ilustrações da capa e da seção *Em foco*: Nazario Graziano

Fotografia

3	IMF Photo/Kim Haughton	54	IMF Photo/Lewis Joly
24	IMF Photo	54	IMF Photo/Mosa'ab Elshamy
24	IMF Photo	54	Roger Anis
25	IMF Photo	54	IMF Photo/K M Asad
25	IMF Photo	54	Roger Anis
25	IMF Photo	60	IMF Photo/Cory Hancock
26	IMF Photo/Alison Shelley	62	IMF Photo
28	IMF Photo/Walter Hurtado Lozano	64	IMF Photo
30	IMF Photo/K M Asad	68	IMF Photo/Sarah Silbiger
33	IMF Photo/Anirban Mahapatra	71	IMF Photo/Paige Taylor White
35	IMF Photo/Dalia Khamissy	72	IMF Photo/Anirban Mahapatra
36	IMF Photo/Ernesto Benavides	73	IMF Photo/Joshua Roberts
38	IMF Photo/Ernesto Benavides	74	IMF Photo/Joshua Roberts
38	IMF Photo/Andrew Caballero-Reynolds	75	IMF Photo/Raul Ariano
39	Shutterstock/Georgios Tsichlis	76	IMF Photo/Lewis Joly
39	Roger Anis	78	IMF Photo/Lewis Joly
45	IMF Photo/Andrew Caballero-Reynolds	79	IMF Photo/Sarah Silbiger
46	IMF Photo	81	IMF Photo/Tangyu Zhang
48	IMF Photo/Valerie Plesch	84	IMF Photo/Daouda Corera
50	IMF Photo	86	IMF Photo/Crispin Rodwell
53	IMF Photo	89	IMF Photo/Mohammed Hamoud
54	IMF Photo/Andrew Caballero-Reynolds		



“A cooperação mundial
é mais necessária do que
nunca para enfrentar
as tendências que afetam
a todos nós, desde as
mudanças climáticas
até a revolução da
inteligência artificial”.

KRISTALINA GEORGIEVA

Diretora-Geral do FMI



PUBLICAÇÕES



9 798400 279553

PORTUGUESE